

SIMPÓSIO



ANGEL MANOEL RODRIGUEZ

5 VOLUMES

RAÍZES DA MORDOMIA CRISTÃ

1. Diante de uma Teologia da Mordomia
2. Mordomia e a Teologia do Dízimo
3. Mordomia e a Teologia das Ofertas
4. Dízimo, o Novo Testamento e a Igreja Cristã
5. Dízimo nos Escritos de EGW

Escrito por Angel Manuel Rodríguez, THD
Editado por Patricia Valentino
Número da publicação STW 1050.

Este material pode ser traduzido, impresso ou fotocopiado por qualquer entidade Adventista do Sétimo Dia sem permissão adicional. Documentos republicados devem incluir a linha de crédito: “Departamento dos Ministérios da Igreja, Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia, usado com permissão.”

As referências bíblicas são da Bíblia Sagrada, Nova Versão Internacional.

© 1994
Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia
12501 Old Columbia Pike
Silver Spring, MD 20904, EUA
a b c d e f 98 97 96 95 94

Versão em Português
União Central Brasileira
2016

Tradução
Luciano Correa Auricchio e César Guandalini

PREFÁCIO

Foi no preparo para o concílio histórico de Mordomia e Consultoria de Mordomia, de 20 a 23 de março de 1994, em Cohutta Springs, Geórgia, EUA, que o Dr. Angel Rodríguez, diretor associado do Instituto de Pesquisas Bíblicas GC, foi solicitado a preparar dois documentos: um sobre a Teologia do Dízimo e outro sobre a Teologia das Ofertas

O Dr. Rodríguez teve um grande interesse pelo tema de Mordomia, incluindo dízimos e ofertas, por muitos anos. Apesar de sua agenda lotada, o Dr. Rodríguez deixou de lado suas responsabilidades regulares, e dedicou várias semanas nesta importante atribuição à Mordomia. As apresentações em Cohutta Springs, foram extraordinárias. Os administradores da Igreja e os diretores de Mordomia, ouviram com interesse esta “primeira tentativa” de apresentar uma teologia de dízimos e ofertas.

No encerramento do Concílio, foi solicitado ao Dr. Rodríguez o preparo das versões finais de tal documento, o mais rápido possível, e também foi solicitado a desenvolver outro documento sobre a Teologia da Mordomia. Os líderes da Igreja e os diretores de Mordomia incentivaram as primeiras impressões e distribuições desses três documentos.

Este é um breve histórico do desenvolvimento e publicação do Raízes da Mordomia, o qual contém os três trabalhos do Dr. Rodríguez mencionados acima.

Como começaram os reavivamentos de Mordomia em vários países, a oração do Dr. Rodríguez e da equipe de Ministros de Mordomia da Conferência Geral é, que sua vida espiritual seja enriquecida, seu pensamento estimulado, e que você sinta um novo gosto por esses importantes assuntos que descrevem a relação única entre Deus e o homem. No final de cada seção, você encontrará algumas questões a serem consideradas, as quais foram designadas a profundas discussões sobre questões-chave.

DON E. CRANE, CO-DIRETOR
GC CM MINISTÉRIO DE MORDOMIA

DIANTE DE UMA
TEOLOGIA DA MORDOMIA

SUMÁRIO

I. Introdução	6
II. Aspectos da Natureza de Deus	6
A. Deus “Era”	
B. Deus é o Criador	
1. O Criador é Imcomparável	
2. O Criador é Transcendente	
3. O Criador é Imanente	
4. O Criador é Proprietário	
C. Deus é amor	
III. Aspectos da natureza humana	9
A. Seres Humanos são criaturas	
B. Seres Humanos foram feitos à imagem de Deus	
1. Um Ser Físico	
2. Um Ser Espiritual	
3. Um Ser Intelectual	
4. Um Ser Social	
C. Seres Humanos e o domínio sobre o mundo	
IV. Queda e Pecado	12
A. Liberdade Humana	
B. Pecado como rebelião: reivindicando a posse	
C. Pecado como egoísmo e escravidão	
V. Salvação e Mordomia	15
A. Cristo: imagem de Deus e Mordomo	
B. Restaurando os Mordomos	
C. Restauração da Imagem de Deus	
D. Mordomia da Criação e Apocalipcismo	
VI. Sumário	19
VII. Debate	20
VIII. Notas / Referências Bibliográficas	20

DIANTE DE UMA TEOLOGIA DA MORDOMIA

I. INTRODUÇÃO

Seres humanos são criaturas questionadoras, envolvidas em uma constante busca por significado. Essa obsessão por significado não é simplesmente uma tentativa de entender a unidade funcional e estrutural do universo, e sim uma inquietante preocupação de descobrir sentido para sua existência. Pouquíssimas coisas tendem a aumentar um senso de interesse nos seres humanos mais do que sua insaciável curiosidade em encontrar a razão de sua existência.

A teologia bíblica nos informa que nossa origem está localizada em um ato divino de criação, e que fomos colocados neste planeta por um amável Criador. Ele preencheu nossa vida de significado por (dentre outras coisas) deixar-nos auxiliá-Lo na administração do planeta. O conceito bíblico de mordomia é, em essência, uma tentativa de esclarecer a questão do propósito de nossa vida, providenciando um auto-entendimento peculiar, baseado em um relacionamento pessoal com o Criador e Redentor da raça humana.

Nesse documento examinaremos a significado teológico desse conceito, o lugar desse auto-entendimento dentro da teologia bíblica. Quais são as raízes teológicas que criam o conceito de mordomia? Como a Mordomia é relacionada à visão bíblica de Deus, e à redenção através de Cristo? Exploraremos as raízes teológicas que proveram a matriz nas quais essas perspectivas e entendimento da existência humana foram concebidos e preservados.

Existem pelo menos quatro linhas principais de análises a serem seguidas em uma busca pelo fundamento teológico de Mordomia, que são: (1) a natureza de Deus; (2) a natureza dos seres humanos; (3) a queda e o pecado; e (4) salvação. Iremos brevemente examiná-las da perspectiva da mordomia.

II. ASPECTOS DA NATUREZA DE DEUS

A natureza de Deus está envolta em mistério. Filósofos e teólogos tentaram penetrar nesse



mistério com muito pouco sucesso, se houve algum. A autorrevelação de Deus nas Escrituras tem emitido alguma luz sob nosso entendimento sobre Sua natureza, mas ele continua, e permanecerá, além da nossa total compreensão. Observemos alguns aspectos da autorrevelação de Deus da perspectiva de mordomia.

A. Deus “Era”

Sempre que a Bíblia nos leva à origem e começo do universo, muitas afirmações teológicas são implícita ou explicitamente feitas. Uma das mais importantes é que Deus “era”. Isso está implícito em Gênesis 1:1: “No princípio Deus criou os céus e a terra.” Ele era, antes Ele criou. Em João 1:1 esse conceito é explicitamente afirmado: “No princípio era aquele que é a Palavra.” Antes que qualquer coisa fosse trazida a existência, *Deus já existia*.

Essa propriedade “era” significa, primeiramente, que Deus é eterno. Nunca existiu um tempo em que Deus passou a existir. Se nós perguntarmos o que existia antes do princípio, a resposta proveniente dos registros bíblicos é “Deus”. Se Ele “existia” antes de tudo mais vir à existir, então é impossível apresentar uma fonte através da qual Deus passou a existir. Não existe nenhuma

indicação nas Escrituras de que Deus “era” porque algo O levou a ser. A Bíblia não fala de um princípio antes do princípio. O fato que Deus “era” aponta Sua natureza eterna: Ele sempre “Foi”.

Segundo, a propriedade “era” significa que Deus é autossuficiente. Desde antes do princípio não existia nada mais a não ser Deus, portanto, Ele é autossuficiente. Uma fonte de energia nunca foi necessária para alimentar a existência divina, exceto Ele próprio. Em relação a Deus, autossuficiência significa que Ele é autoexistente. Nós devemos, portanto, concordar com aqueles que argumentam que Deus é existência nEle próprio. A vida não é algo que Ele possui, mas sim o que Ele é.

Autossuficiência significa que Deus é absolutamente livre e autônomo. Fora dEle não existe nada nem ninguém a quem Deus deva se submeter. Ele é Sua própria lei. Ninguém pode impor obrigações a Ele ou forçá-Lo a agir de uma maneira específica. Ele não precisa de nada de ninguém, porque Ele é auto-suficiente. João refere-se a Ele como o “que é, o que era, e o que há de vir, o Todo Poderoso.” (Apocalipse 1:8; cf 1:4).

O “era” que nós acabamos de descrever, é provavelmente uma das mais profundas declarações que encontramos nas Escrituras sobre Deus, porque é a única que O descreve para nós nEle mesmo, antes de qualquer coisa ser trazida a existência. Uma compreensão adequada de Mordomia deve estar baseada na convicção de que Deus é eterno e autossuficiente e, que nossa administração daquilo que Ele nos confiou não tem o propósito de enriquecê-Lo, de nenhum modo. A Mordomia oferece a oportunidade do companheirismo com esse misterioso Deus que existiu desde a eternidade.

B. Deus é o Criador

Deus apresenta-Se a nós nas Escrituras como o Criador (Gênesis 1:1). Se sabemos que no princípio Ele “era”, é porque fomos informados que Ele era o Criador. Deus como Criador é “a mais fundamental concepção que podemos ter de Deus. Isto é, criação é aquela atividade de Deus por meio da qual definimos o que queremos dizer com a palavra ‘Deus.’”¹ Na verdade, seria impossível para nós falarmos sobre o mistério de Deus – que Ele “era” – salvo o fato de que Ele é o Criador. Nossa visão de Deus se expande quando olhamos para Ele como Criador do céu e da terra, e de todo o universo.

1. O Criador é incomparável

Deus como Criador significa que não existe ninguém como Ele no universo criado. Ele é essencialmente diferente de Sua criação. Ele é O Eterno sem início, porém, os seres criados tem um começo; Ele é autoexistente, porém os seres criados têm uma existência derivada a qual depende de equilíbrios ecológicos adequados: água, luz solar, oxigênio, etc. Deus é absolutamente autônomo, porém as criaturas dependem dEle para sua subsistência. Criaturas são finitas; somente Deus é infinito em Si mesmo.

Isaias confrontou seu povo com essa penetrante pergunta retórica dos lábios do Senhor: “Com quem vocês me compararão ou a quem de consideração igual? Com quem vocês me assemelharão para que sejamos comparados?” (Isaias 46:5). As perguntas são direcionadas àqueles instigados à idolatria. O Senhor parece estar desafiando Seu povo: “Vocês encontraram outro ser como Eu no universo criado? Se esse é o caso, Eu estou preparado para ser comparado à ele ou ela”. Então, Ele acrescenta, “Lembrem-se das coisas passadas, das coisas muito antigas! Eu sou Deus, e não há nenhum outro; eu sou Deus, e não há nenhum como eu.” (Isaias 46:9). Das “espécies” divinas, há só um único tipo. Ninguém dentro do mundo criado pode ocupar Seu lugar ou clamar igualdade a Ele. O Senhor é “um supremo, incomparável/único.”²

2. O Criador é transcendente

Deus como Criador significa que Ele transcende o universo criado; Ele não é parte dele. Segundo Gênesis 1, Deus criou através de Sua palavra. A Criação através da palavra pronunciada, aponta Deus como um ser transcendente, que media Sua atividade criadora através da palavra, enquanto Ele permanece fora da criação. É, portanto, absurdo procurar por Deus no mundo criado. Ele não o criou fora de Sua essência, mas por meio da sua palavra. A Criação, a partir do nada, nega a validade do panteísmo. O universo criado não é penetrado pelo divino. Deus, O Criador, não pode estar limitado àquilo que Ele criou. Esse fato foi reconhecido por Salomão na dedicação do templo. Durante sua oração, ele disse, “Mas será possível que Deus habite na terra? Os céus, mesmo os mais altos céus, não podem conter-te.” (1 Reis 8:27).

3. O Criador é imanente

Deus como Criador, significa que Ele deseja entrar no mundo criado. Estudiosos apontaram que

enquanto Gênesis 1 testifica a transcendência de Deus, Gênesis 2 testifica a sua imanência. Em Gênesis 2, Deus é descrito como presente na criação, em completa interação com Adão e Eva.

A imanência de Deus é indispensável para a preservação da Criação. A preservação da criação de Deus é diretamente dependente de Seu cuidado e preocupação. É, portanto, indispensável para Deus permanecer dentro do Seu mundo criado, uma vez que sua atividade criadora está completa. O descanso divino no sétimo dia aponta precisamente para esse fato significativo. (Gênesis 2:2, 3).

Gênesis deixa claro que a criação faz parte da esfera de espaço e tempo. Deus transcende essa esfera. Entretanto, Ele escolhe entrar nessa esfera, no mundo que Ele criou para Suas criaturas. Ele criou uma fração de tempo em que se fez disponível à Sua criação. É claro, Deus permaneceu transcendente. Sua imanência não nega Sua transcendência. Deus condescende em entrar na Sua criação, deixando claro que Ele não a abandonou.

4. O Criador é proprietário

Deus como Criador significa que Ele é dono do universo e tudo que nele há. Ele é Senhor sobre o universo e atribui tarefas específicas para cada elemento da criação (e.g. Gênesis 1:14, 26, 29, 2:15, 16). A soberania de Deus sobre o mundo é baseada em sua atividade criadora. O salmista escreveu: “Do Senhor é a terra e tudo o que nela existe, o mundo e os que nele vivem; pois foi ele quem fundou-a sobre os mares e firmou-a sobre as águas” (Salmos 24:1, 2). Deus declara, “Pois todos os animais da floresta são meus, como são as cabeças de gado aos milhares nas colinas. Conheço todas as aves dos montes, e cuido das criaturas do campo” (Salmos 50:10, 11). Deus é, não somente Dono do conteúdo material desse mundo e das criaturas viventes que o populam, mas Sua soberania é cósmica: “Os céus são teus, e tua também é a terra; fundaste o mundo e tudo o que nele existe” (Salmos 89:11). O salmista sabe que “o universo está nas mãos de Yahweh. Para ele, é como governante do mundo.”³

Deus como Criador é um conceito indispensável no fundamento da teologia de mordomia. A *incomparabilidade de Deus*, Sua singularidade, identificam-nO como o Único a quem nós somos encarregados como mordomos. O universo não é mantido por forças opostas, as quais somos obrigados a servir. Existe apenas um Criador e Ele espera por nossa exclusiva lealdade.

A *transcendência de Deus*, exclui qualquer tentativa de basearmos nossa prática de mordomia em idéias panteístas. O mundo natural não é uma extensão ou manifestação do divino. O Panteísmo não pode prover uma fundamentação teológica para a mordomia do mundo, porque isto é rejeitado pelas Escrituras.

A *imanência de Deus* testifica o fato de que a criação de Deus está em constante necessidade de Seu cuidado e preocupação a fim de que funcione harmoniosamente. O Criador é também o Mantenedor do mundo. A presença condescendente de Deus no mundo, abre espaço para os humanos participarem com Ele na administração e preservação de Sua criação (e.g. Gênesis 2:15).

A *soberania de Deus* como Criador deveria nos lembrar constantemente dos limites de nossa função no mundo. É esse aspecto que define, talvez melhor do que qualquer outro, a natureza de um mordomo. Ele ou ela nunca é o dono, mas o administrador.

C. Deus é amor

O amor parece ser usado na Bíblia para definir ou descrever a essência de Deus. A afirmação de João, “Deus é amor” (1 João 4:7, 8), é uma das mais importantes descrições da natureza de Deus nas Escrituras. O apóstolo fez a afirmação no contexto da morte sacrificial de Cristo. Segundo ele, o trabalho de Cristo revela a verdadeira essência de Deus: “Ele é amor.” Esse amor é uma autodoação, totalmente e absolutamente altruísta (e.g. João 3:16). Não há nada no exterior de Deus que pode mudá-Lo ou forçá-Lo a amar. De fato, não há necessidade de nenhuma motivação externa, porque amar é a verdadeira natureza de Deus. Esse amor “não se baseia na necessidade do sentimento da pessoa amada nem no desejo suscitado por alguma característica atrativa no amado.”⁴ Foi esse entendimento do amor de Deus, que levou Paulo a dizer, “Mas Deus demonstra seu amor por nós: Cristo morreu em nosso favor quando ainda éramos pecadores.” (Romanos 5:8).

Deus é amor, significa que todas as Suas ações são originadas e motivadas pelo amor. A escolha está baseada em Seu amor (Deuteronômio 7:7, 8), assim como a redenção (Isaías 43:4, 63:9). Ele ama não apenas seu povo (Deuteronômio 33:3), mas também o estrangeiro (10:18). A revelação do amor de Deus alcança sua mais profunda dimensão de significado, na encarnação, ministério, morte e ressurreição de Jesus. Seu amor pelos pecadores não é motivado pela mi-

séria de sua condição pecaminosa, mas pelo fato de que Deus é amor, e esse é o grande fato que O faz amar os pecadores apesar de seus pecados.⁵ Para que o amor de Deus seja expresso, é necessário outra pessoa. O amor ocorre entre indivíduos que recebem, dão e correspondem. Isso levanta a importante questão da natureza do amor de Deus antes de criação. O amor altruísta é uma possibilidade somente se existir outra pessoa com quem possa ser compartilhado. Antes da criação, quando Deus “era”, Ele estava sozinho. Seu amor então, era egoísta? A natureza de Deus foi alterada depois dEle criar criaturas inteligentes capazes de receber e dar amor? Teólogos cristãos dão um ressonante “não” como resposta à estas perguntas. A Bíblia fala de somente um Deus que é amor. Amor altruísta, portanto, pertence a natureza eterna de Deus. Sua natureza não experimentou mudança; Ele é aquilo que Ele sempre foi: “amor.”

Teólogos cristãos têm argumentado fortemente, que o amor altruísta encontra expressão eternal dentro de Deus, no mistério da Trindade. As relações entre o Pai, o Filho, e o Espírito Santo foram condicionadas pela essência do amor altruísta, que era comum a cada um deles. (e.g. João 14:31, 5:20)⁶ O amor altruísta requer um encontro de pessoas distintas, e é exatamente aquilo que encontramos no mistério de um Deus triuno. Através da eternidade, o Pai amou o Filho e o Espírito, o Filho amou o Pai e o Espírito, e o Espírito amou o Pai e o Filho.⁷

O mesmo Deus amoroso trouxe o universo à existência. Seu amor eternal levou-O a criar: “O trabalho da criação foi uma manifestação de Seu amor.”⁸ A criação é boa, porque foi trazida a existência por um Deus amoroso (Gênesis 1:31). A realidade é pessoal e altruísta.

Um entendimento claro sobre o amor de Deus protege a mordomia de cair no legalismo. Um mordomo fiel não é aquele que procura forçar Deus a amá-lo. O amor de Deus é eterno e define a maneira natural como Ele sente e age em torno de Sua criação. A Mordomia encontra sua força e modelo motivacional no cuidadoso e altruísta amor de Deus.

III. ASPECTOS DA NATUREZA HUMANA

Provavelmente, está correto sugerir que os seres humanos são as mais intrigantes e misteriosas criaturas conhecida do universo. Nós, diferentemente de qualquer outra criatura no planeta, somos capazes de perceber-mo-nos como maravilhosos e fascinantes. O mistério de nossa

presença no universo torna-se absolutamente inacessível se ignorarmos a informação sobre nossa origem, fornecida a nós através da revelação especial de Deus nas Escrituras. Devemos rever alguns desses dados.



A. Os seres humanos são criaturas

Gênesis 1:27 declara: “Deus criou o homem... homem e mulher os criou.” Essa é uma declaração de suprema importância na formulação de uma antropologia bíblica. Os humanos são seres criados; somos parte do mundo criado. Primeiramente, isso significa que tivemos um começo. Não somos eternos; não pertencemos ao que é divino. Nosso modo de existência é essencialmente diferente do modo de Deus. Ele sempre “foi”, nós viemos a existência. Nosso papel no universo faz parte de um ser criado.

Segundo, os humanos são seres finitos. Sua existência é derivativa e, em si mesma, há falta de autossuficiência. Não somos seres autônomos que podemos produzir nossa própria fonte de existência para nos sustentar. Uma vez que fomos trazidos a existência, podemos ser devolvidos ao nada. Nossa existência pode estar por um fio, no entanto, embora a preservação da nossa existência esteja além de nós mesmos, espera-se que trabalheemos com o Criador na preservação de nossas vidas. Somos, portanto, mordomos da vida.

Terceiro, visualizando os seres humanos como criaturas, significa que eles existem dentro do tempo e espaço. Ambos elementos são indicados na narrativa da criação. Adão e Eva foram criados no sexto dia, durante uma fração particular de tempo. Eles foram condicionados ao tempo desde o início. Eles vieram a existir dentro de um

lugar chamado de jardim. Obviamente, o lugar era realmente o descanso do mundo criado. Sua casa era a flora e a fauna, o descanso do universo. Se onde existimos está arruinado, nossa existência está comprometida. A mordomia da criação é de vital importância.

Os humanos vivem dentro do tempo. Eventos e movimentos sucedem-se uns aos outros. O que “era”, pertence ao passado, e é impossível para nós voltarmos e os revivermos. Somente o presente “é”, e dura apenas frações de segundos, porque é constantemente transformado em passado. Nós sempre temos o futuro que ainda não é. Uma vez que existe tempo futuro, os seres humanos vivem na esperança, enfrentando constantemente o desafio do desenvolvimento próprio. O tempo é, portanto, um dos mais importantes aspectos do universo criado. O tempo forma, muda e nos modifica. O caminho que trilhamos determina quem nos tornamos. A administração adequada do tempo é sem dúvida uma de nossas maiores responsabilidades. Viver dentro de espaço e tempo não é uma limitação, mas sim o modo da nossa existência, e nos dá liberdade de deslocar-nos dentro dessa continuidade, afim de sermos aquilo que escolhermos ser.

Finalmente, ser um ser criado significa que não somos o resultado de forças impessoais dentro do mundo criado, mas o resultado de um ato criativo de amor. Nossa existência é uma manifestação do amor altruísta de Deus, um ato de graça. Fomos criados por Ele, porque em Seu amor Deus viu que isso era bom. Amor divino, graça e liberdade trouxeram à existência uma criatura inteligente, que era parte do mundo criado e ainda assim, diferente. Essa criatura era capaz de receber e dar amor.

B. Os seres humanos são feitos à imagem de Deus

A singularidade da raça humana está no fato de que fomos criados a imagem de Deus (Gênesis 1:27). A criação de Adão e Eva não segue o mesmo padrão utilizado por Deus na criação do mundo. Ele falou e o mundo veio à existência. Nesse caso em particular, o falar precedeu a existência. No caso de Adão e Eva, a palavra falada não está presente. A voz de Deus se dirigiu a eles apenas depois da criação (Gênesis 1:29, 30; 2:16). Eles foram destacados por Deus como objetos de Sua fala. Em outras palavras, os humanos são criaturas com as quais Deus pode indentificar-se, a quem Deus pode intitular como pessoas. Somente eles, no mundo criado, podem relacionar-

se com Deus em termos pessoais. Esse aspecto de nossa natureza humana nos torna capazes de sermos sócios de Cristo na mordomia.

Por séculos, os teólogos têm discutido o significado da imagem de Deus nos seres humanos. Sugestões diferentes têm sido dadas, mas atualmente parece existir um acordo geral na crença de que a imagem de Deus não é algo que temos, mas algo que somos.⁹ A imagem de Deus em nós não está localizada em um aspecto de nossa personalidade, mas na totalidade de nosso ser. Na criação, a imagem de Deus era refletida em todos os aspectos de Adão e Eva. Iremos explorar alguns deles de um ponto de vista holístico.

1. Um Ser físico

A primeira coisa que notamos em um ser humano é que ele, ou ela, é uma estrutura física que pode ser vista com os olhos e tocada pelos outros. Se toda pessoa fosse criada à imagem de Deus, o corpo físico deveria também expressá-lo: “No princípio, o homem foi criado à semelhança de Deus, não somente em caráter, mas em forma e aspecto.”¹⁰

O próprio fato de que Deus nos criou como entidades físicas indica que o corpo humano é bom, rejeitando, assim, o dualismo da antropologia grega que nega o valor do corpo humano. A preservação do corpo é uma dupla responsabilidade, de Deus e das pessoas. Ele proveu tudo que Adão e Eva necessitavam para preservar seus corpos em perfeita condição, e atribuiu-lhes uma dieta específica da qual se esperava que consumissem (Gênesis 1:29).

A mordomia de nossos corpos é baseada no fato de que Deus nos criou como seres físicos. Nosso corpo não é algo que temos, mas algo que somos.¹¹ Nosso corpo e aquilo que somos são inseparáveis. Deus espera de nós que o administremos para Sua glória (1 Coríntios 6:20).

2. Um Ser espiritual

Os seres humanos são mais do que matéria. Temos a capacidade de ouvir a Deus e respondê-lo. Aparentemente, nenhuma outra criatura nesse planeta parece ter essa habilidade. Existe uma similaridade de linguagem entre Deus e os seres humanos que os torna capazes de comungar e estabelecer uma importante relação.

Os seres humanos são pessoas essencialmente religiosas. Nós passamos a entender a nós mesmos, particularmente, nas condições de nosso relacionamento com Deus. O primeiro relacionamento que Adão e Eva estabeleceram foi com

o seu Criador. Quando Adão foi criado, Eva não estava presente e, quando ela foi criada, ele não estava presente. A primeira imagem que cada um deles captou foi a do Criador. Todo outro relacionamento foi determinado pelo primário e, separado deste, eles poderiam não ser capazes de entender a si próprios ou o resto da criação.

Mas, o encontro entre Deus e os seres humanos não se tornaria restrito ao momento da Criação. Eles necessitavam de Deus para sua subsistência, e para a satisfação da necessidade de um relacionamento pessoal com Ele. Por isso, o Deus transcendental decidiu permanecer com eles no tempo e no espaço. É na vontade graciosa de Deus, de vir e residir conosco, que a mordomia de nossa vida espiritual foi originalmente concebida.

3. *Um Ser intelectual*

Deus deu a Adão e Eva habilidades racionais através das quais eles extrairiam uma profunda compreensão dEle, de si próprios e do mundo criado. Através de uma razão completamente santificada, os seres humanos se tornariam capazes de controlar suas emoções e paixões, de aprender e desenvolver todo o tipo de habilidades.

No Jardim do Éden, Deus atribui a Adão um trabalho que requeria o uso de suas capacidades intelectuais (Gênesis 2:15). Especialmente, Deus pediu a Adão que atribuísse nomes aos animais (2:19, 20). Na Bíblia, um nome é uma questão extremamente importante, porque é o reflexo do caráter da pessoa que o carrega. Dar nomes aos animais significa que Adão deveria observar e analisar seus comportamentos a fim de nomeá-los devidamente. Este foi um estudo científico da natureza. Ele estava explorando a criação de Deus, sistematizando-a, compreendendo a sua ordem e harmonia. Ele estava colocando as habilidades e talentos que Deus havia lhe dado à serviço de Deus e da natureza. É aí que a base teológica da mordomia de nossos talentos está estabelecida. Deus nos dotou com a capacidade de desenvolvermos habilidades e adquirir novos conhecimentos, e estes devem ser colocados à Seu serviço.

4. *Um Ser social*

Os seres humanos não podem existir em total isolamento. Nossa capacidade de interagir com outros é uma manifestação do fato de que fomos criados por Deus à sua imagem. Tem-se sugerido que Gênesis 1:27 aponta o aspecto da imagem

de Deus em nós: “Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou. Homem e mulher os criou.” (Gênesis 1:27). “Homem” é uma pluralidade de pessoas, uma unidade formada por macho e fêmea. Alguns estudiosos têm visto nesta pluralidade, uma manifestação da imagem de Deus. Macho e fêmea são a , porque juntos são um.¹² Uma pluralidade define “homem” e Deus. A ideia básica é que a imagem de Deus no “homem” inclui uma pluralidade que permite relações inter-humanas de uma maneira “similar” em que a pluralidade em Deus torna possível relações intratrinitarianas. Os seres humanos, como Deus, são seres relacionáveis, porque o amor verdadeiro sempre precisa de outra pessoa para expressar-se.

Salvo nosso relacionamento com Deus, uma das mais importantes interações sociais toma lugar dentro da estrutura familiar. Deus instruiu Adão e Eva sobre essa relação fundamental, descrevendo para eles a natureza do casamento. O casamento tinha uma finalidade unitiva (Gênesis 2:24) e procriativa (1:28). A unidade em amor pode alcançar sua dimensão máxima dentro do casamento. Ao mesmo tempo, Deus deu aos seres humanos o privilégio de contribuir com Ele na perpetuação da raça humana. Este é o resultado da nossa natureza social e, particularmente, da interação e compromisso em amor entre homem e mulher, que está fora da interação social positiva na família, cuja possibilidade de relacionamentos significativos futuros com outros, podem ser desenvolvidos.

Como seres sociais, somos particularmente responsáveis pela mordomia de nossa influência social em casa, na igreja e na sociedade em geral. Tratar os outros com respeito, preocupação e amor é um teste de mordomia de nossa vida social. Os valores e princípios de nosso compromisso com Deus deveriam ter um impacto direto e positivo em nossa interação social.

C. Os seres humanos e o domínio sobre o mundo

Segundo Gênesis 1:28, Adão e Eva deveriam subjugar a terra e exercer domínio sobre a fauna. Assim foi definido seu relacionamento com o resto da criação. Sem dúvidas, nessa questão a imagem de Deus foi revelada de modo específico. Deus deu aos seres humanos poder e autoridade: “Todo ser humano, criado à imagem de Deus, é dotado com um poder semelhante com o do Criador – individualidade, o poder de pensar e agir.”¹³

O verbo “dominar” é utilizado no Velho Testamento para designar o poder do rei sobre seu povo.¹⁴ Em Gênesis, esse poder é concedido a raça humana e é limitado somente para o mundo animal.¹⁵ Somos aqui comissionados “a governar a natureza como um rei benevolente, agindo como representante de Deus sobre eles, e, portanto, tratando-os da mesma maneira como Deus, quem os criou.”¹⁶ O fato de que os seres humanos eram vegetarianos, indica que a destruição da vida animal não estava inclusa na concessão do domínio sobre eles.¹⁷ O domínio era algo positivo, tendo em vista a “garantia do bem estar de toda a criatura, e a promessa de trazer grande proveito a cada um.”¹⁸

O verbo “dominar” a terra deve ser compreendido na questão de Gênesis 2:5 e 15 como: cuidar da terra. A ideia de usar este poder para explorar a natureza é descartada pelo contexto no qual a bondade da criação deve ser compreendida, em sua harmonia e unidade perfeitas. Os seres humanos não deveriam contrariar a ordem estabelecida por Deus, mas respeitá-la e preservá-la.

O domínio dos seres humanos sobre a natureza revela uma função importante da raça humana, como imagem de Deus: Eles são representantes de Deus dentro do mundo criado. Foi-nos dito que o homem “foi colocado, como representante de Deus sobre as ordens inferiores do ser. Eles não podem compreender ou reconhecer a soberania de Deus, ainda que fossem capazes de amar e servir o homem.”¹⁹ Deus delegou a Adão e Eva, como Seus representantes, a responsabilidade de administrar o restante da criação. Deus escolheu os seres humanos para serem mordomos do mundo.²⁰

O comando de ter domínio sobre o mundo, revela algo sobre a natureza da criação. Pressupõe-se uma compreensão não mitológica da natureza. Mitologias antigas frequentemente falavam sobre árvores, rios, animais, terra, etc., divinos. Quando confrontado com eles, os humanos não deveriam explorá-los, mas submeter-se a eles. Tais ideias não estão no texto bíblico: “não há nenhuma terra divina, nem animais divinos, nem constelações divinas, nem qualquer outra esfera divina inacessível ao homem.”²¹ Não há nada superior a raça humana na criação.

O domínio humano sobre a criação, sugere que a natureza seja finita e depende dos cuidados dos seres humanos. Este elemento de dependência parece pertencer a própria natureza da criação. A dependência é, naturalmente, mútua. A natureza depende da regência de pessoas amorosas para

que se revele a sua fertilidade, bondade e beleza. Mas a existência humana está intrinsecamente relacionada a isso. Deus determinou que sua existência seria mutuamente dependente, mesmo que em última instância ambos dependam dEle.

Concluimos, que da perspectiva de Deus os seres humanos são mordomos do mundo natural. Isto é possível porque não existe nada divino ou sagrado na natureza. Este conceito tem grande significado para pessoas interessadas em questões ecológicas. Nossa preocupação pelo bem-estar do planeta não deve estar baseada em sua suposta santidade, mas no fato de que Deus escolheu as pessoas como mordomos desse mundo.



IV. QUEDA E PECADO

Às vezes, é difícil para nós conceber, ou mesmo imaginar, um tempo na história desse planeta quando havia perfeita harmonia. A intenção divina era que os humanos, unidos a Deus em inseparável compromisso com Ele, pudessem continuar a ter domínio sobre o planeta, explorando-o e preservando-o em toda a sua beleza e grandeza. Está claro que a mordomia pertence ao propósito original de Deus, e ao desígnio da missão da raça humana na terra. Isso define a responsabilidade fundamental da família humana com Deus e com a criação. Mas a intromissão do pecado prejudicou o plano divino.

A. A Liberdade Humana

Na teologia cristã, os conceitos de pecado e liberdade estão intimamente conectados. A narrativa bíblica da queda proporciona um apoio à essa conclusão. O relato da Criação pressupõe que os seres humanos foram criados como agentes livres. Neste contexto, a liberdade provavel-

mente significava que eles tinham capacidade de se tornar aquilo que Deus pretendia que fossem. Liberdade de se realizar, fazer proveito de seus potenciais como criaturas de Deus. Portanto, a liberdade humana era uma realidade somente se os seres humanos permanecessem em um relacionamento harmonioso com Deus. Este é o tipo de liberdade que Gênesis 2:16 e 17 se refere: “E o Senhor Deus ordenou ao homem: ‘Coma livremente de qualquer árvore do jardim, mas não coma da árvore do conhecimento do bem e do mal, porque no dia em que dela comer, certamente você morrerá.’”

Esse dois versos definem a verdadeira natureza da liberdade, e estabelecem seus limites. Temos uma ordem positiva e permissiva, seguida de uma limitação. Adão e Eva eram livres para comer de qualquer árvore no jardim, a fim de satisfazer sua necessidade por alimento. O Senhor proveu todas as suas necessidades básicas, e ao obedecer Sua ordem, a vida era preservada. A proibição, “mas da árvore do bem e do mal, dela não comerás”, era no sentido de conscientizá-los da extensão de sua liberdade. Eles tinham a liberdade de rejeitar o companheirismo com Deus. Adão e Eva eram livres para dizer “não” para Deus, e para a vida que vinha dEle.²²

Sem esta possibilidade, Adão e Eva não eram livres, mas prisioneiros nesse planeta. Eles teriam sido criados para viver nesse mundo sem uma alternativa ou saída. Deus os trouxe à existência sem consultá-los, sem concedê-los a liberdade de decidir se eles queriam existir ou não. (Obviamente, tal coisa teria sido impossível, porque liberdade de escolha implica em existência e consciência). Deus simplesmente os trouxe à existência e então deu-lhes a liberdade de dizer “sim” ou “não” para Ele e para a vida. O propósito real de Deus era que os seres humanos escolhessem a vida e andassem em comunhão com Ele. Por isso, a ordem negativa. Seu propósito era preservar Adão e Eva vivos pela sua escolha do dom da vida. Sua liberdade estava sendo testada: “Eles poderiam obedecer e viver, ou desobedecer e morrer.”²³ Era sua responsabilidade decidir se voltariam ao nada, ou desfrutariam da vida sem fim e da liberdade em total harmonia, obediência e confiança no Criador.

O nome da árvore, cujo fruto Adão e Eva não deviam comer, é interessante, “a árvore do conhecimento do bem e do mal.” Foram dadas muitas sugestões para o significado dessa frase²⁴ mas, deveria ser interpretada de acordo com Gênesis 3:22, “E o Senhor Deus disse, ‘Eis que

o homem é como um de nós, sabendo o bem e o mal.’” Conhecer o bem e o mal é um tipo de conhecimento que pertence exclusivamente a Deus. A frase não te designa à habilidade de saber tudo, porque os seres humanos nunca foram criados para tornarem-se oniscientes. O que a frase enfatiza é a possibilidade dos humanos de decidir, por si próprios, o que é de seu interesse ou não.²⁵ Esta parece ser uma frase utilizada para expressar a ideia de autonomia moral absoluta e tomada de decisões, sem um senso de responsabilidade. Deus disse para Adão e Eva que ter esta experiência é rejeitá-Lo e escolher a morte. A árvore era, portanto, um símbolo de determinação própria e independência total, que poderia levar à morte, porque seria uma rejeição ao dom da vida. Na verdade, isto seria uma rebelião final contra Deus.

B. Pecado como rebelião: reivindicando a posse

A serpente, sendo o animal mais astuto do jardim, tornou-se um instrumento do mal (Gênesis 3:1). Isso é algo surpreendente, porque ela é uma das boas criaturas de Deus (Gênesis 1:31). É interessante notar que durante a cena do julgamento, descrita em Gênesis 3:9-14, Deus pediu a Adão e Eva que se explicassem e dessem razões para tal comportamento. Contudo, nenhuma pergunta foi feita à serpente. Não houve diálogo entre Deus e a serpente, porque não havia nada para explicar. O pecado é inexplicável, irracional. O pecado pode ser condenado, somente. E foi exatamente o que Deus fez.

A serpente, durante sua conversa com Eva, confrontou-a com a possibilidade de um novo entendimento próprio e uma nova visão do mundo. A mensagem era apelativa e persuasiva. Ele apresentou-se com uma pergunta que forçou Eva a reagir. Deus foi citado erroneamente e Eva decidiu defendê-Lo, mas nesse processo ela se tornou vulnerável. A serpente se tornou mais agressiva e abertamente contradisse as declarações de Deus sobre o resultado de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal (Gênesis 3:4,5).

Segundo a serpente, a morte não era uma ameaça à criatura, porque a criatura não poderia morrer. A criatura poderia mudar de um nível mais baixo da existência para um nível mais alto. Comer o fruto da árvore, ela argumentou, poderia abrir novas perspectivas de auto conhecimento para Adão e Eva. Ela estaria um degrau mais próximo do divino; de fato, ela seria como Deus, conhecedora do bem e do mal. “Sim, disse a

serpente, “você pode adquirir total entendimento próprio, você pode ser seu próprio mestre, você pode ser a fonte de sua própria vida.”

A serpente prosseguiu a questionar a bondade de Deus sugerindo que Deus estava limitando o aproveitamento completo da vida de Adão e Eva, ao requerer que eles dependessem dEle. Eles poderiam atingir estas novas dimensões da existência através da autonomia e independência de Deus. Tudo o que tinham de fazer era rejeitar seu papel como mordomos de Deus, e tornar-se donos da vida.

Eva desejava crescer, se desenvolver e descobrir seu potencial completo. Foi Deus quem colocou o desejo de sabedoria em seu coração. Mas, ela e seu marido abusaram de sua liberdade e ultrapassaram os limites. Ambos rejeitaram sua posição de mordomos de Deus a fim de se tornarem proprietários. Eles comeram do fruto da árvore, não porque eles estavam rejeitando o dom da vida de Deus, mas porque eles desejavam se adequar e desfrutar total independência de Deus. Estavam interessados em acabar com sua condição de criatura para ser como Deus. Foram enganados pela serpente porque o que ela lhes oferecia era irreal. Tinham, de fato, escolhido a morte e não a vida. Ao comer o fruto, a humanidade perdeu sua mordomia do mundo.

C. O pecado como egoísmo e escravidão

A decisão de Adão e Eva foi um ato de rebelião que trouxe ruptura no mundo, afetando a harmonia da criação. Depois de seu pecado, a primeira coisa que eles experimentaram foi a vergonha um do outro. Eles se sentiram estranhos e, conseqüentemente, sua vida social não foi mais a mesma. A ruptura espiritual interna foi refletida na rejeição do outro.

Compreendemos o outro, principalmente, pelo corpo. A vida social e a interação são impossíveis fora do corpo. Sentir-se envergonhado diante de outra pessoa, significa que as relações interpessoais não são mais harmoniosas. Adão e Eva desejavam autonomia completa, independência de Deus, mas eles não perceberam que tal desejo poderia também significar independência um do outro. O Egoísmo nasceu em seus corações, e a partir de então, isso caracterizaria a raça humana.

O mais interessante, é que apesar de solicitarem independência de Deus, Adão e Eva ainda eram responsáveis perante Ele por suas ações. Eles se esconderam do Senhor, porque eles se

tornaram mordomos infiéis. O Senhor os julgou e encontrou neles culpa (Gênesis 3:8-19). O Senhor sempre olha para os humanos como mordomos, porque foi o que determinou para eles serem. Uma natureza corrupta e egoísta não justifica a rejeição deste papel.

Por causa do pecado, Adão e Eva se tornaram escravos do pecado. Paulo mostra que os seres humanos se tornaram escravos daquele que escolheram obedecer (Romanos 6:16). A raça humana escolheu servir o pecado, e foi escravizada por ele (6:17), estando sob este poder e cativo da lei do pecado (7:14,23). Os seres humanos não podem submeter-se à lei de Deus. É impossível para eles satisfazer a Deus (Romanos 8:7,8). Existe uma incapacidade básica neles em servir a Deus. A natureza humana foi corrompida em sua essência, trazendo com isso uma hostilidade natural para com Deus (8:7), tornando-se enfraquecido, e com uma tendência natural ao pecado. Essa natureza, possuída pelo pecado, controlou a raça humana (8:9). Por causa dessa escravidão do pecado, era impossível para os humanos serem fiéis mordomos de Deus.

O pecado, como uma rebelião contra Deus, não trouxe apenas egoísmo e escravidão, mas também afetou a imagem de Deus na humanidade. “Pois todos pecaram e estão destituídos da glória de Deus” (Rom 3:23). Como resultado do pecado, nossa natureza espiritual e moral se corrompeu. De fato, nenhum aspecto do ser humano permaneceu intocado pelo pecado. Contudo, a imagem não foi totalmente obliterada (Gênesis 9:6).²⁶ É verdade que os seres humanos “desfiguraram a imagem de Deus” em suas almas por uma maneira corrupta de vida,²⁷ porém “traços” dela “permanecem sobre cada alma.”²⁸ A corrupção da imagem significou também que a natureza em si “foi submetida à futilidade... servidão... decadência” (Romanos 8:20,21).

O papel dos seres humanos como mordomos de Deus foi drasticamente prejudicado pelo pecado. O pecado, como rebelião contra Deus, retratou os humanos como quem proclamava-se dono de tudo e, em particular, de sua própria vida, a qual tentavam preservar através de seus próprios esforços. Por isso, se tornaram escravos do pecado, incapazes de serem o que o Senhor pretendia que fossem. A restauração dos seres humanos à posição original de mordomos de Deus exigiria um plano que abordaria as questões de rebelião, egoísmo, escravidão e restauração da imagem de Deus.



V. SALVAÇÃO E MORDOMIA

Notamos que mordomia no Velho Testamento origina-se com o dom da criação e da vida. Deus trouxe à existência a vida humana inteligente e designou-lhe o papel de Sua representação nesse mundo. A mordomia no Novo Testamento tem sua fundamentação no dom de Deus da salvação, através de Cristo. Em ambos os casos, aquele que concede é o Senhor, e aquele que recebe e administra é o mordomo do Senhor, que foi criado e é recriado por, e através de Cristo.

A. Cristo: A Imagem de Deus e o Mordomo

A fim de libertar o mundo do poder do pecado, Deus necessitou de um fiel mordomo, o qual pudesse representá-Lo adequadamente como Sua imagem, em um mundo distante dEle. Isto aconteceu em Cristo Jesus.

Várias passagens no Novo Testamento se referem a Jesus como a imagem de Deus. Uma das mais significantes passagens está em Colossenses 1:15: “Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a Criação.” A passagem faz alusão à Gênesis 2:16, onde Adão e Eva são descritos como sendo a imagem de Deus, que O representavam em ordem mais baixa na criação.²⁹ Agora, Cristo é descrito como a imagem de Deus. O título “primogênito da Criação” é usado para indicar Sua supremacia como representante de Deus. Isso enfatiza Sua singularidade como agente da criação e como Senhor sobre ela.³⁰ No contexto de Colossenses, a representação de Deus em Cristo é, contudo, uma revelação de Deus à Suas criaturas. Esse ensinamento é claramente expresso em 2 Coríntios 2:2, onde a expressão “imagem de Deus” salienta a função de Cristo como revelador da glória de Deus. Ele assumiu a imagem de Deus, não como algo dado a Ele, mas como aquilo que Ele era em essência.

Cristo era cheio de Deus, “o resplendor da glória de Deus e a expressão exata do seu ser, sustentando todas as coisas.” (Hebreus 1:3).

Esse homem Jesus, a imagem de Deus, é o verdadeiro mordomo de Deus. João declara, “O Pai ama o Filho, e entregou tudo em Suas mãos.” (João 3:35). Entregar tudo nas mãos de alguém, significa dar-lhe poder e autoridade sobre todas as coisas.³¹ Em outros lugares, Jesus testemunhou, “Todas as coisas me foram entregues pelo Meu Pai” (Mateus 11:27; Lucas 10:22). O Pai confiou a Jesus responsabilidades que Ele iria executar como mordomo e filho fiel. O relacionamento era centralizado no amor mútuo. A referência nessas passagens é primariamente ao trabalho de Jesus como Salvador. Essa foi a mais importante tarefa já designada por Deus a qualquer um de Seus mordomos; Ele designou-a a Seu próprio Filho.

Cristo, como um mordomo de Deus, está administrando para Ele o plano da salvação por Ele. Era plano de Deus unificar tudo em, e através de Cristo. O plano era “pôr em prática” pelo próprio Cristo (Efésios 1:10). “Pôr em prática” é a tradução do Grego *eis oikonomian* = *lit.*, “para administração.” O termo *oikonomia* é o pronome Grego usualmente traduzido como “mordomia, administração.” Paulo, em Efésios, parece sugerir que Cristo “é o mordomo através do qual Deus está colocando em funcionamento o seu plano para o mundo – um plano que está em processo, e que será culminado quando os tempos chegarem em seu cumprimento (lit. ‘na plenitude dos tempos’).”³² Cristo, como mordomo, está à cargo da “Casa de Deus”, a igreja (Hebreus 3:6); mas também está trazendo reconciliação para o universo (Colossenses 1:20).

Jesus se submeteu ao Pai e, obedientemente, seguiu suas instruções a respeito de como pôr em prática o plano da salvação (cf. João 17:2,4). Ele foi um mordomo fiel, que se manteve leal a Deus quando Adão e Eva falharam. Enquanto Adão e Eva procuravam independência de Deus, tentando ser como Ele, Cristo, “embora sendo Deus, não considerou que o ser igual a Deus era algo a que devia apegar-se; mas esvaziou-se a si mesmo, vindo a ser servo, tornando-se semelhante aos homens. E, sendo encontrado em forma humana, humilhou-se a si mesmo e foi obediente até a morte, e morte de cruz.” (Filipenses 2:6-8).

Cristo é um mordomo distinto porque, a fim de preservar a vida daqueles que confiaram nEle, Ele deu sua vida por eles (Romanos 5:6). Ele deu tudo o que tinha a fim de preservar a raça humana, pela qual assumiu a responsabilidade como

mordomo de Deus. Isso não era esperado de nenhum mordomo de Deus. Quando Moisés se ofereceu para morrer em lugar de Israel, Deus rejeitou a sua oferta (Êxodo 32:31,33). Essa tarefa foi preservada para o homem-Deus, Jesus Cristo, o filho de Deus. Ele, que era rico, tornou-se pobre “para que por meio de sua pobreza vocês se tornassem ricos.” (2 Coríntios 8:9). Em Filipenses, Paulo faz referência à mesma experiência, declarando “mas esvaziou-se a si mesmo.” (2:7). Cristo esvaziou-se de Seu direito de usar Sua divindade e, ao contrário, submeteu-se a si mesmo à vontade do Pai.³³ Este era o Seu papel em vida, e como tal, Ele cumpriu Sua responsabilidade como mordomo de Deus.

B. Restaurando os Mordomos

Um cristão é uma pessoa que reconheceu e aceitou que Cristo é a imagem de Deus, e agora deseja estar de acordo com essa imagem. Porém, antes que isso pudesse acontecer, a alienação causada pelo pecado deve ser removida. O indivíduo deve restaurar a paz com Deus, aceitar sua função adequada no mundo, parar de se empenhar egoisticamente na autopreservação e ser resgatado do poder do pecado, que torna impossível a ele ser um fiel mordomo de Deus. Tudo isso é possível através de Cristo, que reconciliou-nos com Deus, tornou possível nossa justificação pela fé e redimiu-nos do poder do pecado.

O espírito de rebelião localizado no centro de nossa natureza caída, pode ser controlado somente através do trabalho de Cristo, o que torna possível nossa reconciliação com Deus. A reconciliação é uma manifestação do amor abnegado de Deus (Romanos 5:8-10). Em Cristo, Deus estava reconciliando o mundo com Ele próprio (2 Coríntios 5:19). Isso parece significar que por causa do trabalho de Cristo, Deus pôs de lado Sua ira contra nós como pecadores, tornando possível nossa reconciliação com Ele.³⁴ Tomando a iniciativa, Deus revelou Seu amor, então desarmando-nos de nosso espírito de rebelião e nos chamando a reconciliarmos com Ele (5:20). Isso é possível porque Deus fez Cristo, “aquele que não tinha pecado, para que nele nos tornássemos justiça de Deus” (5:21).

Na cruz, Deus mostrou-nos que não existe razão para estar em guerra com Ele, porque Ele sempre nos amou. A reconciliação é um reconhecimento e aceitação de nossa condição no universo. É a rejeição de nossa parte ante qualquer ideia ou tentativa de usurpar a autoridade de Deus ou Seu chamado de posse. Paulo introduz

seu debate sobre o significado da reconciliação, em Colossenses, dizendo: “pois nEle foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos ou soberanias, poderes ou autoridades; todas as coisas foram criadas por ele e para ele” (1:16). A criação foi efetuada por Deus através de Cristo, portanto, tudo pertence ao Salvador. Ainda mais, Ele é aquele que mantém o universo (1:17). Porém, foi Ele quem tomou nosso lugar, morrendo na cruz por causa de nossa rebelião, tornando possível nossa reconciliação com Deus (2 Coríntios 5:14, 15, 21; Efésios 2:3-5). A reconciliação implica em reconhecimento da soberania de Deus sobre o universo e de nosso papel como mordomos do Senhor. Aqueles que se reconciliaram que, “já não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou.” (2 Coríntios 5:15).

Viver por nós mesmos é uma manifestação óbvia de nosso egoísmo, o que torna praticamente impossível ser um verdadeiro mordomo de Deus. Desde que Adão e Eva entraram no pecado, os humanos têm sido constantemente advertidos a preservar suas vidas através de seus esforços. Essa dimensão do pecado foi abordada por Cristo. O egoísmo nos torna administradores inefetivos das bênçãos de Deus, porque tudo aquilo que recebemos de Deus apropriamos para nós mesmos, a fim de nos sentirmos seguros e ter a certeza de que seremos capazes de desfrutar da vida neste planeta por nós mesmos. Tal egoísmo não diz respeito à outros, porque somos totalmente obcecados pela ideia de autopreservação.

A solução para essa condição pecaminosa humana é encontrada na morte sacrificial de Cristo na cruz, que tornou possível a nós sermos justificados pela fé nEle (Romanos 3:21-26). Justificação significa que fomos absolvidos na corte de Deus, porque Cristo tomou nosso lugar, morrendo por nós. A preservação de nossas vidas não deve ser mais nossa preocupação, mas de Deus. Ele, através de Cristo, nos deu vida livre, como um dom da graça (5:18). Antes de irmos a Cristo, éramos espiritualmente mortos em nossos pecados e transgressões (Efésios 2:1). Mas, por meio de Cristo, Deus nos fez vivos através da revelação de Sua graça: “Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus” (2:8).

A morte sacrificial de Cristo mostrou que o amor abnegado de Deus supera o mal. Cristo deu sua vida a fim de preservar a nossa, mostrando claramente que a vida é preservada quando

está rendida a Deus em um relacionamento de confiança e amor (Mateus 16:25). Fora de Cristo não há vida em nós (João 6:53; 10:10). É somente através da justificação pela fé que temos vida (Romanos 5:18). Consequentemente, o centro de nossas vidas já não somos nós, mas Cristo. Agora, vivemos para Ele e para Sua glória (Romanos 6:10-11). Paulo descreve, em linguagem vívida, a destronização do egoísmo em sua vida através do trabalho de Cristo na cruz, dizendo: “Fui crucificado com Cristo. Assim, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim. A vida que agora vivo no corpo, vivo-a pela fé no filho de Deus, que me amou e se entregou por mim.” (Gálatas 2:20).

Finalmente, nossa liberdade do escravizante poder do pecado é real, porque Deus, em Cristo, nos redimiou. Jesus declarou, “Pois nem mesmo o Filho do homem veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos.” (Marcos 10:45). O pecado nos torna escravos, incapazes de servir a Cristo e aos outros (Romanos 6:6), e destinados à morte eterna (6:23). Na cruz fomos libertos do pecado e da morte: “Portanto, visto que os filhos são pessoas de carne e sangue, ele também participou dessa condição humana, para que, por sua morte, derrotasse aquele que tem o poder da morte, isto é, o diabo, e libertasse aqueles que durante toda a vida estiveram escravizados pelo medo da morte.” (Hebreus 2:14 e 15). Deus, em Cristo, pagou o preço de nossa redenção com o “precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro sem mancha e sem defeito” (1 Pedro: 1:19).

Aqueles que acreditam em Cristo pertencem a Ele. Paulo escreveu aos Coríntios, “não são de si mesmos [...] Vocês foram comprados por alto preço. Portanto, glorifiquem a Deus com o corpo de vocês.” (1Coríntios 6:19,20). Redenção significa que não estamos mais sob o poder do pecado, porque nossas vidas foram “recompradas” por Deus, através de Cristo. Nossas vidas não são nossas, mas Deus nos deu a liberdade de administrá-la devidamente, a fim de nos tornarmos aquilo que Ele pretendia originalmente que fossemos – nominalmente, Seus mordomos. Isto é possível através do dom do Espírito dado por Deus àqueles que acreditam em Cristo. Eles não vivem “segundo a carne, mas segundo o Espírito.” (Romanos 8:4). Tais indivíduos não tem suas mentes voltadas para “as coisas da carne” (8:5), porque o Espírito vive neles (8:9).

A teologia de mordomia está baseada não somente no conceito da criação e naquilo que Deus pretendia que fossemos, mas também na salva-

ção através de Cristo, que torna possível a nós, apesar de nosso pecado, virmos a ser aquilo que Deus pretendia que fossemos. Através do poder do evangelho de Deus, o dano causado pelo pecado se desfez (Romanos 1:16-17). Através da reconciliação em Cristo, nossa rebelião contra Deus teve fim. Reconhecemos Deus como o Criador, Mantenedor, Conservador e Dono do universo. Mais uma vez encontramos nosso lugar em Seu plano, de sermos servidores do amoroso Deus, e não donos ilegais do mundo e de nossas vidas. Através da justificação pela fé nossa cega preocupação pela autopreservação de nossas vidas teve um fim, por reconhecermos que em Cristo nossas vidas foram preservadas por um Deus amoroso. O egoísmo expirou na cruz através da revelação do amor abnegado de Deus. A redenção restaurou a libertação do poder do pecado em nós, sendo possível, através do poder vigente do Espírito, nos tornarmos fiéis mordomos do Senhor. Alcançamos o nível mais elevado da auto-realização através do servir a Deus e aos outros.

C. Restauração da Imagem de Deus

É através do trabalho de Cristo e do poder do Espírito que a imagem de Deus deve ser restaurada em nós. Sempre foi propósito de Deus que pecadores arrependidos “se adaptem conforme a imagem de seu Filho” tornando-se seus irmãos (Romanos 8:29). O verbo “conforme” aponta para a santificação como “uma conformidade progressiva à Cristo, que é *eikon* [imagem] de Deus, assim como uma renovação progressiva do crente a semelhança de Deus.”³⁵ Isto é claramente indicado em 2 Coríntios 3:18, onde somos descritos como “sendo transformados de glória em glória na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor.” O novo eu do crente “está sendo renovado para o conhecimento à imagem do seu Criador.” (Colossenses 3:10). A restauração completa da imagem de Cristo em nós será consumada na Segunda Vinda de Cristo (1 Coríntios 15:49). Mas, o importante para nós é que a imagem está sendo restabelecida em nós agora, em Cristo, e que, consequentemente, estamos sendo restaurados à nossa função original como mordomos de Deus.

A responsabilidade mais importante do mordomo Cristão, no Novo Testamento, é a “administração” adequada da graça de Deus, isto é, a proclamação do evangelho (1 Coríntios 9:17; Efésios 3:2,9), ou “das coisas secretas de Deus” revelada à nós em Cristo (1 Coríntios 4:1). Nós, como Cristo,

participamos na administração do plano de Deus na salvação (Colossenses 1:25). Isso inclui não somente a proclamação das boas novas, mas também viver de acordo com seus mandamentos para santificar nossas vidas.

Além disso, somos também mordomos dos dons de Deus. De certo modo, essa é a parte da administração da graça de Deus, porque, dentro da igreja, Sua graça se manifesta especialmente na concessão de dons a cada crente (1 Pedro 4:10). Neste cenário, mordomia caracteriza-se pela disposição de servir aos outros. Quando Pedro conclama a comunidade cristã a administrar fielmente os dons dados por Deus, ele está sugerindo que somos mordomos de tudo que temos, porque tudo isso nos foi dado por Deus. Toda posse Cristã deve ser administrada para a glória de Deus. Isso incluiria tudo aquilo que Deus nos deu na criação, incluindo nossos corpos (1 Coríntios 6:19-20) e nossas fontes financeiras (ver próximos dois capítulos). O Cristão que é consciente de que tudo foi criado e redimido por Deus, através de Cristo e, portanto, que tudo pertence ao Senhor, nunca irá achar que é dono de algo, mas será sempre como um mordomo de Deus e de Cristo.

D. Mordomia da Criação e Apocalíptica

A ênfase do Novo Testamento na escatologia apocalíptica, que anuncia a destruição do ímpio e a revolução do mundo (e.g. 2 Pedro 3: 8-10), tende a sugerir que nossa responsabilidade como mordomos de Deus não inclui uma preocupação definitiva pelo mundo natural. Porque deveríamos nos preocupar com aquilo que será destruído por Deus, no fim dos tempos?

Tal conclusão seria um sério e terrível erro. Deveríamos notar que o Novo Testamento descreve Deus com um grande interesse no mundo natural. Ele alimenta os pássaros que voam, que não podem semear nem colher (Mateus 6:26), cuida dos pardais (10:29), e enche de beleza a grama do campo (6:28-39). Em nenhum lugar da Bíblia o mundo natural é descrito como essencialmente mau. Ao contrário, é bom, porque Deus o trouxe a existência. A preocupação de Deus com estas coisas serve de modelo para Seus mordomos. Eles devem tratar com respeito e cuidado aquilo que pertence ao seu Senhor. Somente o ímpio destrói o mundo, e o Senhor, em seu tempo, irá destruí-los (Apocalipse 11:18).

A revolução apocalíptica do mundo natural deve ser compreendida como um ato de redenção, que leva à renovação e não à extinção da criação.

É o ponto de transição de um mundo infectado pelo pecado e maldade, a um mundo liberto disso. Não é a negação da natureza, mas uma reafirmação de sua bondade. A experiência da natureza pode ser contrastada com a dos poderes malignos. Eles serão totalmente destruídos, extinguidos do universo de Deus, sem nenhuma possibilidade de recriação. Serão condenados como essencialmente maus. Não é assim com o mundo natural. A destruição final é a sua libertação.

Paulo, em Romanos 8:19-22, personifica o mundo natural e indica que por causa de sua solidariedade com os seres humanos, tem sido afetado por suas experiências de duas maneiras. Primeiro, ele foi “infectado” pelo pecado que os humanos trouxeram ao mundo. Foi submetido à frustração, porém “não por sua própria escolha” (v.20). Portanto, a natureza é amoral, mas é aprisionada às conseqüências do pecado humano. Está agora em um estado de escravidão e decadência (v.19). Segundo, a natureza vive na expectativa do cumprimento da promessa da futura redenção a ser experimentada pelos humanos no fim dos tempos. Cristo vem trazendo liberdade àqueles que acreditam nEle, e junto deles, a natureza olha adiante para a consumação dessa liberdade. A natureza não está esperando uma participação futura na destruição eterna do ímpio, e sim “na gloriosa libertação dos filhinhos de Deus” (v.21). Para Paulo, a condição presente da natureza é uma condição transitória, a qual terá fim na “própria natureza criada” que “será libertada da escravidão da decadência em que se encontra para a gloriosa liberdade dos filhos de Deus.”³⁶

A esperança apocalíptica também inclui o mundo natural. A libertação do povo de Deus inclui a libertação do mundo natural. Esta perspectiva



positiva da natureza é uma força motivante para o mordomo de Cristo a cuidar do mundo natural, e a agir responsabilmente diante de Deus, preservando-o e protegendo-o. Seus destinos estão misteriosamente entrelaçados.

VI. RESUMO

Nossa explicação do significado teológico de mordomia começa com a questão da natureza de Deus. Antes de qualquer coisa vir à existir, Ele já existia. Isso significa que Ele é eterno e autossuficiente. Nossa função como mordomos não é enriquecê-Lo ou prover a Ele subsídios, porque Ele é autossuficiente. A mordomia é o privilégio de estar em parceria com este misterioso e sublime Deus. Como Criador Ele é Único, Incomparável, Transcendente, Imanente e Dono. É somente a este Deus que somos encarregados como mordomos. Sua transcendência protege a mordomia de ver a natureza como divina, enquanto Sua imanência mostra Sua preocupação pela criação, e torna possível a nós sermos Seus mordomos. Deus, o Criador, é o Dono nos lembrando que nunca deveríamos clamar por domínio. Deus também é descrito como “amor”. A mordomia irá prejudicar-se se compreendida como uma tentativa do mordomo de obter o amor de Deus. Deus nos ama porque Ele é amor. Seu amor provém de um modelo a ser seguido pelo mordomo como administrador dos dons de Deus.

Nossa discussão sobre a natureza humana apontou que somos criaturas de Deus. Na preservação de nossas vidas, trabalhamos juntos à Deus. Somos mordomos de nossas vidas. Desde que vivemos dentro do tempo e espaço, também somos mordomos de nosso tempo e de nosso ambiente. Fomos criados à imagem de Deus. Essa imagem é aquilo que somos e o que expressamos em cada aspecto de nosso ser. Somos, portanto, mordomos de nossos corpos, de nossa vida espiritual, de nossas capacidades mentais e intelectuais, e de nosso ser social. Criados à imagem de Deus, foi-nos dado domínio sobre a natureza. Somos responsáveis por administrá-la para o Senhor, como Seus representantes.

A doutrina bíblica de pecado aponta para o fato de que nossa função como mordomos de Deus foi seriamente deturpada pelo pecado. O pecado, como rebelião, significa que os humanos clamaram a apropriar-se de suas vidas e do mundo. Isto resultou em uma preocupação egoísta pela autopreservação. Tornamo-nos escravos do pecado, incapazes de exercer a função de servos fiéis do Senhor.

A doutrina da salvação, através de Cristo, explica como fomos restaurados à nossa função original de mordomos de Deus. Em um mundo alienado de Deus, Ele enviou Seu Filho como o verdadeiro mordomo, que era, em essência, a “imagem de Deus” nesse mundo de pecado. Cristo Se tornou mordomo no plano da salvação. A fim de preservar a vida daqueles confiados a Ele, Ele deu sua própria vida por eles. Sua morte sacrificial nos conciliou com Deus, tornando possível dar fim à nossa rebelião contra o Criador, que é mais uma vez reconhecido como o verdadeiro e único Dono do universo e de nossas vidas. Nossa preocupação egoísta pela preservação de nossas vidas, teve fim quando aceitamos a morte de Cristo como o significado de nossa justificação. Deus, em Cristo, é aquele que preserva nossas vidas, e podemos confiar nEle, e colocar de lado nosso egoísmo. A liberdade do poder escravizante do pecado é uma realidade, porque Cristo nos redimiu na cruz. Pertencemos a Ele através da redenção. Agora, pelo poder santificador do Espírito, podemos ser transformados à imagem do Filho de Deus, podemos ser reintegrados como mordomos de Deus.

Uma de nossas primeiras responsabilidades como mordomos de Deus é a mordomia do evangelho, que inclui pregá-lo, e submeter nossas vidas a este evangelho. Somos também mordomos de todos os dons de Deus dados a nós. Somos,



de maneira especial, mordomos da natureza. A escatologia apocalíptica não deveria reduzir nossa preocupação pelo mundo natural. Olhamos adiante para a consumação de nossa libertação da presença do pecado e para a restauração do mundo natural.

VII. DEBATE

1. Qual é a sua análise geral com relação a estabelecer à implantação de uma “teologia de mordomia”?
2. Você concorda com as quatro linhas principais de análise para o fundamento teológico de mordomia? Que sugestões você tem? (É apenas o começo! Apreciaríamos ter sua resposta/reação/ideias escritas.)
3. Que relação há entre o conceito “era” de Deus e os fundamentos bíblicos de mordomia?
4. Discuta as essenciais diferenças entre O Deus Criador e Seus seres criados?
5. Como a escolha humana é motivada pelo amor de Deus?
6. Quais características únicas as pessoas possuem por serem criadas à “imagem de Deus”?
7. Explique como as palavras “e deu-lhes o domínio” descrevem o poder e autoridade dados aos humanos por Deus.
8. Discuta como os conceitos do pecado e liberdade estão intimamente interconectados na teologia cristã e história sagrada.
9. Devido à rebelião de Adão e Eva contra Deus, que características pecaminosas foram herdadas pela raça humana?
10. Qual a relação entre mordomia e a doutrina da salvação em Cristo?
11. Discuta se é uma preocupação legítima dos mordomos de Deus estarem interessados com o cuidado do mundo natural?
12. O mundo natural está incluso na esperança apocalíptica?
13. Descreva a mordomia bíblica com suas próprias palavras.

O material adicional seguinte, sobre Dízimo e tópicos relacionados, foram produzidos pelos GC Church Ministries (Ministérios da Igreja da Conferência Geral) de 1991-1994: Life Principles (Princípios de Vida), SDA Financial Systems (Sistemas Financeiros dos Adventistas do Sétimo

Dia), Tithing Moments (Momentos do Dízimo), Stewardship and Strategic Planning (Planejamento Estratégico e Mordomia).

VIII. NOTAS / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Langdon Gilkey. Criador do Céu e da Terra (Garden City, NY: Doubleday, 1959), p. 83.
2. CJ Labuschagne. A incomparabilidade de Deus no Antigo Testamento (Leiden: EJ Brill, 1966), p. 74. Devemos salientar que no Antigo Testamento “a característica dominante que faz Deus ser incomparável é a Sua intervenção miraculosa na história como Deus redentor” (Ibid, p 91). No entanto, sua atividade como Criador é um outro fator (idem, p. 108, 109), cf Isaías 40:18 e 25.
3. Hans-Joachim Kraus, Salmos 1-59: Um Comentário (Minneapolis: Augsburg, 1988), p. 313.
4. J. P. Baker, “Amor”, no Novo Dicionário de Teologia, S. B. Ferguson; D. F. Wright; e J. I. Packer, eds (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1988), p. 399.
5. Veja A. Nygren, Ágape e Eros (Philadelphia: Westminster, 1958), p. 77.
6. Sobre o amor dentro da divindade consultar H. W. Hoehner, “Amor”, no Dicionário Evangélico de Teologia. Walter A. Alwell, ed. (Grand Rapids, MI: Baker, 1984), p. 657.
7. Esta linha de raciocínio foi originado por Agostinho, ver Karl Burger, “Amor”, em “A Nova Enciclopédia Schaff-Herzog de Conhecimento Religioso, S. M. Jackson, Ed. (Grand Rapids, MI: Baker, reimpressão 1977), vol 7, p. 49.
8. E. G. White, Testemunhos, vol 5, p. 739.
9. Para uma excelente discussão sobre a doutrina bíblica do homem e do significado da imagem de Deus, consulte G. C. Berkouwer, Homem: A imagem de Deus (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1962), p. 67-118. Entre os eruditos adventistas que têm abordado este assunto estão V. N. Olsen, O homem, imagem de Deus (Hagerstown, MD: Review and Herald, 1988) e M. Veloso, El Hombre: Viviente Persona Una (Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1990), p. 79-89.
10. E. G. White, O Grande Conflito (Mountain View, CA: Pacific Press, 1911), p. 644-645.
11. Veja John A. T. Robinson, O corpo (Londres: SCM Press, 1952), p. 14.
12. Veja Barth K, Dogmática da Igreja: A Doutrina da Criação, vol 03:01 (Edimburgo: T & T Clark, 1958), p. 195-201.
13. E. G. White, Educação, p. 17.
14. Veja D. Jobling, “Domínio sobre a criação, “

Dicionário Intérprete da Bíblia:

Volume Suplementar, Creim K, Ed. (Nashville, TN: Abingdon, 1976), p. 247.

15. Veja H. W. Wolff, *Antropologia do Antigo Testamento* (Philadelphia: Fortress, 1974), p. 163.

16. G. J. Wenham, *Gênesis 1-15* (Waco, TX: Verbo, 1987), p. 33.

17. Cf. Jobling, "Domínio," p. 247.

18. W. Brueggemann, *Gênesis* (Atlanta: John Knox, 1982), p. 32.

19. E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 45.

20. Cf. Wolff, *Antropologia*, p. 162.

21. Ibid.

22. Claus Westermann, *Gênesis 1-11: Um Comentário* (Minneapolis: Augsburg, 1984), p. 224, escreve: "A proibição que restringe o homem também o ameaça. A limitação está expressa na lei, e aqui na frase, "No dia em que você comer dela você morrerá". Esta não é, de fato, uma ameaça de morte, mas sim a expressão clara do limite que é o complemento necessário da liberdade confiada à humanidade. Dizer não a Deus - o que a liberdade permite - é basicamente dizer não à vida, a vida que vem de Deus."

23. E. G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 53.

24. Para uma discussão sobre as diferentes opções ver Westermann, *Gênesis 1-11*, p. 242-48.

25. Victor P. Hamilton, *O Livro do Gênesis: Capítulos 1-17* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1990), p. 166, escreve, "O que é proibido ao homem, é o poder de decidir por si mesmo o que é de seu interesse e o que não é. Esta é uma decisão que Deus não delegou ao terráqueo."

26. E. G. White, "Comentários de Ellen G. White: Romanos," em *Comentário Bíblico DSA*, vol. 6, p. 1078.

27. E. G. White, *Testemunhos*, vol 4, p. 294.

28. E. G. White, *Ministério da Cura*, p. 163.

29. Cf. Peter Pokorny, *Colossenses: Um Comentário* (Peabody, MA: Hendrickson, 1991), p. 74.

30. Ver Eduard Lohse, *Colossenses e Filemom* (Philadelphia: Fortress, 1971), p. 48-49.

31. Veja Schnackenburg Rudolf, *O Evangelho Segundo João*, vol. 1 (New York: Imprensa Seabury, 1968), p. 388.

32. Arthur Patzia, *Efésios, Colossenses, Filemom* (Peabody, MA: Hendrickson, 1984), p. 155. Marcus Barth, *Efésios 1-3* (Garden City, NY: Doubleday, 1974), p. 76, traduz a primeira parte de Efésios 1:10 como, "que ele deveria administrar os dias de satisfação." Segundo ele, Cristo é descrito nesse versículo como um mordomo de Deus (p. 86-89).

33. M. Lattke, "Kenoo tornar vazio, destruir" no *Dicionário de Exegética do Novo Testamento*, vol. 2, Horst Balz e Gerhard Schneider, eds (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1991), p. 282, escreveu a respeito de Cristo em 2 Coríntios 8:9, "a cláusula fala da humildade, abnegação e o abnegado empobrecimento da maneira divina de ser."

34. Veja Angel Manuel Rodríguez, "Salvação por Substituição Sacrificial," *Diário da Sociedade Adventista Teológica*, vol. 3 (1992), p. 65-68.

35. C. E. B. Cranfield, *Epístola aos Romanos*, vol. 1 (Edimburgo: T & T Clark, 1975), p. 432.

36. H. Balz, "Mataiotos vaidade, inutilidade, transitoriedade" no *Dicionário Exegético do Novo Testamento*, vol. 2, p. 397. Para uma discussão sobre a estreita ligação entre o homem e a natureza em acordo com a Bíblia e a sua importância para a sociedade moderna, ver Frank Moore Cross, "O Resgate da Natureza", *Boletim do Seminário de Princeton*, vol. 10 (1989), p. 94-104.

MORDOMIA E
TEOLOGIA DO DÍZIMO

SUMÁRIO

I. Introdução	24
II. Dízimo no Antigo Testamento	24
A. Gênesis 14: O dízimo de Abraão	
B. Gênesis 28:10-22: O dízimo de Jacó	
1. O compromisso de Jacó com Deus	
C. Legislação do Dízimo	
1. Levítico 27:30-33	
2. Números 18:21-32	
3. Deuteronômio 12:6, 11, 17; 14:22-29; 26:12-15	
D. Outras passagens do Antigo Testamento	
1. 2 Crônicas 31:4-6, 12	
2. Amós 4:4	
3. Neemias 10:38-39; 12:44, 35:5, 12	
4. Malaquias 3:8-10	
III. Dízimo no Novo Testamento	34
IV. Síntese e conclusões	35
V. Debate	37
VI. Notas / Referências Bibliográficas	37

MORDOMIA E TEOLOGIA DO DÍZIMO

I. INTRODUÇÃO

Este estudo examinará a evidência bíblica que descreve o sistema de dízimo, na intenção de explorar suas características principais e seu conteúdo teológico. Estudiosos da Bíblia têm mostrado pouco interesse no estudo do sistema de dízimo israelita. A maioria dos estudos sobre este assunto tem sido manipulado por preocupações históricas e críticas (reconstruir o desenvolvimento histórico do sistema e datar diferentes fontes) mais do que pelo interesse teológico.³⁷ Deveríamos sim aproximar o texto em sua forma canônica, dando atenção especial para sua motivação teológica.

É bem conhecido o fato de que dizimar não é uma prática exclusivamente israelita. Recorde por um momento a cidade de Ugarit (século XIV a. C.). Há indicações de que seus residentes pagavam dízimos ao templo, um tipo de taxa, e que o rei também recebia uma taxa real (um dízimo) do povo.³⁸

Documentos neobabilônicos do século VI a.C., revelam que dizimar era uma prática comum na Babilônia. O dízimo era dado ao templo e, o próprio rei deveria dizimar. O dízimo era coletado de todos os bens, incluindo cevada, tâmara, gergelim, linho, azeite, alho, lã, roupas, gado, ovelhas, pássaros, lenhas, e produtos de prata e ouro.³⁹ Dizimar era também conhecido e praticado entre os persas, gregos e romanos.⁴⁰

A origem dessa difundida prática é desconhecida pelos historiadores. A Bíblia não a discute e, quando o dízimo é mencionado pela primeira vez, parece já ser uma prática comum.

Mesmo assim, sabemos que “o sistema de dízimos estende-se desde os dias de Moisés... até mesmo aos dias de Adão.”⁴¹ O sistema, como revelado no Velho Testamento, é “divino em sua origem;”⁴² foi dado por Deus ao homem. Dizimar parece estar associado com a raça humana em seu estado caído.

A seguir, examinaremos as passagens bíblicas em que o dízimo é discutido ou mencionado. En-

fatizaremos as associações de ideias bíblicas e sua finalidade. Então, integraremos tais ideias e conceitos para prover uma imagem ampla da compreensão bíblica do dízimo.



II. O DÍZIMO NO VELHO TESTAMENTO

A. O dízimo de Abraão: Gênesis 14

Gênesis 14 é um único capítulo na história patriarcal que nos permite estar familiarizados com um aspecto importante da vida de Abraão como um líder militar. Dentre seus servos tinha um grupo bem treinado de soldados.

Contudo, a proposta de Gênesis 14 não é de apenas descrever as habilidades de liderança de Abraão em tempos de guerra, mas revelar a dimensão mais importante de seu caráter e o caráter daqueles mencionados na narrativa. Através de suas ações e atitudes, as intenções e motivações de seus corações foram reveladas, e nós conseguimos perceber um contraste marcante entre Abraão e Melquisedeque de um lado, e os reis de outro.

As diferenças entre aqueles dois grupos eram determinadas pelo seu comprometimento ou falta de comprometimento com o Deus Altíssimo. Aqueles que não O servem são descritos como cobiçosos e egocêntricos, totalmente possuídos

e manipulados por seus corações egoístas, não reconhecendo outra autoridade além da sua própria. Não havia lugar em seus corações para gratidão, e muito menos para o reconhecimento de suas limitações como criaturas de Deus.

Abraão e Melquisedeque exibem um verdadeiro espírito altruísta na narrativa. Ambos tem algo importante em comum: eles adoravam ao Deus Altíssimo e O reconheciam como o Criador do céu e da terra. É dentro deste contexto teológico que o dízimo é introduzido na história.

Gênesis 14 lida com propriedades e a perda e recuperação de bens. As cidades da planície estavam sob controle político de Quedarlaomer por doze anos. Sua política expansionista e seu desejo por poder, levaram-no a conquistar tais cidades, forçando o povo a pagar a ele altas taxas anuais. Através da desapropriação dos bens deles, o rei estava se enriquecendo e alimentando seu coração egoísta com esta prática.

Após doze anos de opressão, os habitantes das cidades decidiram rebelar-se, mas foram facilmente derrotados. O Rei Quedarlaomer e seus aliados os atacaram e os conquistaram, e tomaram a comida e os bens do rei de Sodoma e de Ló. Algumas das pessoas, incluindo Ló, foram levadas como prisioneiras.

Abraão foi informado desses acontecimentos e decidiu intervir para libertar Ló. Ele atacou e derrotou os reis, libertando os prisioneiros e recuperando todos os bens tomados de Ló e do rei de Sodoma. Enquanto ele estava retornando, os reis de Sodoma e Salém vieram ao seu encontro. Abraão deu o dízimo do que saqueou para Melquisedeque e entregou ao rei de Sodoma tudo aquilo que lhe foi tirado.

A prática do dízimo é mencionada aqui de maneira quase que casual, sugerindo que o dízimo já era parte da vida e experiência religiosa de Abraão. E, certamente não foi a primeira vez que ele devolveu seu dízimo ao servo de Deus.

Ao lermos a história, percebemos que vários elementos importantes, relacionados a prática do dízimo, são trazidos a foco:

1. *Dízimo é baseado na renda*

Tendo derrotado o inimigo, o que saqueou da guerra pertencia a Abraão, incluindo aquilo que foi tomado de Ló, do rei de Sodoma e dos prisioneiros. Abraão poderia ter saído grandemente enriquecido dessa experiência. No entanto, sua decisão de ir à guerra não foi motivada pelas preocupações egoístas, mas sim pelo desejo de salvar Ló.

O altruísmo de Abraão é manifestado de duas maneiras. Primeiro, ele devolveu ao rei de Sodoma o que Quedarlaomer tomou dele. Antes de Abraão ir para a guerra, ele havia prometido para Deus que se ele obtivesse sucesso, ele devolveria tudo ao rei de Sodoma, porque ele não estava interessado em seu benefício direto ou indireto nessa experiência.

Segundo, Abraão demonstrou seu altruísmo dando um dízimo de tudo ao rei de Salém. A passagem claramente declara que ele “deu dízimo de tudo” (Gênesis 14:20). É muito difícil compreender o que está implícito nesta frase. Provavelmente, seria correto concluir que ele não dizima os bens do rei de Sodoma. Aparentemente, ele nunca os considerou como seus. Se esse fosse o caso, ele devolveria o dízimo dos despojos da guerra que ele considerasse serem seus. Este seria um novo ganho para ele. Note que o verbo utilizado é “dar” (nathan). O dízimo não era seu, e ele o devolveu para o Senhor.

2. *O receptor do Dízimo*

A narrativa revela quem deveria receber o dízimo. Melquisedeque não era somente um rei, mas também sacerdote do Senhor. Ele e Abraão adoravam o Deus altíssimo (identificado como Yahweh por Abraão). Havia alguns dentre os cananitas que ainda adoravam o Deus verdadeiro, e Melquisedeque era um deles.

Enquanto Abraão retornava vitorioso do conflito, Melquisedeque foi recebê-lo e acolhê-lo. Ele preparou um banquete real para Abraão. Além disso, ele abençoou Abraão. Melquisedeque foi escolhido por Deus para servir como um sacerdote e ser o mediador das bênçãos de Deus. Imediatamente depois da bênção, Abraão devolveu-lhe o dízimo. Este era seu papel como sacerdote, que Ele recebesse o dízimo, e foi sobre essa mesma função, que Abraão deu-lhe o dízimo.

O dízimo é devolvido a um instrumento apontado por Deus para servir a Ele e ao seu povo como sacerdote. Ao dar o dízimo para o sacerdote, Abraão implicitamente reconheceu a santidade do dízimo. Foi devolvido ao eleito por Deus para ser Seu santo instrumento. Apenas ele poderia lidar com as coisas sagradas.

3. *Bases teológicas para dizimar*

A narrativa provê certos conceitos teológicos que trazem luz ao significado do dízimo. Esses conceitos, que fundamentam a prática do dízimo, sugerem que dizimar não é um fenômeno isolado na experiência religiosa de uma pessoa, mas que

pertence a um entendimento teológico particular do mundo ao nosso redor e de nosso papel dentro dele.

A. DEUS É O CRIADOR. Essa idéia é tão importante que é mencionada duas vezes na narrativa. Melquisedeque e Abraão referem-se a Deus como o “criador do céu e da terra.” O Deus invocado nas bênçãos é o Criador.

A palavra hebraica traduzida por “Criador” (*ganah*) vem de uma raiz que significa “adquirir, possuir (destacando possuir).” Alguém pode possuir alguma coisa fazendo, criando, ou adquirindo-a. Nessa narrativa, o termo *ganah* parece expressar a ideia de criação e posse. Tudo no céu e na Terra pertence ao Senhor, pois Ele o criou. A soberania de Deus é baseada em Sua atividade como Criador.

Isso sugere que a realidade é única. Não se espera que respondamos a poderes espirituais diferentes, somente ao Criador. Nossa lealdade não deve ser dividida entre diferentes deuses, pois há somente um Senhor que trouxe à existência todas as coisas.

Sem o conceito bíblico da criação, o dízimo carece de significado sólido. Abraão dizimou porque o seu Deus era o Criador do céu e da Terra. Ele reconheceu a soberania de Deus através da confissão de sua boca, “Senhor, Deus Altíssimo, Criador do Céu e da Terra” (Gênesis 14:22), e através de suas ações, devolvendo o dízimo a Melquisedeque.

B. DEUS É QUEM ABENÇO. Como havíamos destacado, Melquisedeque cumpriu uma responsabilidade sacerdotal ao abençoar Abraão. Teologicamente, a bênção precede o dízimo. Sem essa bênção prévia, o verdadeiro dízimo é impossível.

As bênçãos de Deus são sempre uma expressão de Seu amor e cuidado por nós. O dízimo é um reconhecimento da bondade de Deus e, portanto, sempre é uma resposta e nunca um precedente.

Abraão estava completamente ciente do fato de que Aquele que o enriqueceu foi o Senhor. Ele estava convencido em sua mente que sua segurança financeira não era dependente do poder de ninguém, mas das bênçãos de Deus. Quando o rei de Sodoma lhe disse (em tom quase que exigente), “dê-me as pessoas e pode ficar com os bens,” a reação de Abraão foi imediata, “não aceitarei nada.” (Veja Gênesis 14:21-23.) Melquisedeque veio receber Abraão e compartilhar comida e bênção; o rei de Sodoma saiu para exigir

de que pelo menos parte de suas propriedades fossem devolvidas à ele. Tecnicamente, os bens do rei de Sodoma pertenciam a Abraão. Mas Abraão devolveu tudo a ele por duas razões. Já expusemos a primeira: Abraão pronunciou um juramento diante do Senhor comprometendo-se a devolver tudo aquilo que pertencia ao rei. Segundo, Abraão não desejava que o rei dissesse: “eu enriqueci a Abraão.” Dessa maneira, Abraão estava protegendo a honra de Deus.

O patriarca sabia que sua fortuna era resultado das bênçãos de Deus, e ele não desejava permitir que ninguém enfraquecesse ou distorcesse essa convicção. Ele rejeitou a fortuna ao invés de fazer sombra sobre a bondade de Deus, recebendo-a. A implicação é que a primeira preocupação de Abraão não foi seu bem-estar material ou econômico, mas seu relacionamento com o Senhor. Foi onde sua prontidão pelo dízimo se originou.

C. DEUS PRESERVA A VIDA HUMANA. A narrativa sugere que o dízimo é motivado teologicamente. Nesse caso específico, o dízimo de Abraão era um reconhecimento de que foi o Deus Altíssimo quem lhe deu a vitória (Gênesis 14:20)⁴³. O sacerdote, na bênção, louvou ao Senhor porque Ele derrotou os inimigos, deixando-os nas mãos de Abraão. O papel de Abraão é não negar, mas atribuir a vitória a Deus.

O dízimo era baseado não somente no fato de que Deus abençoou Abraão, mas também no fato de que Ele o preservou, derrotando os inimigos. A implicação é que a vida é tão frágil que não pode ser completamente preservada por esforços humanos. Existem forças que ameaçam a vida humana, e somente Deus pode adequa e efetivamente derrotá-las. Essa convicção era tão dinâmica que se incorporava ao ato de Abraão dizimar. Portanto, o dízimo expressa o fato da vida não ser nossa, mas sempre pertencer ao Senhor (não somente porque Ele nos criou, mas porque Ele nos preserva em um mundo de pecado e morte).

De acordo com Gênesis 14, o dízimo é uma forma de repúdio ao egoísmo. Esse poder escravizante rege aqueles que não conhecem o Senhor e os leva a explorar e destruir outros em sua busca por fortuna. Abraão dizimou porque ele rejeitou o egoísmo como força regedora de sua vida.

Em um nível mais profundo, a prática do dízimo de Abraão estava baseada na convicção sólida de que Deus é o Criador e Dono de tudo no universo – Aquele que abençoa e preserva a vida. A experiência de Abraão esclarece que Deus esco-

lheu indivíduos específicos para mediar e transferir o dízimo do adorador para Ele. Um sacerdote recebia o dízimo, nesse caso em particular e em outros casos registrados no Antigo Testamento. Abraão devolveu seu dízimo para aquele a quem Deus apontou como seu instrumento.

B. O DÍZIMO DE JACÓ: GÊNESIS 28:10-22

A segunda referência ao dízimo na Bíblia é encontrada em Gênesis 28:22, onde lemos que Jacó deixou seu lar e se dirigiu a Harã a fim de preservar sua vida. Entre Berseba e Harã ele teve uma experiência com o Senhor que o sustentou durante o restante de sua vida.

O Senhor apareceu a Jacó em um sonho, revelando-Se como um Deus amoroso e mantenedor, desejoso por abençoar, guiar e proteger o patriarca. Em resposta a essa revelação divina, Jacó fez um voto prometendo devolver um dízimo de tudo que Deus lhe deu.

O contexto desse compromisso com o dízimo provê conceitos básicos e significativos que nos ajudarão na descoberta de uma série de idéias associadas ao dízimo.

1. *Compromisso de Jacó com Deus*

Antes de Jacó prometer o dízimo, ele disse “então o Senhor será o meu Deus” (28:21). Durante o sonho, o Senhor prometeu dar a Jacó uma série de coisas, por causa de Seu amor gracioso. O Senhor revelou-Se como o Senhor de Abraão e Isaque, mas Sua intenção real era se tornar o Deus de Jacó também (v.13). Mas essa era a decisão a ser tomada por Jacó e ele decidiu em favor de Deus.

Comprometimento com o Senhor em um relacionamento de amor, precede o dízimo, pois está inseparavelmente conectado ao Senhor. Este pertence a Ele. O dízimo é baseado no reconhecimento da intervenção providencial de Deus na vida de uma pessoa. Sem essa experiência e comprometimento prévio, o dízimo carece de motivo e se torna irrelevante de significado.

2. *A preocupação de Deus por Jacó*

No sonho, Deus descreveu-se como Aquele que supriria as necessidades de Jacó. As promessas específicas revelaram, de maneira particular, aquilo que o Senhor daria ao patriarca.

A. DESCENDENTES (ver Gn 28:14) Jacó viajou sozinho, mas isso mudaria no futuro. Seus descendentes, o Senhor disse, “serão como o pó da terra.” Através deles, as promessas feitas a Abraão

seriam cumpridas. A pressuposição era que a procriação humana está nas mãos do Senhor, não sob o controle da lei da reprodução humana.

B. PROTEÇÃO (ver Gn 28:15) A promessa de proteção pressupunha que Jacó vivia em um relacionamento hostil, e que sozinho era incapaz de se auto preservar. Foi-lhe prometido aquilo que ele precisava: condução divina. Assim, são enfatizados os limites do poder humano, e a necessidade de depender de um poder sobre-humano. A preservação da vida está essencialmente nas mãos de Deus.

C. TERRA (ver Gn 28:13) A terra era um dos mais importantes presentes que Deus deu ao Seu povo. A terra lhes provia uma identidade e era, extensamente, uma fonte de riqueza e segurança financeira. Essa promessa implicava que a terra pertencia ao Senhor, não ao povo, e era Deus quem provia segurança financeira.

D. BENS (ver Gn 28:20) Deus prometeu a Jacó que Ele proveria o pão e as roupas a ele. Isso deveria trazer paz à mente do viajante solitário.

Através dessa promessa, o Senhor revelou-Se a Jacó como Aquele que está no centro da segurança humana, a suprema e única fonte de verdadeiras bênçãos. Ele possui tudo, e partilha com cada pessoa, segundo Sua boa vontade. Deus é o Dono, mas Ele naturalmente compartilha com os outros. Note como essa ideia é destacada na maneira como a promessa é dita: Deus é sempre o sujeito.

“Eu te darei a terra.”

“Eu estou com você.”

“Eu te vigiarei.”

“Eu trarei você de volta a essa terra.”

“Eu não te abandonarei.”

“Eu farei aquilo que prometi.”

Deus se descreve aqui como Quem possui o poder que Jacó necessitava para se realizar, para se tornar aquilo que deveria. Esse era o poder da presença amorosa de Deus em sua vida.

Então Jacó disse, “De tudo o que me deres certamente te darei o dízimo.” (28:22). Ele percebeu que tudo aquilo que adquirisse no futuro seria sempre um presente de Deus. Ele jamais possuiria algo, exceto aquilo que o Senhor lhe desse. Para ele, o dízimo seria uma expressão de gratidão, um reconhecimento de que ele não era dono de nada.

Um voto era um ato muito solene pelo qual alguém determinava levar Deus a sério, compro-

metendo-se com Sua palavra. Era uma maneira de expressar fé no Senhor. Em seu voto, Jacó não negociou com Deus ou tentou suborná-lo. “O Senhor já havia prometido a ele prosperidade, e esse voto era a saída de um coração preenchido com gratidão e certeza do amor e misericórdia de Deus.”⁴⁴

Através do voto, Jacó se apropriou das promessas de Deus. De fato, seus “votos correspondem às promessas.”⁴⁵ Tudo que o patriarca menciona em seu voto – cuidado protetor de Deus, alimentos e roupas, seu retorno seguro à terra – Deus já o havia prometido. Estamos certos em concluir que, através do voto, Jacó estava levando Deus a sério e aceitando Sua oferta graciosa.

O dízimo é parte do voto. Mas se o dízimo pertence ao Senhor, então porque fazer um voto prometendo devolvê-lo a Ele? Há muitas razões que podem ser dadas para isto:

A. AO FAZER UM VOTO, JACÓ RECONHECEU QUE O DÍZIMO PERTENCE AO SENHOR. Por outro lado, ele pode ter sido tentado a considerá-lo simplesmente parte de sua renda e devolvê-lo ao Senhor quando achasse necessário. De certa forma, esse voto era uma testemunha à santidade do dízimo.

B. AO FAZER UM VOTO, JACÓ EXPRESSOU SUA LIVRE DECISÃO DE DEVOLVER O DÍZIMO AO SENHOR. Deus não o forçou a dizimar. Os votos na Bíblia sempre são atos voluntários baseado no trabalho do Espírito no coração do indivíduo. O voto de Jacó significou que ele tinha escolhido voluntariamente devolver ao Senhor aquilo que era Seu.

C. AO FAZER UM VOTO, JACÓ ACEITOU O DESAFIO DE DEUS DE CONFIAR N'ELE OU COLOCÁ-LO À PROVA (Malaquias 3:10.) Deus fez promessas específicas a Jacó, esperando que ele aceitasse e acreditasse nelas. Isso requeria que Jacó entrasse em um relacionamento de confiança e confidência com o Senhor.

Um voto é o mais solene ato através do qual uma pessoa expressa confiança no Senhor. De certa forma é a fé crescendo para a maturidade. No caso de Jacó, o dízimo era uma parte de seu compromisso total de fé no Senhor. Seu voto esclarece que as bênçãos de Deus precedem o dízimo e que, no entanto, o dízimo não é uma maneira de ganhar o auxílio de Deus.

4. JACÓ ADOROU. O dízimo é mencionado nessa história em um contexto de adoração. Jacó foi confrontado pela radiante presença de Deus e O

adorou. Isso é adoração – uma resposta reverente à presença de Deus. O local onde ele teve o sonho se tornou local de adoração, uma casa do Senhor. Dizimar é um elemento no ato de adoração.

Uma leitura dos versos 21 e 22 do capítulo 28 indicam que o voto de Jacó incluía três componentes básicos: (a) comprometimento com o Senhor (“o Senhor será o meu Deus”); (b) adoração à Ele (o lugar tornava-se “santuário de Deus”); (c) dizimar (baseado no que Deus lhe deu). O dízimo é significativo somente dentro dessa cenário teológico.

Um elemento importantíssimo nessa narrativa é que o fato de dizimar é precedido de uma revelação de Deus como Alguém carinhoso e amoroso, sempre disposto a abençoar e preservar a vida de Seus servos. Jacó descobriu que toda bênção espiritual e material é encontrada em Deus e que Ele tem uma disposição natural para abençoar abundantemente.

Segundo essa narrativa, provavelmente é correto concluir que o dízimo esta baseado em uma ética de imitação. O Senhor é o Grande Doador, e Jacó O imitou quando dizimou. De certa forma é similar ao mandamento do Sábado. Descansar no Sábado está baseado no fato de que Deus descansou nesse dia. Ao cumprir o mandamento, nós O imitamos.

Tais imitações éticas tornam-se uma possibilidade somente depois da pessoa aceitar Deus como Seu Senhor pessoal. Isso engloba uma entrega completa da vida e das posses do indivíduo ao Senhor. O dízimo perpetua essa experiência na vida da pessoa. Se um voto está envolvido, é porque o relacionamento com o Senhor é formal e o compromisso é permanente. Como um ato de adoração, o dízimo renova nossa vontade constante de entregar nossas vidas para a Fonte de todas as bênçãos, reafirmando nosso compromisso incondicional a Deus. Dessa maneira, o dízimo é uma representação concreta da aliança.

C. Legislação do Dízimo

O Senhor inseriu o dízimo à lei da aliança israelita, fazendo disso parte da experiência religiosa do povo como uma nação. Muitas leis no Pentateuco referem-se às práticas do dízimo. A intenção dessas regulamentações é definir o que deveria ser dizimado, explicar o processo a ser seguido ao dizimar, definir o uso do dízimo e expor sua função social e teológica. Vamos examinar mais essa legislação.

1. Levíticos 27:30-33

Levíticos 27 trata da dedicação dos dons— isto é, dons prometidos ao Senhor através de voto ou da sua consagração à Ele. Esses dons incluem ofertas donativas das pessoas em montantes fixos de prata (versos 1-8); penhor de animais (versos 9-13); consagração de propriedades ou terra (versos 14-24); e leis proibitivas (versos 28, 29). O capítulo também inclui leis que regulamentam o resgate do primogênito e do dízimo (v 26, 27, 30-33)⁴⁶.

A proposta básica do capítulo é definir as principais fontes de renda para os serviços do santuário e dos sacerdotes.⁴⁷ Manter o santuário era uma parte extremamente importante do sistema de adoração israelita, porque através dele o povo mostrava sua alegria e gratidão por ter Deus habitando entre eles.

Embora o dízimo não fosse uma oferta voluntária, estava incluso dentro das ofertas donativas, porque também era uma fonte de renda para a classe eclesiástica. Além disso, ofertas donativas eram redimíveis e, até certo ponto, também eram o dízimo. Portanto, era lógico incluir o dízimo na questão de ofertas donativas. Essa legislação específica do dízimo apresenta alguns fatos significativos.

A. O DÍZIMO ESTÁ BASEADO EM UMA CONVICÇÃO TEOLÓGICA. O dízimo pertence ao Senhor, portanto, é santo. Ele não se tornou santo através de um voto ou um ato de consagração. Ele é simplesmente santo por sua própria natureza. Ele pertence ao Senhor. Ninguém, exceto Deus, tem direito sobre ele. Ninguém pode consagrá-lo ao Senhor, porque o dízimo não é propriedade pessoal.

De certo modo, o dízimo é como o Sábado. Ambos são santos para o Senhor (*qodesh laYHWH*; Ex. 16:23; Lv. 27:30). Deus o revestiu com santidade, e agora faz parte de sua própria natureza. Ambos podem se tornar um teste de lealdade ao Senhor e à aliança, porque o Senhor os colocou à nossa disposição, embora nenhum dos dois seja nosso. Podemos desconsagrar ambos, utilizando-os de maneira profana.

B. O DÍZIMO ESTÁ BASEADO NO AUMENTO DOS BENS. A legislação requer o dízimo de toda a produção da terra: grãos e frutos. Isso também se aplica ao crescimento das “manadas e rebanhos.” A tradução literal dessa frase é “boi e ovelha”, mas em levíticos aparece como “manadas e rebanhos” (Levíticos 1:10)⁴⁸. Esse crescimento da produtividade e da pecuária é o resultado das bênçãos

de Deus a Seu povo (Levíticos 26:3-5). O dízimo é um reconhecimento da parte de Israel de que tudo que eles recebem vem e pertence a Deus. Esse reconhecimento repousa no centro do coração da aliança. O dízimo se torna uma constante testemunha para a aliança e para a lealdade do povo em relação a isto.⁴⁹

C. RESGATE DO DÍZIMO. O dízimo do rendimento do campo pode ser resgatado por substituição equivalente (provavelmente em prata) e mais uma sobretaxa de vinte por cento. O dízimo das manadas e rebanhos não era resgatável.

O resgate do dízimo mencionado aqui não deve ser confundido com uma prática errônea de contenção de dízimo com a intenção de trazê-lo depois e ainda adicionar vinte por cento. O que essa legislação estabelece é que, desde de que o dízimo é pago em espécie “pode existir casos nos quais um homem necessita do trigo para a semeadura e prefere pagar em dinheiro do que em trigo. Sob essas condições, ele deve resgatar o dízimo tendo avaliado o trigo e pagando esse montante mais um quinto.”⁵⁰ Não existe indicação em Levíticos 27 que o dízimo possa ser negado.

D. NÃO DEVE Haver MANIPULAÇÃO DO DÍZIMO. É ordenado à pessoa que traga o dízimo ao Senhor. Qualquer tentativa de manipular o sistema em um esforço de obter algum ganho pessoal, é rejeitada por essa lei.

Os israelitas não deveriam controlar ou influenciar, de nenhuma forma, a seleção do dízimo das manadas e rebanhos. Cada décimo animal que passasse sob o cajado do pastor, pertencia ao Senhor. A pessoa não deveria “retirar os bons dentre os ruins, nem fazer qualquer troca” (Levíticos 27:33). A qualidade do animal não deveria ser controlada.

Levíticos 27 define o dízimo como santo para o Senhor. Também associa o dízimo com os dons dados ao santuário, a fim de sustentar a si e ao seu clero. Essa é, provavelmente, uma das razões de seu resgate. Essa legislação não exprime claramente como o dízimo deveria ser utilizado no santuário. A ênfase está na natureza do dízimo e na responsabilidade do indivíduo de trazê-lo ao Senhor.

2. Números 18:21-32

Números 18 descreve a responsabilidade dos sacerdotes e levitas como guardiões do santuário. Guardar o santuário e ministrar as necessida-

des do povo era um trabalho de período integral. A tribo de Levi não tinha herança dentre o restante de Israel. O Senhor era a sua herança. Deus era Quem atendia suas necessidades. A proposta principal de números 18 é de direcionar as “razões pelas quais as ordens clericais... devem ser mantidas.”⁵¹

O Senhor destinou os dons do povo trazidos para Ele à Arão. Isso incluía uma porção santíssima (versos 9,10) e ofertas sagradas (versos 11-19). Ele também se beneficiou do dízimo (versos 25-32).⁵²

A renda dos levitas era o dízimo devolvido pelos israelitas ao Senhor (versos 21-24). O dízimo é discutido aqui no contexto do santuário, e está diretamente relacionado com o trabalho dos sacerdotes e levitas.

A. NATUREZA DO DÍZIMO. Números 18 não se refere ao dízimo explicitamente como um dom sagrado do Senhor. O dízimo está, provavelmente, incluso na frase “as ofertas sagradas dos israelitas” (verso 32) ou talvez se refira exclusivamente ao dízimo, mas isso não é absolutamente certo.

Apesar disso, o dízimo é descrito como aquilo “que os israelitas apresentarem como contribuição ao Senhor” (verso 24). O verbo traduzido “apresentarem” (*rûm*) significa “separado, (retirado), e presente.” “Uma oferta” (*terûmah*) parece referir-se a algo que é designado (separado) como uma oferta, fora do santuário, e que é, subsequentemente, trazida ao santuário e oferecida ao Senhor.⁵³ Se essa interpretação está correta, então o dízimo era uma oferta separada em casa, e mais tarde devolvida ao Senhor no santuário.

Ao descrever o dízimo como uma oferta, sua santidade está sendo indicada. O fato de ser uma oferta não significa que era voluntária; o Senhor não a requeria do povo.⁵⁴ Essa legislação não define o que deveria ser dizimado. Existe uma menção de “trigo” e “vinho” (verso 27), contudo o texto não limita o dizimar somente esses itens (ver versos 28, 29).

B. USO DO DÍZIMO. O dízimo pertence ao Senhor, porém Ele o conferiu aos levitas (verso 21). Essa decisão foi baseada no fato de que os levitas não receberam nenhuma herança dentre os israelitas e, conseqüentemente, não tinham nenhuma maneira de se sustentarem. Sua função era ministrar no santuário e proteger a sua santidade. O Senhor lhes deu o dízimo como compensação (verso 21; *heleph*), ou uma recompensa (verso 31; *sakar*) por seu trabalho no santuário.

Note que ao dizimar, os israelitas não estavam pagando aos levitas por seu serviço. Eles estavam apenas devolvendo o dízimo ao Senhor na forma de uma oferta. Era o Senhor quem decidia como utilizá-lo. O Senhor decidiu dá-lo aos levitas.

O significado desse procedimento está fundamentado no fato de que a qualidade dos serviços prestados pelos levitas aos israelitas, não afetavam a prática do dízimo do povo como um todo. Eles devolviam seu dízimo ao Senhor e Ele o dava aos levitas. Essa ideia é repetida três vezes no capítulo (versos 21, 24, 25).

Esse mesmo enfoque também foi utilizado com relação ao dízimo conferido aos sacerdotes (versos 28,29). Aos levitas eram ordenados a apresentar o dízimo do dízimo devolvido ao Senhor, porém, o Senhor era quem determinava como deveria ser utilizado. O dízimo dos levitas era para o Senhor, e não um pagamento feito para os sacerdotes por seus serviços: “Vocês deverão apresentar um décimo daquele dízimo como contribuição pertencente ao Senhor” (verso 26). O sustento dos sacerdotes não estava nas mãos dos levitas, mas nas mãos do Senhor. Esse dízimo era selecionado da melhor porção do dízimo dos israelitas (verso 29), evitando, desse modo, uma tentativa da parte dos levitas de manipular o processo.

Segundo Números 18, o dízimo foi conferido pelo Senhor aos levitas e sacerdote como compensação por seu trabalho de tempo integral no santuário, em favor do povo de Israel. O dízimo era trazido ao Senhor, e não era um pagamento pelo ministério dos levitas e sacerdotes. De fato, o dízimo nunca é um pagamento por prestações de serviços.

3. Deuteronômio 12:6, 11, 17; 14:22-29; 26:12-15.

Deuteronômio 12 trata da importância de adorar a Deus em um santuário – um local escolhido pelo Senhor. Para este lugar, esperava-se que os israelitas trouxessem seus sacrifícios, ofertas e dízimo (versos 6,11).

Em 12:17 encontramos instruções relacionadas ao uso do dízimo, que não encontramos em nenhuma outra lei. Aos israelitas foi pedido que não comessem o dízimo em suas próprias cidades, mas que o levasse ao santuário. Eles o comiam na presença do Senhor (verso 18). Toda a família era permitida comer.

A legislação registrada em 14:22-27 desenvolveu depois essas idéias. Deuteronômio 14 trata

“daquilo que deveria ou não ser comido.”⁵⁵ O dízimo dos grãos, vinho novo, e azeite, é mencionado dentre os alimentos que podiam ser comidos (versos 22-23). Requeria-se dos israelitas que levassem o dízimo ao santuário e comessem na presença do Senhor.

Se o santuário fosse muito distante, permitia-se que o povo trocasse o dízimo por prata. Uma vez que chegassem ao santuário, eles compravam aquilo que desejassem com a prata. “Então, juntamente com suas famílias comam e alegrem-se ali, na presença do Senhor, do seu Deus” (verso 26). Ao fazer isso, eles não deviam negligenciar os levitas – e sim compartilhar a comida com eles.

Está óbvio que existem diferenças significativas entre essa legislação e a encontrada em Levíticos e Números. As maiores diferenças são:

A. EM DEUTERONÔMIO, O DÍZIMO ERA IMPOSTO SOMENTE SOBRE O GRÃO, O VINHO E O AZEITE, enquanto na outra legislação, toda a produção da terra e do aumento das manadas e rebanhos deveriam ser dizimados.

B. EMBORA, O DÍZIMO DISCUTIDO EM DEUTERONÔMIO FOSSE REQUERIDO PELO SENHOR, pertencia à família que o trazia ao santuário. Levíticos e Números tratam de um dízimo que pertencia exclusivamente a Deus e era dado por Ele aos levitas e sacerdotes.

C. O DÍZIMO EM DEUTERONÔMIO DEVERIA SER UTILIZADO PELOS ISRAELITAS para uma refeição de confraternização da família, a ser consumida no santuário. Outras legislações não permitiam isso. Elas limitavam o consumo do dízimo pelos levitas, sacerdotes, e suas respectivas famílias.

A conclusão parece inevitável, estamos lidando aqui com dois tipos diferentes de dízimo. Não parece ser possível equiparar o que temos em Deuteronômio com a legislação em Levíticos e Números.⁵⁶ Tradições rabínicas chamavam o dízimo registrado em Levíticos como “o primeiro dízimo”, e o de Deuteronômio “o segundo dízimo.”

Para complicar ainda mais a questão, Deuteronômio 14:28,29 e 26:12-15 menciona um dízimo que deveria ser dado ao terceiro ano. O dízimo era sobre a produção da terra, e deveria ser mantido nas cidades. Seu propósito era que “os levitas... e os estrangeiros, os órfãos e as viúvas que vivem na sua cidade venham comer e saciar-se.” (14:29).

Isso seria um terceiro dízimo? Alguns o interpretaram como um terceiro dízimo, porém outros argumentaram que essa legislação descreve um uso diferente do segundo dízimo, a cada três anos. Essa última interpretação provavelmente está correta. Por dois anos o segundo dízimo era trazido ao santuário e comido pelos israelitas, mas “a cada terceiro ano... esse segundo dízimo deveria ser utilizado em casa, acolhendo os levitas e os pobres.”⁵⁷

Esse segundo dízimo também estava baseado na convicção de que era Deus quem abençoava Israel (12:6,7). Contudo, seu intuito era ensinar a reverência ao Senhor (14:22) e provisão aos necessitados (26:12). Esse dízimo parece ter sido um dízimo de “caridade” dentro da teocracia israelita.

D. Outras passagens do Velho Testamento.

Existem algumas outras citações no Antigo Testamento em que o dízimo é mencionado. Vamos examiná-lo para explorar sua contribuição para a natureza e teologia do dízimo.

1. 2 Crônicas 31:4-6, 12.

O dízimo é mencionado, aqui, no contexto da reforma religiosa proclamada por Ezequias. Sob sua liderança, o templo foi limpo e rededicado (2 Crônicas 29), a Páscoa foi celebrada (2 Crônicas 30) e ele apelou ao povo para abastecer os sacerdotes e levitas, trazendo suas primícias e dízimos para o templo (2 Crônicas 31). Sob o reinado de Acáz, o rei anterior de Judá, as portas do templo foram fechadas, pondo um fim aos serviços de adoração. Nessa apostasia nacional, o povo parou de trazer o dízimo para o templo.

O que Crônicas 31 expõe sobre o dízimo está conciso e de acordo com o que encontramos em Levíticos e Números.

A. O DÍZIMO ERA SOLICITADO DE TODA A PRODUÇÃO da terra e do aumento das manadas e rebanhos (versos 5 e 6).

B. O DÍZIMO ERA DESCRITO COMO, OU CHAMADO DE, “OFERTA” (*terûmah*). Este é o mesmo termo utilizado em Números para se referir ao dízimo e sugere que seja devolvido ao Senhor.

C. O DÍZIMO ERA UTILIZADO PARA PROVER AS NECESSIDADES dos levitas e sacerdotes, a fim de eles “devotarem-se à Lei do Senhor” (verso 4).

D. O DÍZIMO ERA PRECEDIDO PELAS BÊNÇÃOS DE DEUS e, portanto, reconhecia-se que tudo o que o povo tinha lhe foi dado pelo Senhor (verso 10).

Possivelmente, o novo elemento, com relação ao dízimo nessa narrativa, é visto por seu contexto.

A apostasia leva, quase que inexoravelmente, à rejeição do dízimo. Acáz concluiu que quem o abençoou não foi o Senhor, mas os deuses de Arão (2 Crônicas 28:23) e, conseqüentemente, ele e o povo de Judá pararam de trazer seus dízimos para o Senhor.

2. Amós 4:4.

Existiam dois centros de culto no reino do norte – um em Betel, e o outro em Gilgal. Sem dúvida esses eram centros de idolatria, mas em seus sermões, o assunto principal de Amós foi sobre o pecado do formalismo religioso – a execução dos atos religiosos nestes centros que não tinham impacto prático na vida do indivíduo. O povo e seus líderes haviam separado seus conceitos religiosos da moralidade e justiça.

Amós descreveu o zelo religioso do povo como pecaminoso, e, sarcasticamente, convidou-os a continuar a executar seus rituais, a fim de aumentar sua pecaminosidade: “Vão a Betel e pequem, vão a Gilgal e pequem ainda mais. Ofereçam os seus sacrifícios cada manhã, os seus dízimos a cada três dias.”⁵⁸

Amós declarou que a maioria do povo “ia aos locais de culto e, quanto mais zelosos eram na execução dos rituais, mais continuavam a ofender e transgredir.”⁵⁹ Religião sem ética, moralidade e justiça, é um ato de rebeldia contra o Senhor. A “substituição das ofertas de culto pela justiça ao oprimido” é um ato pecaminoso.⁶⁰ O zelo religioso não é necessariamente uma manifestação de verdadeira piedade.

Amós disse que o dízimo se torna insignificante se não é acompanhado de uma experiência religiosa, que tenha um grande impacto no comportamento e preocupação social da pessoa para com os outros. Uma vida religiosa formal ou legalista rouba do dízimo o seu significado intrínseco.

3. Neemias 10:38, 39; 12:44, 13:05, 12.

Neemias 10:38, 39 faz parte de uma cerimônia de renovação de aliança. A pequena comunidade de judeus que retornou à Jerusalém, se juntou aos líderes para ler a Lei de Moisés (Neemias 8), para confessar seus pecados (Neemias 9) e para renovar a aliança com o Senhor (Neemias 10). O

dízimo é mencionado dentre os acordos da aliança. Durante a cerimônia, os judeus comprometeram-se a trazer seu dízimo para o Senhor. Os levitas, acompanhados dos sacerdotes, saíram às cidades para coletar o dízimo do povo e levar pelo menos parte disso aos locais de depósito do templo.

Essa legislação segue exatamente a instrução encontrada em Números. O dízimo era para os levitas, porém eles davam um décimo aos sacerdotes (10:38). Está especificamente explícito que o dízimo era coletado das lavouras (verso 39), mas isso não necessariamente excluía um dízimo do aumento das manadas e rebanhos, uma vez que o povo desejava fazer o que era exigido por lei (12:44).

A referência do dízimo em Neemias 10:38, 39 é seguida pelo comprometimento do povo com a preservação dos serviços do templo: “Não negligenciaremos o templo do nosso Deus” (verso 39). Ao dar o dízimo, eles mostravam sua preocupação pelo templo, que era o lugar de habitação de Deus. Desejavam continuar a se beneficiar do perdão gracioso de Deus através do ministério intercessor dos sacerdotes.

Mais tarde, Neemias apontou um grupo dos levitas para serem responsáveis pelas casas de depósito do templo. Eles coletavam o dízimo das cidades (Neemias 12:44). O sistema instituído por Neemias era funcional e ganhou apoio dos judeus.

É neste ponto da narrativa que um detalhe importante é acrescentado: “Judá estava satisfeito com os sacerdotes e levitas que ministravam no templo” (verso 44). Note que o motivo do povo dizimar não era porque estavam satisfeitos com o desempenho dos sacerdotes, dizimavam porque, de acordo com a lei, era o que o Senhor esperava deles. Eles, assim como os sacerdotes e levitas, estavam cumprindo a vontade de Deus, e o resultado foi regozijo no Senhor. É claro que isso não significa que os judeus não estavam interessados no que acontecia no templo.

Depois de doze anos em Jerusalém, Neemias retornou para a Pérsia (ca. 432 A.C.). Logo após sua partida, a condição espiritual do povo começou a se deteriorar. Os sacerdotes perderam a visão de seu grande chamado. Eliasabe, o sacerdote encarregado pelas casas de depósito do dízimo, permitiu que Tobias, um amonita, tomasse por residência uma das casas de depósito dentro do templo, portanto profanando-o (13:15). Ao mesmo tempo, o Sábado não era guardado devidamente (13:15); o povo parou de dar o dízimo

(13:10); os levitas deixaram seu posto no templo e saíram para trabalhar nos campos (13:10).

Neemias retornou inesperadamente à Jerusalém, e tomou conhecimento da queda espiritual do povo e dos líderes. Seu primeiro ato foi de expulsar Tobias do templo e de reconsagrar o lugar. Depois, chamou os levitas de volta ao templo e pediu ao povo que trouxessem seus dízimos para o Senhor.

O erro do povo ao trazer o dízimo ao Senhor foi influenciado pelo que estava ocorrendo no templo sob a liderança dos sacerdotes.⁶¹ O fato de que o templo fora profanado e que as ofertas estavam sendo abusivas, “desencorajaram as liberalidades do povo. Eles perderam seu zelo e fervor, estavam relutantes em pagar seus dízimos. O tesouro da casa do Senhor era miseravelmente suprido.”⁶² A reforma de Neemias “inspirou o povo com confiança, e toda a Judá trouxe os dízimos” ao Senhor.⁶³

A atitude do povo estava correta? Era justificável que eles retivessem os dízimos ou parassem de dizimar por causa da corrupção entre os sacerdotes? Certamente não. Neemias não condenou a atitude do povo, mas os lembrou de seu compromisso com o templo (10:39). Ele se referiu aos “oficiais” ou líderes do povo. Eles não pertenciam ao sacerdócio. O termo “oficiais” (*seganim*) designa “pequenas autoridades, tais como líderes de vilarejos.”⁶⁴ Ao falar e repreender esses líderes que representavam o povo, Neemias estava repreendendo o povo por não devolverem seus dízimos para a casa do Senhor. O verbo hebraico traduzido por “repreender” é um termo originalmente muito forte (*rîb*). Significa “disputar, brigar” (em público, com palavras, queixas, alegações, repreensões).⁶⁵ O Senhor esperava que ambos, os sacerdotes e o povo, cumprissem suas respectivas responsabilidades.⁶⁶

Essa falha por parte dos sacerdotes e levitas tinha de ser corrigida. Neemias selecionou quatro homens fidedignos para serem responsáveis pelas casas de depósito, que também eram responsáveis “pela distribuição de suprimentos aos seus colegas” (13:13). A reforma restaurou a confiança do povo em seus líderes.

No livro de Neemias, está explícito que o dízimo impõe uma responsabilidade não somente sobre o doador, mas também no receptor. Deus espera que aqueles que administram o dízimo lidem com ele adequadamente. Portanto, o comportamento indevido da parte dos escolhidos por Deus para guiar Seu povo, pode desencorajar os leigos, que de nenhuma forma justifica não devolver o dízimo ao Senhor.

4. Malaquias 3:8-10.

Nesta passagem bem conhecida, a recusa de dizimar é interpretada como má administração das propriedades de Deus – um roubo. Aqueles que não dizimavam em Israel ou que davam um dízimo parcial (a frase “tragam o dízimo todo” [verso 10] pode ser interpretada de ambas as maneiras), tirou de Deus aquilo que Lhe pertencia.

Essa era uma acusação séria. Utilizar indevidamente aquilo que pertencia ao Senhor era um crime sério em Israel e em todo o antigo Oriente Médio. Essa passagem estabelece, além de qualquer dúvida, que o dízimo não é parte de uma renda pessoal. É verdade, ele nos chega em forma de renda, mas nunca é nosso. Considerá-lo, simplesmente, como uma renda pessoal a fim de ser utilizado como desejamos, é roubar a Deus.

Já vimos que o dízimo foi utilizado por Deus para prover alimento para os sacerdotes e levitas. Isso também foi enfatizado no verso 10. Se o povo usasse incorretamente, os sacerdotes e levitas sofriam, mas o ato pecaminoso do povo era cometido contra o Senhor. Foi Deus, não os levitas, quem foi privado daquilo que era exclusivamente dEle.

De forma mais profunda, o problema se tornou ainda mais sério. Não trazendo seus dízimos ao Senhor, o povo fez uma afirmação religiosa importante. Eles negaram o cuidado providencial e amoroso de Deus por eles. Eles privaram de Deus a honra e a glória que Ele merece como Aquele que os mantém. Essa falta de fé no Senhor é citada por Malaquias:

“Vocês dizem: ‘É inútil servir a Deus. O que ganhamos quando obedecemos aos seus preceitos...?’” (3:14).

Eles acusaram a Deus de não cumprir Sua parte da aliança, mas o Senhor respondeu, “Vocês estão me roubando.”

Para um povo totalmente descomprometido com o Senhor, o dízimo é, certamente, um desafio. Eles criam exclusivamente em si mesmos e em seu próprio cuidado. Nesse caso em particular, a condição financeira do povo era precária e eles consideraram dizimar desnecessário. Foi para tais indivíduos que o Senhor disse, “Ponha-Me a prova” (verso 10). Esse foi um chamado para avançar em fé, para fazer o que deveria ser feito, acreditando nas bênçãos prometidas de Deus (versos 10-12). Desta forma, o Senhor esperava que sua fé crescesse ao ponto de confiarem nEle absolutamente, reconhecendo que sua segurança financeira era encontrada somente nEle.

O chamado divino à fé é insignificante sem uma experiência de conversão. O convite a pararem de roubar a Deus é introduzido por um chamado à conversão: “Voltem para Mim” (verso 7). Dizimar genuinamente é uma possibilidade somente para aqueles que devolviam ao Senhor com fé – acreditando nEle.

Para compreender ainda melhor a acusação de Malaquias contra os israelitas na questão do dízimo, devemos colocar a passagem em seu contexto histórico e religioso.

Acredita-se, geralmente, que Malaquias profetizou durante o tempo de Esdras e Neemias. Uma vez que a condição espiritual do povo e de seus líderes é descrita da mesma maneira em Malaquias e Neemias 13, alguns estudiosos concluíram que Malaquias profetizou durante o tempo em que Neemias foi para a Pérsia (ca. 432 a.C. ou logo em seguida).⁶⁷ Como vimos, esse foi um período de grande piora espiritual em Jerusalém. Malaquias descreveu a situação em maiores detalhes do que Neemias em seus dois discursos contra o sacerdócio. Um registrado em Malaquias 1:6-14 e o outro em Malaquias 2:1-9.

O primeiro ataque contra o sacerdócio está baseado na falta de respeito com o Senhor (1:6). Eles trouxeram sacrifícios contaminados à Ele. As vítimas sacrificiais eram fisicamente defeituosas (1:8) e até doentes (1:13). Nem mesmo um governador aceitaria tais presentes (verso 8). Os sacerdotes também foram condenados, pois consideraram seu trabalho um fardo e, portanto, não estavam seguindo os procedimentos adequados (verso 12).

A segunda passagem adverte os sacerdotes a escutar o Senhor (verso 2:1). Eles não estavam instruindo o povo adequadamente, e também violaram seu chamado ao sacerdócio (versos 2:7 e 8). Eles conservaram, de maneira corrupta, uma forma de adoração alheia.

Somos tentados a levantar esta questão: “Tais pessoas são merecedoras de receber o dízimo?” Porém, essa questão não foi levantada pelo profeta. Deus designou aos profetas responsabilidades específicas, e eles foram julgados baseado em tais responsabilidades e em seu bom desempenho. Esperava-se que o povo cumprisse tudo aquilo que o Senhor os ordenou e Ele não perdoa a violação da lei do dízimo baseado na falha do sacerdócio. Isso explica porque Malaquias foi capaz, por um lado, de condenar o pecado dos sacerdotes, e por outro lado, continuar a pedir ao povo para trazer seus dízimos ao templo.

Malaquias reforça aquilo que o restante do An-

tigo Testamento ensina sobre a natureza e propósito do dízimo. O dízimo pertence ao Senhor. Ele usou para sustento dos sacerdotes e levitas, e ninguém tem o direito de retê-lo para si mesmo. Roubar a Deus era um pecado cometido contra o Senhor, não contra o templo ou o sacerdócio. Portanto, o dízimo é conclamado pelo Senhor, apesar da deterioração espiritual daqueles que se beneficiam dele. Em Seu próprio tempo, Ele os chamará para prestar contas.



III. DÍZIMO NO NOVO TESTAMENTO

O Novo Testamento tem pouco a dizer sobre o dízimo, mas aquilo que ele diz, tem grande significado para o cristão. Não existe nenhum mandamento explícito relativo ao dízimo, no Novo Testamento, mas também não existe nenhuma rejeição a este sistema.

O mais longo debate sobre o dízimo no Novo Testamento está registrado em Hebreus 7:1-10. O autor analisa o encontro entre Abraão e Melquisedeque, e pontua certos significados teológicos em seu argumento. O fato de Abraão ter devolvido seu dízimo à Melquisedeque, é tido como uma clara evidência da superioridade do sacerdócio de Melquisedeque sobre o sacerdócio Araônico. A passagem pressupõe que o dízimo é uma prática divinamente ordenada. Não existe rejeição dos dízimos, mas sim um reconhecimento implícito de seu valor e significado.

Outras referências ao dízimo são encontradas nos Evangelhos. Jesus as menciona em Lucas 18:12 no contexto da parábola sobre o fariseu e o coletor de impostos. Ambos foram ao templo para orar: O fariseu com um espírito de exaltação própria e o cobrador de impostos com humildade, procurando a misericórdia de Deus. O fariseu mencionou que dava um décimo de tudo o que recebia como evidência de sua grande piedade.

Jesus condenou a auto-exaltação do fariseu.

Quando atos religiosos são usados para glorificação própria, eles perdem seu valor e se tornam formalidades vazias. O dízimo era utilizado pelo fariseu como um meio de ganhar a misericórdia de Deus. De acordo com Jesus, essa não é a finalidade do dízimo. A misericórdia de Deus é um dom gratuito recebido com fé e humildade. Aquele que pensa que pagou por ela, sai de mãos vazias. O coletor de impostos, que se considerava um grande pecador que necessitava da graça de Deus, recebeu misericórdia. O fariseu abusou do dízimo em sua experiência religiosa.

O dízimo também é mencionado em Mateus 22:23 e tem seu paralelo em Lucas 11:42. Jesus condenou os fariseus por serem extremamente zelosos ao dizimar, porém negligenciavam “a justiça e o amor de Deus” (11:42). Ou, como Mateus apresenta, negligenciavam “os preceitos mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia e a fidelidade” (23:23). Jesus insiste na mensagem de Amós: zelo religioso e um comprometimento com a justiça, misericórdia e amor, devem estar juntos. Depois acrescentou: “Vocês deveriam praticar estas coisas sem negligenciar as outras (dízimo).” Esta foi uma clara aprovação ao dízimo da parte de Jesus.⁶⁸ Contudo, ao aprovar o dízimo, “ele o julga insuficiente por si só.”⁶⁹

Jesus nunca rejeitou o dízimo, mas condenou o seu uso indevido. Ele definiu em seus termos aquilo que realmente é: uma resposta a graça transformadora de Deus.

Paulo não menciona o dízimo em suas epístolas. De qualquer forma, ele destinou o assunto da providência àqueles que pregam o evangelho, “Vocês não sabem que aqueles que trabalham no templo alimentam-se das coisas do templo, e que os que servem diante do altar participam do que é oferecido no altar? Da mesma forma o Senhor ordenou àqueles que pregam o evangelho, que vivam do evangelho” (I Coríntios 9:13 e 14).

Paulo estava se referindo primeiramente ao sistema de dízimo do Antigo Testamento. Ele traçou um paralelo entre os sacerdotes e levitas, e aqueles que proclamavam o evangelho. O ponto discutido é que os trabalhadores do evangelho deveriam ser abastecidos em sua vida da mesma maneira que era feito no sistema sacerdotal. O que era mais importante, era a descrição de Paulo como um mandamento direto à igreja pelo próprio Deus. O apóstolo disse a igreja que, com relação ao dízimo (de acordo com o Senhor), “não devemos fazer menos do que a Lei judaica exige”⁷⁰. Então, ele implicitamente aprovou o dízimo cristão.

Para o cristão, o dízimo não é apenas uma prática do Velho Testamento sem nenhuma relevância, mas é parte da compreensão cristã da verdadeira mordomia. De fato, “a prática do dízimo cristão cresceu fora da tradição hebraica, e é aí que descobrimos seus ricos significados.”⁷¹

Na questão do dízimo, o Novo Testamento mostra uma conformidade com o princípio do Velho Testamento de devolver a Deus um décimo de tudo que ganhamos, e lembrar-nos a sua finalidade e significado. O Novo Testamento condena o dízimo como manifestação de exaltação própria, e desafia o crente a praticar a justiça, misericórdia e também o amor. A finalidade básica do dízimo permanece a mesma: o Senhor o utiliza para sustentar aqueles que dedicam suas vidas para a proclamação do evangelho. O significado teológico do dízimo no Velho Testamento encontra-se no fundamento do dízimo cristão.



IV. RESUMO E CONCLUSÕES

O Antigo Testamento provê uma fundamentação teológica para o dízimo que torna essa prática enriquecedora na vida do crente. O primeiro elemento de seu fundamento é a percepção e compreensão de Deus como Criador dos céus e da terra. No contexto do dízimo, a proposta dessa declaração não é de enfatizar o poder majestoso de Deus, mas seu senhorio sobre todo o universo. O cosmos pertence a uma Pessoa, Aquele que o trouxe à existência. Qualquer criatura que reivindica senhorio, em qualquer circunstância, está usurpando o direito do Deus.

O segundo aspecto da pessoa e obra de Deus a qual provê uma base teológica para o dízimo, é o Seu cuidado providencial, orientação e amor por nós. O Criador não abandonou Suas criaturas às forças do mal. Em um mundo de pecado e morte, Ele permanece como Criador que se opõe

ao mal, a fim de preservar nossas vidas. Esse cuidado providencial pressupõe a obra de redenção de Deus através do qual somos restaurados à completa comunhão com Ele em Cristo. O mal foi derrotado através de Cristo, e agora podemos participar em Sua vitória. A vida foi preservada para nós através do Filho, e é através dEle, também, que recebemos as bênçãos de Deus e todas as nossas necessidades são supridas. Tudo pertence a Deus, não somente pela criação, mas também pela redenção. Seu poder providencial continua a preservar o universo. Não existe aspecto na vida humana, nenhuma necessidade que tenhamos, que Ele não possa suprir.

A natureza do dízimo pode ser resumida em uma frase: é santa. A santidade aponta para o que é único, diferente e, portanto, pertence àquele que é Santo. Não há nenhum como Ele no universo, porque Ele é o Criador. Uma vez que o dízimo é santo, não podemos retê-lo, todavia devemos devolvê-lo a Deus. Do ponto de vista humano, o dízimo parece fazer parte de nossa renda, mesmo algo que ganhamos através do trabalho e esforço. Mas aqui a fundamentação teológica se torna relevante para nós, lembrando-nos de que tudo o que temos provém de Deus. Somos responsáveis por administrar todos os dons que Ele nos deu, exceto a décima parte, que é exclusivamente dEle e deve ser devolvido a Ele. O dízimo foi dotado com santidade por Deus.

O dízimo tem várias finalidades importantes. Primeiramente, através do dízimo, Deus permite que seu povo (não somente os sacerdotes) lide com o que é santo, com aquilo que pertence a Ele. De certa forma, é uma popularização da função sacerdotal. Ao lidar com aquilo que é santo, somos desafiados a sermos santos. O chamado de Deus aos crentes está parcialmente baseado em uma ética de imitação. Ele diz ao seu povo, “Vocês serão santos para mim, porque Eu, o Senhor, sou santo” (Levíticos 20:26). O dízimo contribui para esse glorioso objetivo, porque em nossas doações estamos imitando a Deus. No processo, o “eu” é subjugado e o amor de Deus enche o coração humano.

Em segundo lugar, uma vez que o dízimo é santo, se torna um teste de lealdade para todos. É um teste, porque estabelece limites à nossa liberdade ao chamar a atenção para a nossa dependência de Deus. Nem tudo a que temos acesso é nosso. Como dito anteriormente, podemos ser tentados a retê-lo para nós mesmos, e desse modo violamos a sua santidade. De certo forma, o dízimo é uma analogia à Árvore do Conheci-

mento do Bem e do Mal no Jardim do Éden. Adão e Eva tinham livre acesso para comer de todas as árvores do jardim, exceto uma. Essa árvore se tornou um teste de lealdade para com Deus.

Terceiro ponto, o dízimo nos lembra de nossa aliança com o Senhor, de nossa total e incondicional rendição à Sua vontade amorosa. No relacionamento de aliança, Deus se torna nosso Deus e nós nos tornamos Seu povo; Ele é reconhecido como nosso Salvador, Aquele que nos abençoa. Nesse relacionamento, humildemente reconhecemos que tudo o que temos pertence à Ele, e que nossas necessidades espirituais e econômicas serão supridas por Ele. O dízimo é um símbolo, ou um lembrete, de nosso compromisso total com o Senhor. Quando estendemos nossa mão e reverentemente depositamos nosso dízimo na salva, durante o serviço de adoração, estamos dando ao Senhor uma fração de nossa vida, como um símbolo de nossa consagração total a Ele.

Podemos facilmente concluir que o dízimo é um testemunho do relacionamento de confiança e amor estabelecido com nosso Senhor e Salvador. Este é provavelmente o porquê de pessoas na Bíblia pararem de dizimar quando seu relacionamento com o Deus foi quebrado pela apostasia.

Finalmente, o dízimo tem um propósito adicional conferido por Deus (e não pelo homem). Através dele, Deus provê as necessidades daqueles que Ele chamou para serem Seus ministros. Deus é o único que determina a maneira pela qual o dízimo deve ser utilizado. Isso traz sérias implicações para aqueles que fielmente devolvem o dízimo ao Senhor. Nunca deveríamos concluir que o dízimo é um pagamento pelos serviços recebidos dos ministros. Isso abriria imediatamente a porta para a comercialização. Sob essas circunstâncias, o indivíduo se sentirá livre para utilizar o dízimo para “pagar” somente aqueles que alcançaram suas expectativas. Se fosse assim, estaríamos utilizando o dízimo para controlar a qualidade do produto que desejamos. Isso contraria a essência, a natureza e a finalidade do dízimo. O dízimo deve ser sempre devolvido ao Senhor, pois é santo, e é Ele quem o investe ou determina como ele deve ser utilizado – nunca nós.

Portanto, nunca é justificável parar de dizimar baseando-se na falha real ou aparente dos ministros de Deus. Quando o povo de Deus assumiu essa atitude, Ele os repreendeu fortemente, acusando-os de roubar a Deus. Mesmo o reter o dízimo a fim de motivar a reforma na igreja, se torna uma violação ao propósito de Deus para o dízimo.

mo. Não é nosso privilégio determinar, por nós mesmos, como e para quais finalidades utilizá-lo.

Dito essas coisas, devemos destacar que os ministros de Deus têm uma responsabilidade solene como recebedores dos dízimos. O Senhor espera que eles cumpram suas responsabilidades de maneira efetiva, que supram as necessidades da igreja e da proclamação do evangelho. O plano de Deus para Sua igreja é que ambos, os membros da igreja e os ministros, cumpram suas respectivas obrigações adequadamente. Tudo deve ser feito para tentar, ao máximo, ter toda a “Judá” contente com o ministério de seus líderes espirituais.



V. DEBATE

Acompanhamento da Discussão do Dízimo no Antigo Testamento.

1. Que analogia pode haver no fato de que as bênçãos de Melquisedeque precederam o dízimo de Abraão? (Ver Gênesis 14)
2. O que os votos de Jacó quiseram dizer ao Senhor? (Ver Gênesis 28:10-22)
3. Qual é a finalidade da legislação do dízimo expressa em Levíticos 27:30-33?
4. Em Números 18:21-32, qual é o significado do verbo *rûm* (traduzido como “presente”) e a palavra *terûmah* (traduzida como “uma oferta”)?
5. Discuta as diferenças significativas entre a legislação do dízimo encontrada em Deuteronômio, e a legislação do dízimo encontrada em Levíticos e Números. Que conclusão podemos tirar dessas diferenças?

6. Discuta o significado do dízimo, sendo uma parte da renovação da aliança no tempo de Neemias. (Ver Neemias 10:38, 39; 12:44; 13:5, 12.)

7. Em Malaquias, que importantes declarações religiosas o povo estava fazendo ao deixar de trazer seus dízimos ao Senhor?

Acompanhamento da Discussão do Dízimo no Novo Testamento.

1. Da mais longa discussão sobre o dízimo no Novo Testamento (Hebreus 7:1-10), que conclusão pode ser tirada com relação ao sacerdócio de Melquisedeque?
2. Discuta os fundamentos teológicos para o dízimo como provisão no Velho e Novo Testamento.
3. Que finalidades espirituais importantes podem ser encontradas no sistema de dízimo?

O material a seguir sobre dízimo e tópicos relacionados, foi produzido por Ministros da Igreja da Conferência Geral entre 1991-1994: Life Principles (Princípios de Vida), SDA Financial Systems (Sistemas Financeiros da DSA), Stewardship and Strategic Planning (Mordomia e Planejamento Estratégico).

VI. NOTAS / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

37. Para uma avaliação desses estudos ver Menahem Herman, Dízimo como um presente: A Instituição do Pentateuco e à luz da teoria de Mauso (San Francisco, CA: Mellen Research University Press, 1991), p. 7-37.
38. Veja Jacob Milgrom, Números: O comentário da Torá JPS (New York: Publicação da Sociedade Judaica, 1990), p 432. Veja também Gary Anderson, Sacrifícios e ofertas no Antigo Israel (Atlanta, GA: Scholars Press, 1987), p. 78-80. Devemos mencionar que o dízimo não religioso real (fiscal) foi reconhecido em Israel (ver 1 Sm 8:10-17; Anderson, idem, p. 81, 82).
39. Jacob Milgrom, Culto e Consciência (Leiden: EJ Brill, 1976), p. 58. A discussão de Milgrom baseia-se em um estudo preparado pela M. A. Dandamayev, “Chramowaja Desjatina W Pozdnej Babilonii,” Vestnik Drevney Istorii, (1965), 14-34. Veja também M. A. Dandamaye, “Estado e Templo na Babilônia, no Primeiro milênio a. C.,” em Estado e Economia no Templo e Antigo Orien-

te Médio, E. Lipinsky, ed. (Leuven: Departamento Orientalístico, 1979), p. 593, 94.

40. Consulte J. A. MacCulloh, "Dízimos", Enciclopédia de Religião e Ética, editado por James Hasting, vol. 12 (Edimburgo: T & T Clark, MD), p. 347; W. H. D. Rouse, "Dízimos (grego)", *Ibid*, p. 350, 51; e G. Hawthorne, "Dízimos", Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, editado por Colin Brown, 3 (Grand Rapids, MI: Editora Zondervan, 1978), vol, p. 851.

41. Elen G. White, Comentário Bíblico DSA, vol. 1, p. 1093 (Testimonies, vol. 3, p. 393).

42. Ellen G. White, Testemunhos, vol. 3, p. 388.

43. E. E. Carpenter, "Dízimos", Enciclopédia da Bíblia Norma Internacional, vol. 4 (Grand Rapids, MI: WB Eerdmans, 1988), p. 862.

44. E. G. White, Patriarcas e Profetas, p. 187.

45. Walter Brueggemann, Gênesis (Atlanta: John Knox, 1982), p. 248.

46. Sobre a estrutura geral do capítulo consultar, G. J. Wenham, O Livro de Levítico (Grand Rapids, MI: Eerdmans W B, 1979), pp 336, 37.

47. Baruch A. Levine, Levítico: O comentário da Torá JPS (New York: Sociedade Judaica Publicação, 1989), p. 192.

48. B. Beck, "Baqa", Dicionário Teológico do Antigo Testamento, vol. 2 (Grand Rapids, MI: WB Eerdmans, 1975), p. 210.

49. Este aspecto do dízimo é enfatizado por Herman, Dízimo, p. 60. Ele vai longe quando afirma que "as ordenanças do dízimo de Levíticos, descrevem uma reciprocidade sistemática sobre a aliança através da qual os bens são trocados por proteção divina" (*Ibid*). Ele comercializa o dízimo. A razão básica dada em Levíticos para o dízimo é que o dízimo é santo. É claro que pressupõe-se as bênção de Deus, mas não determinam ou forcem Deus a abençoar as pessoas.

50. Comentário Bíblico da DSA, vol 1, p. 818.

51. Philip J. Budd, Números (Waco, TX: Word Books, 1984), p. 201.

52. Veja Milgrom, Números, p. 148-54.

53. Esta interpretação foi sugerida por J. Milgrom, "Oferta Alçada", Dicionário de Interpretação Bíblica Volume Suplementar (Nashville, TN: Abingdon, 1976), p. 391.

54. Milgrom, entre outros, defendeu a obrigatoriedade do dízimo em Números 18 (Números, p. 433).

55. Peter C. Craigie, Deuteronômio (Grand Rapids, MI: Eerdmans WB, 1976), p. 229.

56. A interpretação que prevalece entre os estudiosos que negam a autoria do Pentateuco, é a interpretação de que estamos tratando aqui em

Deuteronômio, com uma fonte escrita após o exílio, refletindo a natureza e a finalidade do dízimo durante esse período. Eles argumentam que a legislação registrada em Levítico controla o uso de dízimo durante o exílio, ou pouco antes do exílio. Veja Herman, Dízimo, p. 7-37.

57. E. G. White, Patriarcas e Profetas, p. 530.

58. O terceiro dia mencionado neste versículo pode referir-se ao terceiro dia depois que o povo chegou ao centro de culto, mas isto está longe de estar certo. É bem provável que as práticas de dízimo no Reino do Norte eram diferentes daquelas de Judá. Veja Hans Walter Wolff Joel e Amós (Philadelphia: Fortress Press, 1977), p. 219.

59. Shalom M. Paul, Amós (Minneapolis: Fortress Press, 1991), p. 139.

60. Wolff Joel, Amós, p. 219.

61. Veja Williamson H. G. M., Esdras, Neemias (Waco: TX: Word Books, 1985), p. 387.

62. E. G. White, Profetas e Reis, p. 670.

63. *Ibid*.

64. Clines DJ, Neemias, Esdras, Ester (Grand Rapids, MI: Eerdmans WB, 1984), p. 120.

65. William Holladay L., Um Conciso Dicionário Hebraico e Aramaico do Antigo Testamento (Grande Rapids, MI: Eerdmans W B, 1971), p. 338.

66. Raymond Bowman, escreveu, "Aparentemente já se presumia a obrigação do levita a servir, assim como era ao leigo contribuir" ("O Livro de Neemias", A Bíblia Intérprete, Vol. 3

[Nashville, TN: Abingdon Press, 1954]), p. 810.

67. Ver, entre outros, Comentário Bíblico da DSA, v. 4, p. 1121; Ralph L. Smith, Micah-Malaquias (Waco, TX: Word Books, 1984), p. 298; Achtemeier Elizabeth, Naum, Malaquias (Atlanta: John Knox Press, 1986), p. 171; Pieter A Verhoef, Os livros de Ageu e Malaquias (Grand Rapids, MI: W. B. Eerdmans, 1987), p. 158.

68. Leiland Wilson, "O Antigo Testamento e o dízimo", Baker Dicionário de Teologia Prática (Grande Rapids, MI: Baker Book House, 1967), p. 357.

69. Achtemeier, Malaquias, p. 192.

70. Wilson, "Dízimo", p. 357. Para mais informações sobre 1 Coríntios 9:13, ver o próximo capítulo.

71. *Ibid*.

MORDOMIA E A
TEOLOGIA DAS OFERTAS

SUMÁRIO

I. Introdução	41
II. Ofertas no Antigo Testamento	41
A. Ofertas do sacrifício expiatório	
B. Sacrifícios como ofertas	
1. Holocausto	
2. Ofertas de Paz	
C. Outras ofertas	
D. Ofertas especiais	
III. Ofertas no Novo Testamento	46
A. Jesus e as Ofertas	
1. Ofertas e adorações	
2. Ofertas e Relações Interpessoais	
3. Ofertas e compromisso com o Senhor	
4. Ofertas e verdadeira benevolência	
5. Ofertas e Ministério Cristão	
B. Paulo e as Ofertas	
1. A relutância de Paulo para aceitar ofertas	
2. Paulo, como beneficiário das Ofertas	
3. Paulo e a arrecadação	
C. Ofertas em Atos	
1. Oferta aos pobres	
2. Oferta Especial	
IV. Síntese e conclusões	54
V. Debate	57
VI. Notas / Referências Bibliográficas	58

MORDOMIA E A TEOLOGIA DAS OFERTAS

I. INTRODUÇÃO

O estudo de religiões antigas sugere que na interação entre seres humanos e o divino, trazer uma oferta aos deuses era um aspecto constitutivo da devoção pessoal. Em todo o antigo Oriente Médio, diferentes tipos de ofertas foram levadas aos deuses pelos seres humanos que buscavam suas bênçãos, proteção, perdão e orientação. Na maioria dos casos, as ofertas eram vistas como meio de suprir as necessidades dos deuses, a fim de ganhar ou obter favores.⁷² Esta preocupação intensa para apresentar ofertas materiais aos deuses era universal.

A religião bíblica não é uma exceção nesta área de práxis de adoração. Com efeito, as ofertas desempenham um papel significativo nos serviços do santuário do Antigo Testamento e no culto cristão do Novo Testamento. Nós exploraremos neste artigo a riqueza do material bíblico sobre este assunto. Em alguns casos, chamarei a atenção para a terminologia usada para se referir às ofertas, mas o nosso interesse principal foca nos diferentes tipos de ofertas mencionados na Bíblia. Exploraremos principalmente os princípios teológicos ou ideias religiosas associadas a essas ofertas, a fim de resumir os elementos fundamentais da teologia e prática de ofertas na Bíblia.

II. OFERTAS NO ANTIGO TESTAMENTO

O Antigo Testamento menciona as ofertas com muito mais frequência do que o dízimo. Em um livro de interesse sobre o culto ao Deus único e verdadeiro, as ofertas têm lugar e função de destaque. Adoração e ofertas são praticamente inseparáveis no Antigo Testamento. A seguir, vamos discutir os diferentes tipos de ofertas mencionadas no Antigo Testamento.

A. Ofertas de Sacrifício Expiatório

Ofertas de sacrifício e expiação estão ligadas entre si, no sistema de adoração do Antigo Testamento. As ofertas expiatórias primárias eram as ofertas pelo pecado (Levítico 4) e a oferta pela culpa (Levítico 5), chamada “ofertas” em Números 5:9 e 18:8. O termo hebraico usado é *terûmâh*, um substantivo possivelmente derivado da raiz verbal *rûm* = “ser elevado”, que em uma de suas formas verbais significa “doar, reservar.” Designa um presente ou um conjunto de ofertas reservadas para o Senhor fora do santuário, então trazidas ao santuário e entregues a Deus.⁷³

O poder dessas ofertas expiatórias não estava no sacrifício da própria vítima, mas em Deus, que por Sua graça, atribuía essa função a elas (Levítico 17:11). Em outras palavras, a eficácia expiatória estava na disposição de Deus para perdoar os pecados de Seu povo (veja Levíticos 4:26, 31).

As ofertas de sacrifício expiatório pareciam ter uma função limitada. Na verdade, sua única função era apontar para Deus como o único que poderia expiar o pecado. O próprio Antigo Testamento atesta a ineficácia final das ofertas expiatórias para alcançar o perdão e, ao mesmo tempo, identifica o único meio eficaz de expiação. Davi reconheceu que o seu pecado não poderia ser removido através de ofertas de sacrifícios de animais (Salmo 51:16). Sua única esperança era confiar exclusivamente no amor e na compaixão de Deus (versos 1, 2). Quando se trata do resgate da vida humana, nenhum sacrifício animal é caro o suficiente para realizá-lo: “Homem algum pode



redimir seu irmão ou pagar a Deus o preço de sua vida, pois o resgate de uma vida não tem preço. Não há pagamento que o livre para que viva para sempre e não sofra decoposição.” (Salmos 49:7-9)⁷⁴

É impossível para aos seres humanos trazer uma oferta ao Senhor generosa o suficiente para resgatarem a si mesmos. Deus é o único que poderia prover a oferta, e Ele a fez. Isaías previu o trabalho futuro do Messias que, embora rejeitado pelo Seu povo, foi oferta expiatória de Deus, provida por Ele, para redenção deles. O Senhor fez “a vida dele uma oferta pela culpa” (Isaías 53:10). Ele levou o pecado de muitos e foi contado com os transgressores (versículo 12), a fim de declará-los justos (v. 11).

Nenhuma oferta humana poderia realizar o que a oferta divina alcançou. Isto é desenvolvido no Novo Testamento, onde somos informados que é impossível que o sangue das vítimas sacrificiais remova o pecado dos adoradores (Hebreus 10:4). Isto só é possível através do sangue de Cristo (10:14). Paulo afirma que Deus “ofereceu como sacrifício para propiciação mediante a fé, pelo seu sangue...” (Romanos 3:25). O próprio Cristo interpretou a sua missão de dar “a sua vida em resgate por muitos” (Marcos 10:45).

A importância desta compreensão de ofertas expiatórias é fundamental para uma teologia bíblica de ofertas. Primeiro, Deus é descrito aqui disposto a dar, como um “ofertante”, o que proporciona uma plataforma teológica para o “dar” humano. A doação humana é modelada depois da doação divina. Comparado ao quanto Deus dá, o Seu povo Lhe dá muito pouco.⁷⁵ Mas, o que é importante para nós compreendermos é que, se nós temos a expectativa de trazer uma oferta para Ele, é porque Ele mesmo deu uma oferta em nosso favor.

Em segundo lugar, nenhuma das nossas ofertas tem uma função expiatória. Nós não possuímos nada que poderíamos trazer ao Senhor para nos tornar aceitáveis diante dEle e, nós não precisamos fazer isso porque Deus providenciou a única oferta pela qual a expiação é alcançada. Nossas ofertas não devem ser vistas como tentativas de nossa parte de obter a simpatia, o amor ou perdão de Deus. É exclusiva função de Deus oferecer, indiscutivelmente, Cristo por nós. A motivação das nossas dádivas nunca deve ser tornar-nos meritórios diante do Senhor. Na verdade, o que faz nossas ofertas aceitáveis a Deus é a oferta de sacrifício de Seu Filho, que santifica a nossa doação.

B. Sacrifícios como ofertas

Ao lado das ofertas pelo pecado e pela culpa, existem outras ofertas de sacrifício que, além da função expiatória também tem propósitos teológicos e religiosos. Dois deles são de especial importância para o nosso estudo, ou seja, o holocausto (Levítico 1) e a paz (Levítico 3). Nós vamos lidar apenas com o aspecto não expiatório destas ofertas.

1. Holocaustos - ofertas queimadas (Levítico 1:3-17)

Nenhuma parte desta oferta era dada ao sacerdote ou a quem trouxesse a oferta. A vítima do sacrifício era toda queimada sobre o altar, totalmente entregue ao Senhor (Levítico 1:9). Estudiosos têm detectado neste sacrifício uma expressão ritual da vontade dos adoradores para comprometer ou reconsagrar toda a sua vida a Deus. Ele, como seu Senhor, tinha total reivindicação sobre eles e essa oferta era um ato simbólico de completa autoentrega a Ele.⁷⁶

O holocausto é conhecido em hebraico como *qorbân* = “oferta”, do verbo *qãrad* = “vir próximo, abordar”. É um termo genérico utilizado para designar os sacrifícios e outras ofertas trazidas por Israelitas ao Senhor (cf. Levítico 22:18; Números 7:3, 12-17; 15:04, 31:50). Poderia ser traduzido como “o que é trazido para perto, apresentado, oferecido.”⁷⁷ Um holocausto oferecido, portanto, é algo que é transferido da nossa esfera para a do Senhor, trazendo-o próximo a Ele, torna-se dEle.

De interesse particular para nós é o fato de que diferentes animais são aceitos como vítimas sacrificiais para o holocausto queimado. Os animais estão listados com base no seu valor financeiro. O mais valioso é mencionado em primeiro lugar, um novilho, e é seguido de ovelhas e cabras (ver Levítico 01:03, 10). Até os pássaros, uma pomba ou um pombo poderia ser oferecido (v 14).

Dois comentários estão em ordem aqui. Em primeiro lugar, uma oferta é algo que é caro para os adoradores. Estão privando-se de um dispendioso e útil animal, dando-lhe ao Senhor.⁷⁸ Davi compreendeu este princípio e rejeitou a ideia de dar ao Senhor uma vítima sacrificial que não foi sua (2 Samuel 24:24). Em segundo lugar, Deus não espera que todos dêem o mesmo montante. Nomeando o sacrifício das vítimas do mais caro para o menos, torna possível a todos trazerem algo para o Senhor. O Senhor poderia esperar que alguns trouxessem um touro e outros uma ovelha ou cabra, dependendo de sua condição fi-

nanceira. Os mais pobres de todos podem trazer uma ave (veja Levítico 5:7; 12:8).⁷⁹ A implicação teológica é que Deus considera a disposição interior do doador e a vontade de adorá-Lo de mais valor do que o valor monetário da oferta.⁸⁰ Uma experiência interna seria expressada em trazer para o Senhor o melhor que se pode oferecer.

Além da função desse sacrifício expiatório, duas outras razões são dadas para trazê-la ao Senhor. Levítico 22:17-20 descreve uma oferta votiva e uma oferta voluntária. Uma oferta votiva foi interposta após o cumprimento de um voto. Uma pessoa que apresentou um pedido ao Senhor e solenemente prometeu dar uma oferta depois de receber uma resposta da oração.⁸¹ Oferta levada em uma ocasião alegre, na qual a pessoa expressou sua gratidão ao Senhor que responde orações (cf. Salmo 61:8; Naum 1,15).⁸² O holocausto, a oferta queimada, poderia também ser uma oferta voluntária. Foi, então, que trouxe para o Senhor “por devoção, não por causa de preceito ou de promessa;”⁸³ uma expressão de amor a Deus.

Com base em nossos comentários anteriores, podemos concluir que uma oferta é um expressão tangível do compromisso total de uma pessoa para o Senhor, trazida a Ele por gratidão e amor. É para ser trazida para o centro de adoração e entregue aos escolhidos por Deus para recebê-la. É esperado trazer o melhor que se pode oferecer com base nos seus recursos financeiros.

2. Ofertas pacíficas (Levítico 3:1-17)

A oferta pacífica se diferencia do holocausto (oferta queimada) de várias maneiras. A vítima do sacrifício poderia ser uma fêmea do rebanho doméstico ou selvagem. As fêmeas eram mais caras. A maior parte da carne da vítima sacrificial era devolvida para o adorador para comer em companhia de sua família e amigos (Levítico 7:11-21). Ao trazer a oferta para o holocausto (oferta queimada), o indivíduo não se beneficiava materialmente, mas, no caso da oferta pacífica, ele ou ela se beneficiava. Isso permitia que um grupo pudesse vir junto para adorar a Deus.

Havia três tipos de ofertas pacíficas: de voto, de livre arbítrio e as ofertas de ação de graças (Levítico 7:12, 16). Todas elas eram ofertas voluntárias. Elas poderiam ser trazidas para cumprir uma promessa ou como ato de devoção pessoal a Deus, à semelhança da oferta queimada. O novo elemento é o aspecto gratidão. O hebraico *tôdâh* = “ação de graças” é utilizado na Bíblia para expressar as ideias de louvor, agradecimento e

confissão.⁸⁴ A oferta foi apresentada depois de experimentarem o livramento de alguns perigos. Foi “um produto do desejo espontâneo de realizar um ato público, expressando gratidão numa ação, para as bênçãos que foram desfrutadas.”⁸⁵ A ocasião era para ser alegre (Deuteronômio 27:7, Salmo 95:2).⁸⁶

Um par de novos elementos foram introduzidos para esclarecer o significado das ofertas no Antigo Testamento. Em primeiro lugar, essa oferta pode ser de material beneficente para aqueles que oferecem. Como vimos, a maior parte é devolvida ao doador para facilitar a adoração coletiva com membros da família e amigos. Todos compartilham ou participam da oferta trazida por um deles. Em segundo lugar, a oferta poderia ser um veículo para expressar gratidão e louvor a Deus por Suas bênçãos e poder para libertar do mal. Foi, em essência, uma expressão de gratidão ao pacto de Deus.

C. Outras ofertas

Várias outras ofertas são mencionados no Antigo Testamento. As “ofertas de cereais” são chamadas em hebraico *Minchãh*, que significa “uma dádiva, tributo.” Em Levítico, é um termo técnico usado para designar uma oferta de cereais transformada em farinha, cozida ou crua e misturados com óleo (Levítico 2:1-10). Foi dado ao Senhor, mas Ele deu a maior parte para o sacerdote oficiante.

No Antigo Testamento, o termo *Minchãh* designa um presente dado a um superior que foi reconhecido como mestre ou governante sobre a pessoa que deu o presente (ver Juízes 3:15; 2 Samuel 8:2, 6). Ao trazer uma *Minchãh* = oferta de alimentos oferecida a Deus, os israelitas estavam declarando em linguagem ritual que *YAHWEH* foi a aliança do Senhor e eles eram Seus súditos.⁸⁷ O fato de que era uma oferta de cereais pode sugerir que os frutos da terra foram reconhecidos como resultado das bênçãos do Senhor.⁸⁸ No entanto, observe, que o que foi levado foi a farinha, não o grão. Através de seu trabalho, eles transformaram o grão em farinha. Deus e os homens estão trabalhando em conjunto, e quando os seres humanos trazem uma oferta, eles não estão apenas reconhecendo o trabalho de Deus, mas também consagrando o seu próprio trabalho para Ele.⁸⁹

Os israelitas eram obrigados a trazer ao Senhor os primeiros frutos da terra (Levítico 23:9-11; Números 18:12-13; Deuteronômio 18:04; 26:1-11). Esta oferta foi essencialmente uma oferta de

agradecimento entregue ao Senhor para apoio ao sacerdócio (Deuteronômio 18:3-5).⁹⁰ O fato de que eram chamados de primeiros frutos, sugere que foi o melhor da safra (Números 18:12; Êxodo 23:19). Também indica que Deus foi o primeiro na vida do adorador. Os israelitas não deram a partir do excedente.⁹¹ Antes deles começarem a desfrutar da colheita eles separaram os primeiros frutos para o Senhor (Levítico 23:14).⁹²

Esta oferta foi um reconhecimento do fato de que a fertilidade da terra estava nas mãos do Senhor e que Ele era “a fonte da graça”⁹³ e o proprietário da terra (Deuteronômio 26:10).⁹⁴ A ênfase teológica desta oferta foi sobre a bondade do Senhor, que prometeu a terra e seus frutos para o povo, e cumpriu suas promessas (Deuteronômio 26:3, 8-10).⁹⁵ Os israelitas celebravam com alegria a fidelidade de Deus manifestada no dom da terra e na bênção da colheita (Levítico 23:11).⁹⁶ Neste contexto, uma referência ao resgate do Egito é de particular importância porque é precedido de Deus dando a terra para o povo, e foi o alicerce sobre o qual foi baseada as ofertas e os presentes das pessoas para levarem a Deus (Deuteronômio 26:8-10).

Trazer essa oferta para o templo era uma ocasião extremamente alegre (Deuteronômio 6:11). Esta foi uma experiência coletiva de alegria em que as pessoas, os levitas e os estrangeiros entre os quais estavam envolvidos, comemoravam o fato de que Deus deu a eles todas aquelas mercadorias. Esta oferta era uma expressão externa de uma profunda fé no Senhor e de profundos sentimentos religiosos de gratidão.⁹⁷

Uma oferta era necessária dos despojos de guerra (Números 31:29, 41, 52). Vários termos diferentes são usados para designar esta oferta. É chamado *mekes* = “encargos de culto ou imposição” (versículos 28, 37, 41), um *terûmâh* = “uma dádiva” (versículos 29, 52), e um *qorbân* = “o que é trazido para perto” (versículo 50). Por partilhar os despojos da guerra com os sacerdotes e levitas, os israelitas foram reconhecendo que foi Deus quem lhes deu a vitória sobre seus inimigos. Portanto, a oferta era uma expressão de gratidão pela vitória.⁹⁸

As três ofertas discutidas nesta seção reforçam o que já temos encontrado e adicionam alguns elementos novos ao conteúdo e significado das ofertas na Bíblia. Adoração, alegria, gratidão e ação de graças caracterizam todas as ofertas, mesmo que algumas delas sejam ofertas obrigatórias. Deus é reconhecido como Aquele que abençoa e protege as pessoas, seu trabalho e

a terra. Através destas ofertas, Deus é louvado como o Senhor de Israel, a quem se deve trazer o primeiro e o melhor da colheita. Ele é proclamado o proprietário das terras que preenchiam as promessas feitas ao Seu povo, abençoando-os com a terra e as colheitas.

D. Ofertas especiais

Uma oferta especial é aquela trazida ao Senhor para uma finalidade específica. O melhor exemplo deste tipo de oferta no Antigo Testamento é a coletada para a construção do tabernáculo. O Senhor pediu de cada indivíduo (Êxodo 25:2), contudo, era para ser uma oferta voluntária (36:3). Dar era para ser a expressão de uma atitude interior em que o centro da personalidade do indivíduo deveria ser envolvido. Somente aqueles com “corações solícitos” (*nãdab* = “constrangido, dar voluntariamente”) levavam e davam essa oferta (Êxodo 25:2, 35:5). A disposição interna também é expressa pela frase “todo aquele que, de coração, estiver disposto” (Êxodo 35:21) ou “que se dispuseram” (verso 29). O pedido do Senhor era encontrar no coração do povo uma resposta positiva, e ele encontrou. Consequentemente, trouxeram como oferta ouro, prata, bronze, pedras preciosas, fios, linho fino, peles de animais, madeira, óleo de oliva e especiarias (Êxodo 25:2-7). Cada um, homens e mulheres, trouxeram algo de seus bens (Êxodo 35:5), na verdade, eles trouxeram mais do que era necessário (Êxodo 36:6-7).

Esta oferta especial é chamada de *terûmâh*, uma dádiva dedicada a Deus e em seguida, levadas ao Senhor. Todas as ofertas foram levadas para um lugar central e dadas a Moisés que era responsável pela distribuição e deveria administrá-las para o projeto pretendido.

Quando o primeiro grupo de exilados estava pronto para retornar a Jerusalém, em 539 a. C., seus vizinhos providenciaram para eles presentes, ofertas voluntárias, para serem usados na reconstrução do templo (Esdras 1:6). Em 457 a. C., Esdras voltou com outro grupo de exilados. Desta vez, o rei, seus conselheiros e diretores, e os judeus fizeram uma doação (*terûmâh* = “oferta”) para apoiar os serviços do templo (8:25). Esdras manteve anotações cuidadosas sobre esta oferta (8:26-30).

Sempre que os reparos no templo eram necessários, uma oferta era coletada das pessoas para essa finalidade. Em 2 Crônicas 24:6, 9 tal oferta é chamada *ma's'eth*. Esse substantivo é baseado no verbo *nãsã'*, que significa “para levantar, carregar”, sugerindo que o substantivo designava

um presente ou uma oferta de “algo que é levado para outra pessoa,” neste caso, para o Senhor.⁹⁹ Durante o tempo do rei Joás, quando o templo estava sendo reparado, um cofre foi colocado fora do templo para recolher esta oferta. A Bíblia afirma que o povo trouxe esta oferta voluntária com alegria (2 Crônicas 24:10).¹⁰⁰

Uma oferta especial foi solicitada pelo Senhor durante a dedicação do altar e do santuário (Números 7). Cada tribo enviou os seus dons (*qorbān*, versículo 3) através dos seus representantes. Suas ofertas consistuíam de sacrifício de animais, utensílios de ouro e prata, farinha e incenso, que eram necessários para começar os serviços do santuário.¹⁰¹ Os israelitas foram responsáveis pela disponibilização de recursos suficientes para operar os serviços do santuário, e cumpriram essa responsabilidade pelas suas ofertas.

Três vezes por ano os israelitas faziam uma peregrinação a Jerusalém para celebrar as festas dos Pães Asmos e a Semana do Tabernáculo (Deuteronômio 16:16). Em cada uma dessas ocasiões, deles era esperado trazer ao Senhor uma oferta chamada *mattānāh* = “oferta”, a partir do verbo *ān* = “para dar”, que designa entre outras coisas, um presente dado por um pai para seu filho (cf. Gênesis 25:6) e o presente de Deus para o sacerdócio de Arão (Números 18:07; comparar os versículos 6 e 29). Era uma oferta frequentemente solicitada por uma boa e amorosa disposição, de uma pessoa para outra (Compare Ester 9:22).

No contexto destas três ofertas, Deuteronômio 16:16-17 faz várias declarações importantes. A primeira: “nenhum deles deverá apresentar-se ao Senhor de mãos vazias” (versículo 16). Ofertas devem ter um lugar no culto coletivo. Quando chegar diante de Deus as pessoas deviam trazer algo a Ele como um testemunho do recebimento de Suas bênçãos. Estas eram ofertas voluntárias (versículo 10), que expressavam alegria pelo cuidado e proteção de Deus. A segunda declaração: “cada um de vocês trará uma dádiva conforme as bênçãos recebidas do Senhor, o seu Deus” (versículo 17). A tradução literal da última parte da frase seria, “como a bênção do Senhor, seu Deus, a qual Ele lhe deu.” O montante da oferta seria diferente de pessoa para pessoa, porque seria baseado no princípio da proporcionalidade - a quantidade refletida (era na proporção) no quanto o Senhor havia abençoado o indivíduo. A terceira declaração: “...conforme as bênçãos recebidas” (ver versículo 17), indica que precede as

doações divinas e torna possível a doação humana. O texto sugere que Deus derrama Suas bênçãos a todos e, que quando uma pessoa vem antes dEle, ele ou ela teriam sempre uma razão e algo para dar ao Senhor (compare Ezequiel 46:5, 11).

É interessante notar que as ofertas especiais que temos discutido, bem como as outras ofertas, foram necessárias ou solicitadas por Deus e elas ainda eram expressões voluntárias de alegria e gratidão. Parece que Deus estava usando o sistema de ofertas para ensinar os israelitas a forma de expressar alegria, gratidão e muitos outros sentimentos de devoção a Ele. Surpreendentemente, o Senhor interpretou o deixar de levar as ofertas a Ele, como um ato de roubo (Malaquias 3:6-8). Isso foi, provavelmente, baseado no princípio de que, se Deus abençoou o povo, Ele tinha direito a um presente de gratidão deles, através do qual Ele seria reconhecido como seu Senhor. Deste modo, Deus os protegeu de cair no hediondo pecado de idolatria. Privá-Lo de ofertas equivaleria a uma rejeição de seu Senhorio sobre eles, creditando as bênçãos recebidas por Ele, para algum outro poder. Aqueles para quem *YAHWEH* era o único Deus, simplesmente Lhe trariam ofertas. Uma oferta pressupõe um forte compromisso pessoal. Não deveria surpreender-nos a encontrar uma ligação entre uma reforma espiritual e um aumento da oferta (2 Crônicas 31:1, 10-14).

O Velho Testamento aponta para um tempo em que os reis e as potências estrangeiras trarão presentes ou ofertas ao Senhor (veja Salmo 68:29; 76:11, Isaías 18:7). O termo hebraico para esta oferta é *shay* = “oferta, presente”, e designa uma oferta feita pelo poderoso e rico para Aquele que é identificado como o Senhor universal vitorioso na guerra.¹⁰²

As ofertas especiais que temos discutido, parecem acentuar de modo especial a importância da disposição interior do indivíduo, que move ele ou ela a dar uma oferta voluntária. Esta disposição, acompanhada por sentimentos de alegria, gratidão, ação de graças e adoração, se incorpora ao ato concreto de trazer uma oferta ao Senhor. Neste ato, Ele é reconhecido e proclamado como Senhor sobre a vida daqueles que O adoram e como Proprietário da terra e de sua produção. Davi resumiu bem esse conceito quando escreveu: “Porque quem sou eu, e que é o meu povo, para que pudéssemos dar voluntariamente estas coisas? Porque tudo vem de ti, e das tuas mãos to damos” (1 Crônicas 29:14).¹⁰³



III. OFERTAS NO NOVO TESTAMENTO

Há poucas referências de ofertas no Novo Testamento, embora o verbo “dar” (*didōmi*) seja usado extensivamente. O que é particularmente interessante, é que cerca de 25% do tempo em que verbo *didōmi* é usado, ele tem Deus como seu sujeito.¹⁰⁴ Deus é Aquele que nos dá o pão de cada dia (Lucas 11:03), a chuva, as colheitas, os alimentos (Atos 14:17), a vida e tudo o que necessitamos (Atos 17:25). Ele nos dá o arrependimento (Atos 11:18), a vitória (1 Coríntios 15:57), graça (1 Pedro 5:5), amor (1 João 3:1), sabedoria (Tiago 1:5), Espírito Santo (João 3:34, Atos 5:32), os dons espirituais (1 Coríntios 12:7-10), uma herança (Atos 20:32), o reino (Lucas 12:32), e a vida eterna (1 João 5:4). De uma forma muito especial Deus deu o Seu único Filho (João 3:16), o Pão da Vida (6:32), que deu a Sua vida por nosso resgate (Mateus 20:28; 1 Timóteo 2:6), dando “a si mesmo por nossos pecados” (Gálatas 1:4).

Deus e Cristo são descritos no Novo Testamento como os Grandes Doadores que enriquecem os seres humanos fora de sua amorosa graça. Portanto, Cristo foi capaz de desafiar seus seguidores a dar livremente porque recebeu gratuitamente (Mateus 10:8). O objetivo do cristão não é suprir as necessidades de Deus, porque Deus não precisa de nada (Atos 17:25). As nossas doações nos tornam mais parecidos com nosso Senhor.

A. Jesus e Ofertas

Jesus instruiu seus seguidores a respeito da natureza e do espírito da verdadeira doação. O evangelho nos mostra vários incidentes em que Ele abordou este tema tão importante. Nós os agrupamos aqui em diferentes subseções.

1. Ofertas e adorações

Quando Cristo nasceu uma oferta foi trazida a

Ele por um grupo de pessoas inesperadas. Alguns não-judeus vieram do Oriente para conhecê-Lo e dar presentes: ouro, incenso e mirra (Mateus 2:1-11). Estes “homens sábios” pertenciam a uma classe oriental de pessoas bem educadas, ricas e influentes, chamada *mágoi* = “mago”. Em geral, eles eram conhecidos como peritos na astrologia e na interpretação de sonhos.¹⁰⁵ Mateus os compreendeu como homens doutos, os quais eram capazes de identificar os sinais do nascimento de Jesus, e que, tendo feito isso, saíram para procurá-Lo.¹⁰⁶ Eles tinham entrado em contato com as Escrituras Hebraicas e acreditado nas profecias messiânicas encontradas lá (veja Números 24:17).

Os magos não chegaram a Jesus de mãos vazias, mas trouxeram consigo os presentes para o novo rei. O termo *dōron* = “dar, oferecer” é o grego equivalente ao termo hebraico *qorbān*, usado no Antigo Testamento para se referir aos presentes e ofertas de sacrifício (veja Hebreus 5:1). Neste caso em particular, estes foram presentes de homenagem. Eles tinham vindo, de acordo com suas próprias palavras, para “adorá-lo” (Mateus 2:2). O ato de adoração pode ser entendido como “significante homenagem e submissão” ao rei messias.¹⁰⁷ Mas, no contexto de Mateus, “Jesus é a manifestação da presença de Deus (Mateus 1:23), o Filho de Deus (2:15) em um sentido único e, portanto, de um a ser adorado.”¹⁰⁸

Nessa passagem, um presente caro/oferta está associada com os conceitos de adoração, homenagens e submissão. Tais ofertas são expressões tangíveis desses sentimentos e atitudes. Através de suas ofertas, os magos estavam reconhecendo a grandeza e a superioridade deste grande Rei de Israel.

2. Ofertas e Relações Interpessoais

Jesus, como os profetas do Antigo Testamento, não separou a devoção religiosa, expressa por trazer uma oferta ao Senhor, da interação ética e social adequada. Uma oferta reflete não só um estado de paz com Deus, mas também com a própria comunidade de aliança. Viver em harmonia com os outros foi quase um pré-requisito para uma oferta. Isto parece o que Jesus quis dizer quando afirmou: “Portanto, se você estiver apresentando sua oferta diante do altar e ali se lembrar de que seu irmão tem algo contra você, deixe sua oferta ali, diante do altar, e vá primeiro reconciliar-se com seu irmão; depois volte e apresente sua oferta.” (Mateus 5:23-24). Uma oferta perde o seu valor como uma expressão de amor

e gratidão a Deus, se esta vem de um coração em guerra com os outros. As dimensões, vertical e horizontal, da nossa experiência religiosa, se cruzam no ato de adoração através de uma oferta.

Outro aspecto da relação entre oferta e os relacionamentos com outros está contida na crítica de Jesus sobre a prática judaica do Corban (Marcos 7:10-12). Uma pessoa poderia dedicar ao Senhor suas propriedades, tornando-as indisponíveis para qualquer outro membro da família. Ao argumentar que seria uma violação do voto de usar a propriedade ou a posse de aliviar as suas necessidades,¹⁰⁹ pode-se construir um caso de negligência aos pais de cada um. Jesus condenou essa prática, alegando que violava o quinto mandamento. O princípio exemplificado aqui dá a impressão de que ser um bom mordomo também significa atender às necessidades dos nossos parentes. Em outras palavras, a nossa entrega a Deus deve ser equilibrada pela nossa responsabilidade para com nossos familiares, porque cuidar deles, suprimindo suas necessidades faz parte da nossa experiência religiosa.

3. *Ofertas e compromisso com o Senhor*

Dar uma oferta a Deus não é automaticamente um reflexo do nosso compromisso absoluto com Ele. A viúva pobre trouxe uma oferta voluntária ao templo, possivelmente como uma expressão de gratidão e amor a Deus (Lucas 21:1-4). Os ricos também trouxeram as suas ofertas voluntárias. Jesus comparou e avaliou suas doações e selecionou a oferta da viúva como um verdadeiro dom. Seus olhos perceberam que os ricos deram “suas sobras, a viúva deu a partir do que ela nem sequer tinha.”¹¹⁰ Ambos deram para sustentar os serviços do templo, mas para os ricos, dar esta oferta foi uma formalidade religiosa que poderia ser satisfeita com um mínimo, um símbolo, não do que eles poderiam dar, mas do que eles estavam dispostos a dar. Não era uma expressão de envolvimento pessoal profundo com Deus.

Isso reestabelece um princípio encontrado no Velho Testamento e em partes do Novo Testamento: Não é a quantidade dada, mas o nível do próprio compromisso com o Senhor, que faz a oferta aceitável diante dEle. A viúva queria dar uma oferta e ela trouxe a única coisa que ela tinha, duas moedas de baixo custo, confiando que Deus proveria para ela. Sua oferta baseou-se em uma decisão. Na verdade, era baseada em uma fé, na qual a sua gratidão e amor a Deus prevaleceu. Ela veio do fundo do seu ser. Para os ricos,

a oferta não tinha nenhum significado profundo, foi uma experiência superficial, uma formalidade em que a fé em Deus era inativa.

4. *Ofertas e verdadeira benevolência*

O que acabamos de afirmar sugere que a verdadeira benevolência é mais do que partilha ou doação. Tem a ver com a condição interna da pessoa, a força espiritual de um amor por Deus. Este entendimento exclui o egoísmo do ato de doação. Buscar o auto-reconhecimento através das nossas ofertas é absolutamente incompatível com a benevolência verdadeira. Jesus determinou claramente que devemos dar sem esperar qualquer recompensa dos outros e, portanto, nossa doação deve ser silenciosa e secreta (Mateus 6:1-4). Ele nos proíbe de chamar a atenção para nossa benevolência,¹¹¹ porque é uma entidade privada “de transação” entre o indivíduo e Deus. Jesus rejeita o egoísmo como uma motivação em dar, porque fere a oferta. A benevolência não tem lugar antes que os outros, isso acontece “diante de Deus que... tornará público, recompensar e punir atos secretos no último julgamento.”¹¹² A doação vem de um coração que está disposto a dar, e deveria tornar-se uma resposta natural ao amor e fé em Deus (Lucas 6:30). É nada menos do que uma expressão de abnegação, feitos por causa do Reino de Deus.¹¹³ Quando uma oferta é dada nesse espírito, torna-se uma reflexão na esfera humana sobre a imensurável doação de Deus. (ver Mateus 10:8, 8:4).

5. *Ofertas e Ministério Cristão*

Jesus disse aos discípulos que é uma responsabilidade da comunidade de crentes prover suas necessidades: “o trabalhador é digno do seu sustento” (Mateus 10:10). O termo traduzido “trabalhador” é *ergátes*, que é usado no grego secular para designar uma pessoa que trabalha por salário.¹¹⁴ No Novo Testamento ele é utilizado, em alguns casos, referindo-se aos apóstolos e professores (ver 2 Timóteo 2:15). Parece digno de realçar que o indivíduo deve receber um salário adequado.¹¹⁵ Mateus chama os salários de *trophé* (literalmente “comida”), que, neste contexto, poderiam ser traduzidos como “sustento”¹¹⁶ ou “manter alguém.” A passagem paralela em Lucas 10:7 usa a palavra *misthos* = “salário, pagar”. É a partir dessa frase de Jesus que a Igreja deriva sua autoridade para apoiar o ministério do evangelho através das ofertas dos membros da igreja.

Os ensinamentos de Jesus sobre as ofertas colocam a ênfase na motivação para dar. O culto

proporciona a ocasião para ofertas de homenagem e apresentação, por meio do qual o senhorio de Cristo é reconhecido. Nossa oferta é, portanto, uma expressão de nosso total compromisso baseado na fé e confiança Nele, uma decisão do coração e não uma formalidade. Dar não é para ser motivado por um desejo de auto-reconhecimento, porque egoísmo e oferta aceitável são incompatíveis. Nossos presentes e ofertas devem vir de um coração cheio de gratidão e de amor, cuja principal preocupação é a promoção do reino de Deus. Tais indivíduos estão em paz com os outros e provêm as necessidades de suas famílias. Dentro da igreja, as ofertas devem ser utilizadas para promover a missão da igreja.

B. Paulo e as Ofertas

No Novo Testamento, Paulo, mais do que qualquer outro escritor, discute a teologia de ofertas. Ele faz isso em três principais contextos. O primeiro é durante a discussão sobre sua relutância pessoal para aceitar ofertas. O segundo é quando ele discute sua reação às ofertas enviadas a ele, que ele não solicitou ou esperou. E o terceiro é em passagens onde ele lida com a coleta para os pobres em Jerusalém.

1. Relutância de Paulo em aceitar ofertas

Paulo renunciou seu direito de apoio financeiro ao seu ministério, pelos membros da Igreja. Escrevendo aos Tessalonicenses, ele enfatizou o fato de que trabalhou para suprir suas necessidades pessoais e não aceitaria ofertas vindas deles. Especificamente, ele afirma, “não por que não tivéssemos tal direito, mas para que nos tornássemos um modelo para ser imitado por vocês.” (2 Tessalonicenses 3:9). Paulo justifica sua decisão em termos de definição de um exemplo para aqueles que estavam relutantes a trabalhar para ganhar a vida.¹¹⁷ Outro motivo que ele forneceu para si mesmo foi que não houve ganância nele. (1 Tessalonicenses 2:6-9; compare Atos 20:33-35).¹¹⁸ Às vezes Paulo sentia que aceitar o dinheiro poderia se tornar uma pedra de tropeço no caminho do evangelho, o que provavelmente significa que ele não queria dar a impressão de que ele estava se aproveitando da igreja (2 Coríntios 11:9; 12:14-18).¹¹⁹

No entanto, Paulo estava ciente do fato de que ele tinha o direito ao apoio financeiro da igreja (2 Tessalonicenses 3:9). Em 1 Tessalonicenses 2:7 ele diz à igreja, “embora, como apóstolos de Cristo, pudéssemos ter sido um peso, fomos bondosos quando estávamos entre vocês...” Ele

defende este direito em termos fortes em 1 Coríntios 9:1-18. Como um apóstolo, ele argumenta, ele tem os mesmos direitos que os apóstolos, os direitos que Coríntios tem reconhecido no caso de outros apóstolos.¹²⁰ Ele justifica o seu direito apostólico de apoio das igrejas com diversas ilustrações baseadas no uso do senso comum: o serviço militar em sua própria despesa é praticamente inimaginável, um agricultor tem a liberdade de comer as uvas que ele plantou, e um pastor tem o direito de se beneficiar do leite das suas ovelhas (verso 7).

Paulo também apela para a autoridade do Antigo Testamento, citando Deuteronômio 25:4 e, concluindo, “Se entre vocês semeamos coisas espirituais, seria demais colhermos de vocês coisas materiais? Se outros têm direito de ser sustentados por vocês, não o temos nós ainda mais?” (1 Coríntios 9:11, 12). Para isso, ele acrescenta um argumento a partir dos serviços do santuário: Os levitas eram apoiados por todos os dízimos e os sacerdotes eram apoiados pelo dízimo dos dízimos e porções das ofertas sacrificais levadas para o altar (versículo 13). Paulo está usando a lei do Velho Testamento do dízimo como um modelo para o cristão doador.¹²¹ De acordo com Paulo, as normas do Velho Testamento foram apoiadas pelo próprio Jesus: “da mesma forma, o Senhor ordenou àqueles que pregam o evangelho, que vivam do evangelho.” (versículo 14). A frase “da mesma forma”, sugere que a regra do Velho Testamento é válida não só para os judeus, mas para os Cristãos. O Senhor ordenou à igreja aplicar a mesma regra para o apoio do ministério da igreja. O verbo “comandar” é uma tradução de *diatáso* que significa “dar ordem”, “emitir um decreto”, ou “responsável para cobrar.”¹²² Designa uma declaração oficial e autorizada, no caso vinda do Senhor.

A recusa de Paulo em aceitar a oferta, não foi uma rejeição da prática bíblica apoiada pelo Senhor e que havia se tornado uma prática aceita na igreja para o apoio do ministério evangélico (cf. 1 Pedro 5:2). Ele estava simplesmente usando sua liberdade para proclamar o evangelho sem despesas para os Coríntios, a fim de proteger a integridade de seu ministério apostólico.

2. Paulo como o destinatário de Ofertas

Nem todas as igrejas dos gentios aceitaram a decisão de Paulo para trabalhar na proclamação do evangelho sem receber pagamento. Apesar de sua relutância, as igrejas na Macedônia o apoiaram quando ele estava em Corinto (2 Co-

ríntios 11:9). É em Filipenses 4:10-19 que Paulo analisa o impacto e significado da generosidade dos macedônios.

Enquanto estava na prisão Paulo recebeu a visita de Epafrodito, um mensageiro das igrejas na Macedônia. Ele trouxe com ele uma oferta das igrejas de Paulo. Na epístola aos Filipenses, Paulo discute a importância desta oferta e diversos estados de coisas importantes.

Primeiro, a oferta da Macedônia era uma expressão de preocupação ou interesse em Paulo como um pregador do evangelho (Filipenses 4:10). O verbo *phrone* traduzido “interessados” é difícil de traduzir. Ele combina as ideias de pensar e de simpatia, ou apego emocional¹²³ do intelecto e da vontade.¹²⁴ Não significa apenas para pensar em alguém, mas para ter sinceros interesses e disposto a fazer algo por aquela pessoa. Este tipo de preocupação procura uma oportunidade de expressar-se de uma forma tangível. A oferta dos macedônios não era o resultado de uma explosão emocional, mas foi baseada em uma análise racional, sobre o reconhecimento de uma necessidade real de alguém com quem eles eram emocionalmente e espiritualmente unidos e, com cuja missão pudessem identificar-se. Eles cuidavam de Paulo, em pensamento e ação, e a oferta foi a prova desta preocupação.¹²⁵ Isso sugere que a oferta deveria ser a expressão de uma séria preocupação e interesse pelo bem-estar da Igreja e no cumprimento da sua missão.

Segundo, através desta oferta, os macedônios participaram das aflições de Paulo (Filipenses 4:14). As aflições são as provações experimentadas por Paulo na pregação do evangelho. O verbo *sunkeinones* está relacionado com o substantivo *koinonía* = “comunhão, participação,” e significa “participar / partilhar com alguém.” A ideia básica do verbo e do substantivo “é para ter algo em comum com alguém,” tornando possível que eles tenham comunhão e participação.¹²⁶ Os macedônios participaram dos estudos de Paulo, feitos por eles mesmos, e privando-se de algo para dar uma oferta. Paulo participou do bem-estar deles recebendo a sua oferta. Assim, eles foram unidos em finalidade e experiência. As ofertas se tornaram e criaram um vínculo de simpatia e amor entre os crentes. O ministério de Paulo tornou-se o seu ministério também.¹²⁷ Os macedônios se tornaram sócios com Paulo “na prisão e sofrimento, embora estivesse muitas milhas afastado deles. Eles tomaram algumas das suas cargas sobre si mesmos, em seu sentido verdadeiro e profundo de preocupação, que se manifestou na ação

construtiva, em nome do apóstolo e, portanto, em nome do evangelho.”¹²⁸

Terceiro, a oferta dos macedônios foi creditada na sua conta (Filipenses 4:17). É importante notar que, para Paulo o valor da oferta presente não foi baseada no fato de ter suprido uma necessidade que ele tinha, mas sim no benefício que continha para os macedônios.¹²⁹ O crédito / lucro / fruto em sua conta foi crescendo, aumentando. Paulo usa terminologia comercial para descrever a bênção espiritual recebida por aqueles que dão. O investimento material produz dividendos espirituais na vida dos doadores.¹³⁰

Quarto, o dom dos macedônios de Paulo foi um presente aceitável ao Senhor (Filipenses 4:18). O verdadeiro destinatário desta oferta é Deus, não Paulo. Paulo exprime esta ideia, referindo-se a oferta de sacrifício como um incenso perfumado, um sacrifício aceitável e agradável a Deus. A oferta foi retirada, por assim dizer, da esfera da benevolência secular e interpretada em termos do seu significado espiritual. E não só a une a Paulo, mas também serve para reforçar as suas relações com Deus. Um princípio importante é transmitido aqui: “Tudo o que é feito para o empregado é, na realidade, feito para o Mestre, o que é dado a uma criança de Deus é dado a Deus” (compare Mateus 10:40-42).¹³¹ O sustento do ministério evangélico, a missão da igreja através das ofertas de uma pessoa é sempre uma experiência espiritual.

Quinto, a oferta dos macedônios testemunha o fato de que Deus supre as necessidades do doador (Filipenses 4:19). As igrejas na Macedônia não eram ricas em bens materiais (2 Coríntios 8:2), mas elas ainda doavam. Filipenses 4:19 parece ser uma oração e uma declaração de fato, uma expressão de confiança na solicitude de Deus para Seus povos.¹³² Aqueles que dão ofertas não são excessivamente preocupados com as suas próprias necessidades porque o amor de Deus é poderoso e suficiente para sustentá-los. Ao se referir a Deus como um doador, Paulo está indicando que a verdadeira motivação para a doação humana está localizado aí. Deus provê para os macedônios e os utiliza para suprir as necessidades de Paulo.

Paulo aceitou esta oferta com relutância e passou a informar a Macedônia que ele tinha recebido: “Recebi tudo, e o que tenho é mais que suficiente...” (verso 18). Aqui, ele usa outro termo do mundo das transações comerciais. O verbo *apech* = “Eu tenho recebido” que significa “Eu tenho recebido na íntegra” e funciona como um recibo. No

Novo Testamento este verbo foi escrito na parte inferior do recibo, indicando que o montante foi recebido ou pago na íntegra.¹³³ Aqui no versículo 18, “Paulo apresenta o que equivale a um recibo para coleta, que a igreja em Filipos tinha enviado.”¹³⁴ A implicação é que aqueles que dão uma oferta devem ser informados que foi recebido, registrado e utilizado como indicado. Aqui descobrimos um elemento de responsabilização por parte daqueles que recebem a oferta.

A oferta dos macedônios era uma manifestação da verdadeira preocupação por Paulo e seu ministério apostólico. Eles se uniram com ele em seus trabalhos e no cumprimento de sua missão. Eles também enriqueceram sua vida espiritual porque a oferta foi dada primeiramente à Deus e não Paulo. Sua entrega foi precedida por dar a Deus e preocupação por ele. Paulo mantinha registros adequados de sua oferta e enviou-lhes um recibo.

3. Paulo e a Coleta: uma oferta especial

A teologia de Paulo de um plano de ofertas, de uma maneira muito especial em sua discussão e interpretação da “coleta”, que ele juntou entre as igrejas dos gentios para a igreja de Jerusalém.¹³⁵ Esta oferta especial foi tão importante que ele menciona em várias de suas epístolas (Romanos 15:25 - 28, 1 Coríntios 16:1-4 e 2 Coríntios 8, 9). Para esclarecer seus significados teológicos e relevância, vamos examinar os conceitos e princípios de Paulo associados com esta oferta.

A. A MOTIVAÇÃO PARA DAR. Além da óbvia necessidade da igreja em Jerusalém, Paulo nos proporciona uma série de afirmações que parecem dar uma motivação teológica para dar à coleta.

(1) Dom da graça de Deus. Em 2 Coríntios 8:1 Paulo direciona os Coríntios para a graça de Deus, dada às igrejas da Macedônia, o que os moveu a contribuir para a coleta. Isso poderia ser interpretado como significando que a graça de Deus operou neles, criando uma disposição para dar,¹³⁶ ou que a graça salvadora de Deus alcançou as igrejas como um dom através da proclamação do evangelho. Neste último caso, o fato de que Deus deu o Seu Filho, como um ato de graça para a salvação dos macedônios, motivou a doação.¹³⁷ Mas, ambas as ideias estão corretas no contexto. Os macedônios deram uma oferta, porque a graça de Deus se manifestou em Cristo como um dom de salvação e essa mesma graça estava trabalhando em seu coração.¹³⁸

(2) O exemplo de Cristo. Em 2 Coríntios 8:9

Paulo resume o conteúdo de uma mensagem que ele desenvolveu em Filipenses 2:6-11: “pois vocês conhecem a graça de nosso Senhor Jesus Cristo que, sendo rico, se fez pobre por amor de vocês, para que por meio de sua pobreza vocês se tornassem ricos.” A boa vontade de Cristo em dar tudo para a igreja era uma revelação sublime do amor que deveria motivar os Coríntios a dar uma oferta para os pobres em Jerusalém.¹³⁹

(3) Bênçãos de Deus. Paulo lembra aos coríntios que a abundante graça de Deus pode prover o que eles precisam, a fim de permitir-lhes dar (2 Coríntios 9:8-11). Observe que o dom divino se origina na graça de Deus e não é reação da parte de Deus à oferta dos Coríntios, Deus não está pagando-as.¹⁴⁰ Suas bênçãos são atos da graça, que oferecem a oportunidade para os coríntios compartilharem o que, graciosamente, receberam do Senhor.

A bênção divina, diz Paulo, resulta em *autarkeia* = “autossuficiência”: Deus proverá todas as suas necessidades (versículo 8).¹⁴¹ Paulo associa a autossuficiência com a riqueza econômica. Mas a autossuficiência é para ele um dom de Deus e não, como se acreditava em algumas escolas contemporâneas de filosofia, o resultado sério da autodisciplina independente de Deus é baseado em uma tentativa de viver em harmonia com a razão.¹⁴² Em Filipenses 4:12, 13 ele afirma independência de circunstâncias externas ou autossuficiência na base de sua confiança ou dependência do poder de Deus que a fortalece.¹⁴³ Paulo também compreende a autossuficiência como sendo capacitada por Deus “para relacionar de forma mais eficaz com as outras pessoas, não retirar-lhes”¹⁴⁴ auxiliando-os quando necessário. Paulo parece considerar a autossuficiência financeira como atingível porque a riqueza e a graça de Deus não são necessariamente exclusivas. Segundo ele “a riqueza deve ser vista como um dom de beneficência de Deus e não como resultado de uma realização puramente humana.”¹⁴⁵ A oferta dos Coríntios deve ser motivada pela convicção de que Deus é quem fornece o suficiente para eles compartilharem com os outros. Dessa forma, eles são estimulados a superar o egoísmo.

B. DOAÇÃO PLANEJADA. Contribuir para a coleta não era para ser um ato accidental, mas bem planejado. Paulo menciona pelo menos três elementos importantes na organização da oferta.

(1) Com base em sua renda mensal. Paulo não exige uma quantidade específica de dinheiro de cada membro da igreja, mas usa um princípio

bíblico a ser utilizado por todos ao decidir quanto dar: “de acordo com os bens que vocês possuem.” (2 Coríntios 8:11). O que a pessoa tem (versículo 12), isto é, a maneira como o Senhor tem feito prosperar o indivíduo, deve ser o critério a ser utilizado na tomada de decisão (1 Coríntios 16:2). Este é, obviamente, um assunto pessoal e privado.

(2) Definir a parte em casa. A ideia de separar em casa o montante a ser ofertado é sugerido em 1 Coríntios 16:2: “No primeiro dia da semana, cada um de vocês separe uma quantia, de acordo com a sua renda...” A frase “cada um de vocês” poderia ser traduzida literalmente “cada um de vocês por si mesmo,” e sugere que seja feito algo sozinho em casa. Definir a oferta era uma questão familiar.¹⁴⁶ No Antigo Testamento, as ofertas eram retiradas ou consagradas em casa e levadas para o templo depois de um tempo. Parece ser o que Paulo está sugerindo.

(3) Determinar os instrumentos nomeados. Paulo estava consciente do quanto era importante para os membros da igreja conhecerem e estarem seguros de que a coleta era tratada adequadamente. Uma má gestão acidental das ofertas prejudicaria a sua reputação como líder espiritual e daria credibilidade às acusações levantadas contra ele pelos falsos apóstolos. Por isso, ele enviou Tito, seu delegado apostólico, acompanhado de dois irmãos que eram muito respeitados na igreja de Corinto, para recolher as ofertas (2 Coríntios 8:17-23; 9:3). Um dos irmãos era eleito ou escolhido pelas igrejas para acompanhar Tito. Ele representava outras Igrejas participantes na coleta (8:19). A palavra grega *cheirotonein* = “para eleger”, originalmente significava “eleger pelas mãos a mostra” e pode sugerir como esta pessoa era escolhida.¹⁴⁷ O segundo irmão poderia ser escolhido por Paulo ou pelas igrejas (cf. versículo 22). Esta pessoa tinha sido testada e se mostrado confiável.

Era para essas três pessoas bem qualificadas e confiáveis que as ofertas eram entregues. Elas representavam o apóstolo e as igrejas, sugerindo que a oferta não era dada a Paulo, mas para a igreja.

A oferta global deveria ser levada a Jerusalém por pessoas aprovadas pela igreja, pessoas a quem Paulo iria dar cartas de apresentação (1 Coríntios 16:3). Tudo isso foi feito para evitar qualquer crítica e fazer o que era certo e não apenas perante o Senhor, mas também aos olhos das pessoas (2 Coríntios 8:20-21).

A logística da coleta tinha vários propósitos. Os

membros da igreja sabiam a quem deveriam dar a oferta. Além disso, um elemento de responsabilização estava presente; Paulo teve o cuidado de deixar claro que a oferta não era para ser mal utilizada ou mal colocada. Como um líder de igreja ele era responsável pela coleta.

C. ATITUDE PARA DAR. A coleta das ofertas era um livre-arbítrio, mas Paulo espera que seja dada no espírito adequado. Ele fez um esforço especial para clarificar o significado e a importância desta oferta.

(1) Dar é um privilégio. Aparentemente, Paulo não pediu aos Macedônios para participarem na coleta porque eles eram pobres. No entanto, para a surpresa de Paulo, “suplicaram insistentemente o privilégio de participar da assistência aos santos.” (2 Coríntios 8:4). O termo grego traduzido para “privilégio” é *charis*, que normalmente é traduzido “graça”, e aqui significa “ato gracioso”, ou seja, fazer algo que é considerado um privilégio.¹⁴⁸ Para o cristão é um privilégio ser capaz de realizar um ato de graça pelos outros. Os macedônios tinham recebido a graça de Deus (2 Coríntios 8:1) e, agora, consideraram ser um privilégio permitir que a graça se manifestasse através deles ajudando os outros.

(2) Dar voluntariamente. Os macedônios deram suas ofertas “por iniciativa própria.” (2 Coríntios 8:3). Paulo não pediu nada a eles; deram por sua própria iniciativa. O termo grego *authaíetos* = “em seu próprio” significa “voluntariamente.” Dar deve ser uma decisão livre de coração (2 Coríntios 9:7). Dar com o coração significa que a oferta não é dada com tristeza ou por necessidade. O termo utilizado é “relutante”, que geralmente é traduzido no Novo Testamento como “mágoa ou dor.” Aqui se refere àqueles que consideram que dar é doloroso, mas que não se atrevem a dizer não. Eles dão, mas eles fazem isso com relutância. O outro termo utilizado é “compulsão,” que significa agir sob o controle ou influência de alguém ou algo, não pela própria vontade. Ele nega o elemento de liberdade do sujeito da ação. A compulsão pode ser o resultado da pressão do grupo ou do líder, fazendo o indivíduo sentir que ele ou ela não têm outra escolha senão dar.

Dar por tristeza ou por necessidade é contrastado por Paulo com a atitude de alegria que deve caracterizar o doador (2 Coríntios 9:7). É esta a disposição interior, positiva e não a quantidade dada que torna a oferta aceitável diante de Deus (2 Coríntios 8:12).

(3) Dar generosamente. As abundantes bên-

ções de Deus devem mover os cristãos a dar generosamente (2 Coríntios 9:11, 13). O termo grego para “generosidade” é um dos mais importantes, mas um dos mais difíceis de traduzir. A tradução comum é “simplicidade, sinceridade”. O termo é difícil de traduzir, porque tem uma série de significados que são expressos, em inglês, por diversos termos diferentes. Em 2 Coríntios 8:2, o termo é usado para descrever os Macedônios como pessoas de “simplicidade, sinceridade, retidão, franqueza”, bem como “generosidade e liberalidade.” Juntos, esses termos expressam o antigo ideal da vida simples. De acordo com este ideal cultural, das pessoas que vivem a vida simples, pode-se esperar que mostrem generosidade em suas doações e em sua hospitalidade.¹⁴⁹

Para Paulo, a vida simples e generosa do cristão é uma imitação da atitude do seu Senhor (2 Coríntios 8:9). Às vezes, essa generosidade se manifesta dando mais do que se é capaz de dar (8:3), mas Paulo espera que o Coríntios só deem de acordo com suas possibilidades. Mesmo assim, eles deveriam tentar se destacar em doação para abundar na graça de dar (8:7).

(4) Dar e doar-se. Paulo ficou impressionado com a participação inesperada dos macedônios na coleta e creditou sua disposição altruísta ao fato de que “entregaram-se primeiramente a si mesmos ao Senhor e, depois, a nós...” (2 Coríntios 8:5). Toda oferta é, em certo sentido, a oferta do indivíduo na consagração a Deus e no serviço para Sua igreja (“nós”). Assim, a oferta é a personificação de uma disposição do coração, da nossa vontade de entregar e consagrar nossa vida ao Senhor.

D. FINALIDADE DA COLETA. A primeira e a mais óbvia finalidade da coleta foi para suprir as necessidades materiais da Igreja em Jerusalém (Romanos 15:26, 2 Coríntios 9:12). Mas este não era um simples ato de benevolência social. Paulo se refere a ele como “um serviço” (liturgia) e, embora esse termo seja usado na literatura grega para designar um serviço realizado em sua própria despesa, em um sentido não-religioso. O contexto de 2 Coríntios 9:12 indica que ele está sendo usado por Paulo em um sentido religioso, significando “serviço, adoração.” A oferta dada para suprir as necessidades da igreja em Jerusalém foi um ato de adoração ao Senhor.¹⁵⁰

O segundo objetivo da coleta era o de fortalecer a unidade da igreja e dar expressão a ela de forma objetiva. Foi “uma expressão tangível da unidade de judeus e gentios.”¹⁵¹ Os judeus com-

partilhavam as bênçãos espirituais com os gentios, e agora os gentios dividem a suas bênçãos materiais com os judeus (Romanos 15:27). Houve apenas uma igreja, universal, caracterizada por um espírito de verdadeira comunhão em Cristo. Paulo percebeu que era necessário para a Igreja, a nível mundial, expressar essa unidade na mensagem e na missão e, ele encontrou nesta oferta um canal através do qual estas poderiam ser realizadas. As bênçãos materiais e espirituais das igrejas pertenciam, por assim dizer, à única Igreja de Cristo.

O terceiro objetivo da coleta era o de promover igualdade financeira (2 Coríntios 8:13-15). É a igualdade produzida pela “escassez ou abundância de saldo que deve existir entre as igrejas.”¹⁵² O conceito subjacente é o de parceria, *koinnia*, sugerida em Atos 2:44 e 45.¹⁵³ É útil observar que Paulo está baseando seu argumento em uma passagem do Antigo Testamento: “quem tinha recolhido muito não teve demais, e não faltou a quem tinha recolhido pouco...” (Êxodo 16:18). O convite para a igualdade é baseada no entendimento de que é Deus que prevê o que é necessário. Ao compartilhar suas bênçãos, os fiéis trabalhavam com Deus na criação de igualdade financeira na igreja. Aqueles que têm bastante para compartilhar com aqueles que têm menos, “mas que haja igualdade” (2 Coríntios 8:13). A distribuição equitativa da riqueza pode não ser uma possibilidade no mundo, mas deve ser uma realidade dentro da igreja.

O quarto objetivo da coleção foi expressar o amor cristão. Participar da coleta foi uma prova de sinceridade e amor dos Coríntios (2 Coríntios 8:8; compare versículo 24). Esta questão está intimamente relacionada com a unidade da Igreja, porque o amor une a igreja em Cristo. A oferta fornece a oportunidade para o amor levar um conceito ou ideia para o campo da conduta cristã como um princípio ativo. Os Coríntios prometeram participar na coleta, mas não tinham feito a promessa verdadeira. Agora, Paulo os desafia a demonstrar o amor em ação (2 Coríntios 9:1-5).

O quinto objetivo da coleta foi o louvar a Deus. Paulo disse que a oferta redundava “em muitas expressões de gratidão a Deus.” (2 Coríntios 9:12).¹⁵⁴ Porque iriaabençoar os fiéis em Jerusalém, a oferta forneceria um motivo de louvor a Deus (verso 13). A derradeira finalidade de toda a oferta deve ser glorificar a Deus, porque através dos nossas ofertas confessamos que Ele é o único que forneceu os meios e criou a vontade no coração do homem para dar. Generosidade

resultará em ações de graças a Deus (verso 11).

Ao lembrá-los sobre a graça de Deus, que eles receberam gratuitamente (sem cobrança), apontando para o sacrifício de Cristo e por assegurar-lhes o constante amor de Deus manifestado nas bênçãos que receberam todos os dias, Paulo motivou os Coríntios darem suas ofertas. Para Paulo, a entrega foi um privilégio, porque a graça de Deus estava usando aqueles que deram. Isso significava que a oferta deveria ser dada a partir do coração e deveria ser uma experiência alegre. Deveria ser generosa e de uma forma muito especial, do jeito que deve ser, um ato de doação. Uma oferta, segundo Paulo, era um meio de suprir as necessidades da igreja, mas também contribuir para a unidade da Igreja e da igualdade financeira. Através da coleta, o amor do cristão era expresso e Deus seria louvado. A oferta era para ser baseada na situação financeira da família, para ser reservada em casa e, então, ser dada aos instrumentos nomeados da igreja, no tempo determinado. A gestão adequada dos recursos era esperada daqueles que lidavam com a coleta.

C. Ofertas em Atos

O livro de Atos menciona alguns dos problemas financeiros enfrentados pela igreja apostólica e como essa se desenvolveu e cresceu para se tornar um movimento mundial. Embora Atos não diz muito sobre as ofertas, seria útil para o nosso propósito examinar as passagens pertinentes. Essas passagens mostram um interesse especial nas ofertas para os pobres da igreja.

1. Oferta para os pobres

De acordo com Atos 2:44, os membros da igreja apostólica tinham “tudo em comum”, ou seja, seus pertences estavam no serviço da Igreja e na missão. Não deve ser entendido no sentido de que eles venderam tudo o que tinham e deram o dinheiro para a igreja. O que é dito é que, como a necessidade surgia periodicamente, eles vendiam algumas de suas propriedades para suprir as necessidades dos outros (Atos 4:34, 35)¹⁵⁵, portanto, esta prática não foi uma rejeição da propriedade privada, mas sim, o seu reconhecimento equilibrado por uma disposição de servir os outros.¹⁵⁶ Foi necessário porque, nesse momento, um número de novos convertidos eram pobres.

Esta prática foi, provavelmente, a perpetuação da vida em comunidade fraterna de Jesus e seus discípulos (compare com Lucas 8:3, João 12:4-6; 13:6-9).¹⁵⁷ Dois exemplos específicos são dados

da prática seguida pela igreja. Barnabé tinha uma propriedade e decidiu vendê-la e trazer o dinheiro à igreja para suprir as necessidades dos pobres (Atos 4:36-37). Vendeu a propriedade e trouxe o dinheiro para os discípulos. O segundo exemplo é o de Ananias e Safira (5:1-11). Eles fizeram uma promessa semelhante, mas depois de vender a parte da propriedade decidiram reter, secretamente, parte do dinheiro para si. No entanto, eles queriam dar a impressão de que levaram o montante total para os apóstolos.

A experiência de Ananias e Safira revela vários aspectos importantes sobre esse tipo de oferta. Em primeiro lugar, a doação não foi somente um ato social de benevolência, mas trouxe uma oferta ao Senhor. Aquele que finalmente recebeu, foi o Espírito Santo. Isso explica por que Pedro disse a Ananias: “como você permitiu que Satanás enchesse o seu coração, a ponto de você mentir ao Espírito Santo?” (Atos 5:3). Em segundo lugar, a oferta era voluntária, ninguém era forçado de forma alguma vender um pedaço de propriedade. Aparentemente, depois de vender a propriedade, Ananias e Safira tinham a opção de manter o dinheiro para si, se fossem honestos com os apóstolos (Atos 5:4).¹⁵⁸ Terceiro lugar, mais uma vez, testemunhamos o fato de que ao dar uma oferta, a motivação certa é de valor primário. No caso de Ananias e Safira, a eliminação de terra foi motivada “por um desejo de ganhar reputação de generosidade e não uma preocupação genuína com algum necessitado entre eles.”¹⁵⁹ O egoísmo deles, manifestado em uma preocupação indisciplinada de sua segurança financeira, levou-os a violar uma promessa feita ao Senhor. O Espírito Santo, que estava guiando os crentes e a igreja, foi rejeitado por este casal que, por sua vez, rejeitou-os também. Finalmente, este incidente indica que é correto e importante se comprometer com as ofertas do Senhor, mas é igualmente importante o cumprimento dessas promessas.

O procedimento seguido na coleta e na distribuição ou utilização da oferta era simples. Os crentes decidiram por si mesmos venderem um pedaço de propriedade, e prometeram dar todo o dinheiro, ou talvez uma parte dele, para a igreja. O dinheiro foi dado aos apóstolos, que eram responsáveis por administrá-lo (Atos 4:37). Isso pode ter sido o sistema estabelecido pela igreja e seguido pelos crentes.

Como a igreja cresceu, tornou-se evidente que os apóstolos não puderam gerir as finanças da igreja e ao mesmo tempo, anunciar o evangelho em tempo integral. Eles logo descobriram que

era impossível fazer as duas coisas bem feitas. O problema tornou-se grave quando um grupo reclamou que algumas viúvas estavam sendo negligenciadas na distribuição de pão (Atos 6:1-6). Os apóstolos solicitaram uma revisão dos processos administrativos, de modo que os apóstolos reuniram-se com todos os discípulos na igreja (membros da Igreja) e juntos eles aprovaram um novo plano. Como resultado, sete homens foram eleitos para serem responsáveis pela distribuição do pão. No processo de seleção procuraram os indivíduos que estavam “cheios do Espírito e de sabedoria” (Atos 6:3). Em outras palavras, dois títulos importantes foram necessários. Primeiro, eles deveriam ser os líderes espirituais comprometidos com o Senhor e possuídos pelo Espírito e, segundo, esperava-se que tivessem algum conhecimento de como lidar com questões administrativas, em especial gestão de fundos.¹⁶⁰ A combinação destes dois elementos indicam que a administração das finanças da igreja não é uma questão de contabilidade secular, mas é uma questão profunda e essencialmente espiritual.

Alguns importantes conceitos teológicos estão no fundamento da oferta em questão. Como a maioria desses conceitos foram discutidos no contexto de outras ofertas, vamos mencioná-los brevemente aqui. A oferta era um excesso da graça de Deus nos corações dos fiéis e é associada com a afirmação de que “grandiosa graça estava” sobre os crentes (Atos 4:33). A implicação é que, dentro da comunidade dos cristãos, a graça de Deus tomou a forma de uma séria preocupação com os pobres da igreja. Sua graça os levou a dar. Além disso, devemos observar a percepção dos membros da igreja com suas propriedades: “Ninguém considerava unicamente sua coisa alguma que possuísse, mas compartilhavam tudo o que tinham.” (Atos 4:32). Seu conceito de propriedade foi radicalmente modificado por meio do evangelho. Eles sabiam quem era o verdadeiro dono. Finalmente, com a coleta de Paulo, a oferta foi um testemunho de unidade na igreja, elas “uma era a mente e um o coração.” (Atos 4:32). Eles tinham um só Senhor, uma só fé, um só batismo e um só Deus (compare Efésios 4:4, 5) - eles eram um em Cristo, e isto foi demonstrado “em sua prontidão de atender as necessidades dos outros.”¹⁶¹ A unidade espiritual expressa-se em manifestações tangíveis do amor, e neste caso particular, a oferta desempenhava esse papel.

2. Ofertas Especiais

Atos 11:27-30 faz referência a uma oferta especial enviada pela Igreja de Antioquia para Jerusalém. Esta foi outra oferta voluntária. O Profeta Ágabo predisse a vinda de uma grande fome para o Império Romano e isso moveu a igreja a “providenciar ajuda para os irmãos que viviam na Judéia” (Atos 11:29). Foi um fundo especial a ser utilizado nas próximas emergências. Cada um dava o que poderia pagar, e a oferta foi dada a Barnabé e Saulo para levar para a igreja em Jerusalém. A oferta “foi motivada pelo amor de Cristo, expressava a solidariedade da comunhão cristã, e mostrou que Deus havia recebido os gentios na igreja. A congregação de Antioquia não pensava em si como isolada da igreja mãe em Jerusalém. Ela pensou naturalmente, em enviar ajuda para outra parte do corpo que estava com dificuldade.”¹⁶² Essa oferta pode ter previsto o modelo teológico que Paulo usou para a sua coleta para a igreja em Jerusalém.

Atos nos diz que os membros da igreja colocaram seus pertences no serviço da Igreja. Isto foi baseado em seu entendimento de que Deus era o verdadeiro dono de tudo o que tinham. Sua vontade de dar era o resultado do trabalho da graça de Deus em seus corações. Aqueles cujas ofertas foram motivadas pelo egoísmo, foram rejeitadas. A oferta foi dada a Deus, apesar de ter sido recebida por seus instrumentos humanos, os apóstolos. A administração dos fundos foi colo-



cada nas mãos de pessoas capazes, que sabiam sobre a gestão e que também eram gigantes espirituais da igreja.

IV. SÍNTESE E CONCLUSÕES

Nós examinamos uma boa quantidade de material bíblico de como lidar com as ofertas e agora é hora de resumir as nossas conclusões. Praticamente todas as passagens que estudamos têm uma contribuição para a melhor compreensão

do significado das ofertas. Na maioria dos casos foi detectada um número de temas fundamentais que aparecem com bastante frequência na discussão.

O fundamento teológico da prática de trazer ofertas ao Senhor parece ser formado por três princípios interligados com conceitos teológicos. O primeiro é a soteriologia, isto é, Deus é constante e amoroso, com disposição para salvar o homem do poder do pecado. A salvação é uma revelação da graça de Deus que chega até nós como um dom imerecido a ser aceito pela fé em Cristo. A autorevelação de Deus divulgou o insondável fato de que Ele é o maior Doador no universo. No Antigo Testamento a disposição de Deus para salvar se manifestou de maneira particular no Êxodo, quando Ele redimiu o seu povo do poder escravizante do Egito. No Novo Testamento, a salvação de Deus chegou ao seu final na manifestação da doação de Seu Filho como o único meio de salvação. O Pai e o Filho fizeram a graça disponível para aqueles que, pela fé em Cristo, aceitaram o seu sacrifício. Deus providenciou o sacrifício que nenhuma outra pessoa poderia suportar. O homem dá um esboço do que Deus tem dado.

O segundo elemento no fundamento teológico é a fidelidade de Deus às Suas promessas, a constância da Sua palavra. A inconsistência de palavra e ação são estranhas ao Ser Divino. Ele prometeu habitar com seres humanos, proporcionando-lhes uma identidade e suprimindo as necessidades, e Ele cumpriu Suas promessas. O Senhor é confiável e seguro. Suas criaturas podem esperar nEle e confiar nEle. Há uma constância no caráter divino que torna Deus fidedigno. Ele é fiel a si mesmo, ao Seu próprio caráter.

O terceiro elemento no fundamento teológico é o senhorio de Deus. O Deus que nos salvou gratuitamente e que é fiel às Suas promessas, é, também, nosso Senhor. Ele entrou em uma relação de aliança conosco, aceitando-nos como Seu povo e nós o aceitamos como o Senhor da aliança. Seu Senhorio não é restrito ao âmbito de assuntos espirituais, mas inclui de uma forma mais concreta o reconhecimento de que tudo o que temos é dEle, pois Ele nos deu. O Senhorio de Deus significa que Ele é o dono, mas que Ele é, naturalmente, disposto a dar do que é Seu para o Seu povo. Portanto, tudo quanto Seu povo possuir abrange-os como um presente ou uma bênção do Senhor da aliança.

Além de outros elementos, os três fundamentos teológicos que temos discutido fornecem para o

ser humano a motivação de dar. Os seres humanos são chamados e desafiados a dar, porque a graça de Deus se revelou no dom gratuito da salvação através de Cristo. Os cristãos possuem o sublime exemplo de Deus e de Seu Filho como modelos de benevolência. Nossa oferta é para ser modelada após o divino. Criados à imagem de Deus, os seres humanos imitam a disposição divina para dar. Uma vez que Deus dá livremente, os seres humanos também devem dar livremente.

Os cristãos são motivados a dar porque Deus mantém suas promessas, está constantemente abençoando e protegendo seu povo. Essas bênçãos chegam até nós de diferentes formas, mas Ele sempre está nos abençoando. Deus, portanto, não é uma pessoa que deu no passado e já não dá mais. É através de Sua doação providencial que Ele preserva a Sua criação. O fato de que Ele está sempre dando, fornece um modelo e razão para o ser humano dar. Assim, ninguém deve vir adorá-Lo de mãos vazias.

O reconhecimento do senhorio de Deus deve ser um fator motivador em nossa doação. Aqueles que compreendem a si mesmos como proprietários, provavelmente, darão por amor. O reconhecimento do fato de que há um só Senhor que governa o universo e é dono de tudo o que está nele, encontra-se na raiz da benevolência. Deus quer nos usar na administração adequada e na distribuição dos seus bens. Nesse cenário teológico podemos somente nos ver como Seus mordomos, que, alegremente, usamos o que Ele nos deu para promover seu plano.

Outra motivação para dar encontra-se no reconhecimento de que Deus está trabalhando através de sua Igreja para a salvação da humanidade. Ele trouxe a igreja e o ministério do evangelho à existência para continuar a revelar a sua glória ao mundo. Aqueles, na igreja apostólica, encontraram sua maior alegria na promoção da causa de Deus através de suas ofertas. Nada foi mais importante para os fiéis do que a proclamação do evangelho, e eles contaram com o privilégio de serem instrumentos de Deus nesta tarefa. Dizer aos outros, que Deus estava reconciliando o mundo Consigo, por meio de Cristo, foi tão significativo para eles, que às vezes alguns cristãos davam ofertas além seus recursos.

Em resumo, poderíamos dizer que o que motiva os cristãos a dar ofertas, é seu amor por Deus, um amor generoso cujo foco de atenção é Deus e os seres humanos. Dar motivados por uma sede de autoreconhecimento está fora de lugar na vida

cristã. Jesus desafiou os crentes a darem tranquilamente, em silêncio, esperando a recompensa de Deus. O egoísmo mancha a oferta e a torna inaceitável a Deus. Uma oferta, também não deve ser dada para obter ou ganhar a simpatia, o amor ou reconhecimento de Deus. É somente através do sacrifício de Cristo que somos aceitos por Deus.

Este último comentário nos leva, logicamente, a uma definição de uma oferta aceitável. Diversos elementos aparecem na Bíblia para nos ajudar a definir este termo. Em primeiro lugar, uma oferta aceitável é aquela que é uma expressão da nossa auto-oferta a Deus. Em nossos dons, devemos dar-nos a Deus, renovando nosso compromisso com ele. Uma oferta é para ser uma experiência profundamente religiosa, porque é um símbolo de uma vida inteiramente entregue ao Senhor.

Em segundo lugar, uma oferta aceitável é um testemunho do fato de que Deus está em primeiro lugar na vida do crente. Porque Ele foi reconhecido como Senhor, a melhor e a mais cara dádiva é trazida até Ele, com base nos recursos da pessoa. A oferta se torna um ato de homenagem e submissão Àquele que nos redimiu e agora é nosso Senhor. Ao separar a oferta antes de usar ou investir o dinheiro em qualquer outra coisa, nós estamos dizendo ao Senhor e para nós mesmos, “Senhor, você está em primeiro lugar na nossa vida.”

Em terceiro lugar, uma oferta aceitável é uma expressão de fé em Deus, no cuidado providencial por nós. Esta oferta vem de um coração que confia em um Deus pessoal que provê as nossas necessidades como Ele as vê. Quando uma oferta é dada a partir de um excedente, tende a se tornar uma mera formalidade, um ato ritual desprovido de devoção. Fé em Deus é sempre buscar uma forma de expressar isso, de tornar significativo. Nossas ofertas fornecem um possível canal para expressar nossa fé em um ambiente de culto.

Em quarto lugar, uma oferta aceitável é a personificação da gratidão, ação de graças, alegria e amor do doador. São respostas à experiência do amor redentor e providencial de Deus. No pensamento bíblico o ser interior revela sua natureza e finalidade por meio de ações. As respostas positivas do amor de Deus se expressam de maneiras diferentes na vida dos crentes e, uma dessas maneiras é através de uma oferta tangível, acompanhada por uma confissão da bondade do Senhor. Uma oferta é a forma que os nossos sentimentos e atitudes, em relação ao amor de Deus, assumem em um ato de adoração.

Em quinto lugar, uma oferta aceitável é uma

oferta voluntária. Uma oferta não deve ser trazida para o Senhor, sob compulsão ou relutantemente, mas voluntariamente. O fato de que o Senhor espera e exige de nós ofertas, não deve nos levar a concluir que é mais um fardo para o crente. Deus quer que experimentemos a alegria de dar, que enriquece nossas vidas.

Em sexto lugar, uma oferta aceitável reflete nosso compromisso com a mensagem e missão da igreja. Uma vez que acreditamos que Deus está usando sua Igreja para proclamar o evangelho e preparar o mundo para a Segunda Vinda de Cristo, devemos estar dispostos a colocar nossos recursos financeiros para o serviço do plano de Deus para a humanidade. Isso significa que, dando as nossas ofertas para a igreja estamos realmente dando a Deus para promover e desenvolver o último aspecto do plano de salvação. Não existe maior causa a ser encontrada na Terra onde possamos aplicar os recursos que temos recebido de nosso Senhor.

Em sétimo lugar, uma oferta aceitável é aquela que vem de um coração em paz com Deus e com os outros. O ato de adoração pressupõe que a religião e ética não devem ser compartimentadas ou separadas uma da outra. Lidar corretamente com os outros é um dever religioso tanto quanto trazer uma oferta a Deus. De modo especial, tratar os outros com justiça significa prover as necessidades de nossos parentes. O zelo por Deus e Sua causa não deve nunca levar os cristãos a darem ofertas ao Senhor, que resultariam em negligência às necessidades de suas famílias. Supri-los também faz parte do nosso dever religioso.

Finalmente, uma oferta aceitável, embora espontânea, é ao mesmo tempo sistemática. Espera-se que o nosso plano de dar, seja com base em nossa renda. O montante a ser dado é para ser separado em casa, com a família, e depois trazido para a nossa igreja e entregue ao Senhor. Isso nos protege da doação baseada na motivação emocional.

Nosso último ponto levanta a questão da logística no sistema bíblico de ofertas. A Bíblia fornece algumas orientações sobre a coleta e gestão de ofertas. Já mencionamos que o montante é baseado nas bênçãos recebidas do Senhor e que é para ser definido e separado em casa. Além disso, Deus e a igreja nomearam instrumentos (pessoas) específicos para receberem as ofertas. Elas deveriam ser entregues apenas àqueles reconhecidos pela comunidade dos crentes como sendo digno de receber e administrá-las. O local para levá-las era o templo ou a igreja onde as pessoas se reuniam para o culto coletivo ao

Senhor. Há alguma evidência para o fato de que os registros apropriados foram mantidos e que as ofertas eram utilizadas para os fins designados.

A Bíblia menciona diversos fins específicos para trazer uma oferta. A primeira era para apoiar as necessidades do santuário no Antigo Testamento e as necessidades da Igreja no Novo Testamento. Assim, encontramos ofertas para a construção e reparação do templo do santuário, ofertas para os pobres e ofertas para o sustento e serviços do santuário e do ministério evangélico. As ofertas foram utilizadas para contribuir com o cumprimento da missão da Igreja, como instrumento de Deus em um mundo de pecado. Elas mantiveram o local e o funcionamento da igreja mundial.

Em segundo lugar, o propósito da oferta foi o de fortalecer a unidade da igreja. Através de suas ofertas, os crentes se mostraram ser um, em espírito, mensagem e propósito. Ao apoiar um projeto local da Igreja Mundial encontraram uma ocasião para expressar a unidade que os mantinham juntos. Os fardos e provações de uma congregação se tornam o fardo de toda a igreja. Os crentes de todo o mundo se identificaram com as necessidades e experiências desses trabalhadores, em locais específicos.

Terceiro, o propósito das ofertas era criar igualdade financeira na igreja. Aqueles que tinham muito partilhavam com aqueles que tinham pouco. As bênçãos de Deus podem variar de pessoa para pessoa, mas Ele espera que esses que tenham recebido muito O auxiliem na criação de uma distribuição equilibrada de riqueza. Esta igualdade levará em consideração tanto as necessidades locais como as mundiais.

Em quarto lugar, o propósito das ofertas foi motivar as pessoas a louvarem a Deus. Através da nossa oferta o espírito de gratidão é alimentado na comunidade dos crentes, e Deus é louvado pela benevolência de Seus instrumentos. As ofertas devem estimular outros a louvar a Deus que, através de Sua graça, criou um espírito de generosidade nos corações dos doadores.

Devemos olhar brevemente o sistema de ofertas, a partir da perspectiva de Deus. O que Deus estava tentando realizar no crente ao pedir ofertas? Há um benefício espiritual muito forte para aqueles que trazem as suas ofertas ao Senhor. A Bíblia sugere que Deus usou o sistema de ofertas para ensinar seu povo como expressar seu amor e gratidão a Ele. Aquele que nos chamou a amá-Lo e a amar o nosso próximo, estabeleceu, entre outros meios, a doação de ofertas como um veículo, através do qual se concretiza esse amor. Desta forma, o egoísmo é derrotado em nossas

vidas.

Outra razão para Deus ter exigido ofertas era manter o seu povo fora da idolatria. Trazendo as suas ofertas à Ele, lembrou-os que YAHWEH era o verdadeiro dono de tudo e que foi Ele quem os abençoou. A terra não pertence a Baal e não foi Baal quem a fez frutificar, mas foi o Senhor Deus. Toda vez que uma oferta era trazida ao Senhor, a idolatria estava sendo rejeitada.

Finalmente, Deus exigiu ofertas do seu povo, a fim de reforçar as suas relações com ele. Isto é, em certo sentido, o outro lado no ponto anterior. Cada oferta é uma oportunidade para o povo de Deus se consagrar a Ele novamente. A relação estabelecida com Ele, através do Seu ato glorio-



so da redenção, foi renovada, e o vínculo de amor foi reforçado em um ato de devoção pessoal.

V. DEBATE

Discussão sobre as ofertas no Antigo Testamento

1. Discuta o propósito real por trás das “ofertas de sacrifício expiatório.”
2. Que lições podem ser tiradas a partir do fato de que os animais utilizados para o “holocausto” eram listados com base em seu valor financeiro?
3. Ao apresentar uma “oferta de alimentos”, o que estava sendo expresso?
4. Que princípios divinos podem ser extraídos ao levar as primícias da terra a Deus?
5. Quais são os três princípios ilustrados na “oferta especial” que os Israelitas eram obrigados a trazer três vezes por ano?

Discussão sobre as ofertas no Novo Testamento

1. Discutir as implicações da declaração: “Buscar o autorreconhecimento através da nossa oferta é absolutamente incompatível com a verdadeira benevolência.”

2. O que estava por trás da decisão de Paulo de renunciar ao seu direito de apoio financeiro para o seu ministério?

3. Discuta Filipenses 4:10-19. Apesar da relutância de Paulo, por que as igrejas na Macedônia insistiram em apoiar o seu ministério?

4. Listar os princípios espirituais na teologia de Paulo sobre as ofertas, como mencionadas em Romanos 15:25-28, 1 Coríntios 16:1-4 e 2 Coríntios 8 e 9.

5. Que lições podem ser aprendidas com a insistência de Paulo de que as pessoas bem qualificadas e de confiança levassem a oferta de Corinto para Jerusalém?

6. Em Atos 4:32, o que observamos foi a percepção dos membros da igreja sobre seus bens pessoais?

7. Quais são os três principais e interrelacionados conceitos teológicos atrás da prática de trazer ofertas ao Senhor?

8. Defina “oferta aceitável” a Deus.

9. Que fins específicos, para trazer uma oferta ao Senhor, menciona a Bíblia?

VI. NOTAS / REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

72. Para a religião babilônica ver Helmer Ringgren, *Religiões do Antigo Oriente Próximo* (Philadelphia: Westminster, 1973), p. 81, 82, 109-20; e para o Egito consultar Siegfried Morenz, *Religião egípcia* (Ithaca, NY: Cornell University Press, 1973), p. 87, 88, 94-99.

73. Isto foi sugerido por Jacob Milgrom, *Levítico 1-16* (New York: Doubleday, 1991), p. 474. Para uma discussão sobre a etimologia do substantivo ver Gary A. Anderson, *Sacrifícios e ofertas no Antigo Israel* (Atlanta, GA: Scholars Press, 1987), p. 137-44.

74. Todas as citações bíblicas são da NVI.

75. Esta é a conclusão a que chegou C. J. La-

buschagne após estudar o uso do verbo hebraico *Nathan* = “para dar” no Antigo Testamento e perceber de que forma é usada, frequentemente, com Deus como assunto e os seres humanos como objeto e, como, raramente, se diz que humanos deram algo para Deus. Veja seu artigo “Ntn”, no *Theologisches Handwörterbuch zum Alten Testament*, editado por E. Jenni e C. Westermann (München: Verlag Chr. Kaiser, 1971-1976) Vol. 2, p. 138-141 (doravante citado como THAT).

76. Veja John E. Hartley, *Levítico* (Dallas, TX: Palavra, 1992), p. 24; e A. Noordtzi, *Levítico* (Grande Rapids, MI: Zondervan, 1982), p. 30, 31.

77. Milgrom, *Levítico*, p. 145.

78. Veja G. J. Wenham, *O Livro do Levítico* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1979), p. 51.

79. Veja Noordtzi, *Levítico* p. 40.

80. Compare G. A. F. Knight, *Levítico* (Philadelphia: Westminster, 1981), p. 17.

81. Ver T. W. Cardoso, “Confessar”, na *Enciclopédia da Bíblia International Standard* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1986), vol. 4, p. 998 (doravante citado como ISBE).

82. Veja Leonard J. Coppes, “*Nrdar* fazer um voto”, *Vocabulário em Teologia do Antigo Testamento*, editado por R. Laird Harris (Chicago, IL: Moody, 1980), vol. 2, p. 1309 (doravante citado como TWOT).

83. Roland de Vaux, *Antigo Israel: Instituições religiosas* (McGraw-Hill, 1961 Nova Iorque) vol. 2, p. 417.

84. Veja G. Mayer, “*Ydh*”, no *Dicionário Teológico do Antigo Testamento*, vol. 5, editado por G.J. Botterweck e Helmer Ringgren (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1974), p. 428 (doravante citado como TDOT).

85. Noordtzi, *Levítico*, p. 83.

86. Veja Ralph H. Alexander, “*Ydrh* confessar, louvar, agradecer,” *TWOT* vol. 1, p. 365.

87. Wenham, *Levítico*, p. 69.

88. Hartley, *Levítico*, p. 30, depois de constatar que a parcela deste holocausto sobre o altar é chamado “um memorial,” sugere que o prazo “transmite a ideia de que a pessoa que faz esta oferta está lembrando-se da graça de Deus em dar-lhe o seu alimento diário.”

89. Veja Knight, *Levítico*, p. 18, e Harrison RK, *Levítico* (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1980), p. 50.

90. Veja Richard O. Rigsby, “Primeiros Frutos”, em *Dicionário Bíblico Âncora*, vol 2, editado por David N. Freedman (New York: Doubleday, 1992), p. 797 (doravante citado como ABD).

91. Ronald Allen B, “Números”, no *Comentário Expositor da Bíblia*, vol 2, editado por Frank E.

Gaebelein (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1990), escreve “Aqui é onde temos a tendência de cair. Muitas vezes nos vemos dando do nosso excedente. Quando não há excedente, não estamos dando ao Senhor. Outros acham que quando dão a Deus das primícias do seu melhor, ficam sem o lucro que nem mesmo tinham previsto.” (p. 853).

92. Uma oferta da primeira parcela da massa, é mencionada em Números 15:18-21.

93. Baruch A. Levine, Números 10-20 (New York: Doubleday, 1993), p. 446.

94. Noordtzi, Levítico, p. 233.

95. Veja J.A. Thompson, Deuteronômio (Downers Grove, IL: InterVarsity Press, 1974), p. 254.

96. Veja Peter C. Craigie, O Livro de Deuteronômio (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1976), p. 320.

97. Menção deve ser feita aqui da lei do primogênito de seres humanos e animais, segundo a qual todo o primogênito pertence ao Senhor (Êxodo 22:29, 30). Esta não era uma oferta, mas uma obrigação legal, exigência da parte do Senhor (Levítico 27:26). O primogênito pertencia ao Senhor e o dando de volta a Ele, os israelitas eram lembrados de sua redenção do Egito e da sua eleição como primogênitos de Deus (Números 3:13; 8:17; Êxodo 4:22; Jeremias 31:8, 9). O primogênito dos seres humanos e dos animais imundos deveriam ser resgatadas (Êxodo 13:13, 34:20, Levítico 27:26, 27). Consulte M. Tsevat, “Bechôr”, vol. TDOT 2, p. 126.

98. Veja Philip J. Budd, Numbers (Waco, TX: Verbo, 1984), p. 332, 33.

99. Walter C. Kaiser, “Nrsr”, TWOT 2, p. 602.

100. Essa oferta pode ter sido instituída por Moisés. Ver 2 Crônicas 24:9 e Êxodo 30:11-16; 38:25, 26; cf Neemias 10:32.

101. Veja Levine, Números, p. 247, 256.

102. Veja Anderson, Sacrifícios, p. 34-35.

103. Em função do segundo dízimo dentro da teocracia de Israel, como um meio de ajudar os pobres, consulte o nosso livreto “A mordomia e a Teologia do dízimo.”

104. Veja W. Popkes, “Didmi give”, no Dicionário de Exegética do Antigo Testamento, vol. 1, editado pela Horst Balz e Gerhard Schneider (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1990), p. 321 (doravante citado como EDNT).

105. Veja Buehler WW, Homens AWise (NT), ISBE vol. 4, p. 1084.

106. Veja H. Balz, “Magos”, EDNT vol. 2, p. 371.

107. Donald A. Hagner, Mateus 1-13 (Dallas, TX: Palavra, 1993), p. 28.

108. Ibid, p. 28. Veja Ulrich Luz, Mateus 1-7: Um Comentário Continental (Minneapolis: Fortress

Press, 1989), p. 137.

109. Ver C. Brown “Korban”, no Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento, vol 2, editado por Colin Brown (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1976), p. 43 (doravante citado como NIDNTT).

110. John Nolland, Lucas 18:35-24:53 (Dallas, TX: Palavra, 1993), p. 979.

111. Veja Robert H. Mounce, Mateus (Peabody, MA: Hendrickson, 1985), p. 53.

112. Luz, Mateus, p. 357, 58.

113. Veja E. Earle Ellis, O Evangelho de Lucas (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1966), p. 115; e Norval Geldenhuys, Comentário do Evangelho de Lucas (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1951), p. 212.

114. R. Heiligenthal, “Ergát’s”, EDNT vol 2, p. 49.

115. Veja P. Trummer, “Axios”, EDNT vol 1, p. 113.

116. Este significado é encontrado em documentos gregos, ver James Hope Moulton e Milligan George, O Vocabulário do Novo Testamento (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1930), p. 643.

117. Ernest Best, A Primeira e Segunda Epístolas aos Tessalonicenses (New York: Harper and Row, 1972), escreveu: tópico “Em Tessalônica o ponto de vista dele [Paulo] é simplesmente que, se ele que, como um missionário teve o direito ao sustento que trabalhou para seu viver, porque não os tessalonicenses, que não têm o mesmo direito. O exemplo, obviamente, não é a sua renúncia, mas o seu trabalho...”(p. 337).

118. Veja David J. Williams, 1 e 2 Tessalonicenses (Peabody, MA: Hendrickson, 1992), p. 39. Ele escreve: “Pode ter sido do conhecimento geral que Paulo recebeu doações de Filipos. Isso pode ter levado alguns a concluir que ele veio para Tessalônica esperando por um pouco mais do mesmo (cf. Fl 4:15f)... Ele chama a Deus como testemunha... que a ganância não faz parte do seu serviço missionário. “

119. J. M. Evert, “Suporte Financeiro”, no Dicionário de Paulo e Suas Cartas, editado por Gerald F. Hawthorne e Ralph Martin (Downers Grove, IL: Inter Varsity Press, 1993), p. 296 discute várias razões para a recusa de Paulo (doravante citado como DPL).

120. Veja Conzelmann Hans, 1 Coríntios (Philadelphia: Fortress Press, 1975), p. 152.

121. Veja o nosso documento, “Mordomia e a Teologia do dízimo”.

122. Veja Gerhard Dellling, “Diatáss”, no Dicionário Teológico do Novo Testamento, vol. 8, editado pelo Gerhard Kittel e Gerhard Friedrich

- (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1972), p. 34, 35 (a seguir citado como TDNT).
123. Veja Gerhard F. Hawthorne, *Filipenses* (Waco, TX: Word), p. 22.
 124. Veja J. Goetzmann, "*Phron'sis*", NIDNTT vol. 2, p. 617.
 125. Veja Bertram Georg, "*Phr'n*", TDNT vol.9, p. 233.
 126. Veja P. T. O'Brien, "Companhia, comunhão, partilha," DPL, p. 293.
 127. *Ibidem*, p. 294.
 128. Hawthorne, *Filipenses*, p. 202.
 129. Veja F.F. Bruce, *Filipenses* (Peabody, MA: Hendrickson, 1983), p. 154.
 130. Hawthorne, *Filipenses*, p. 206.
 131. *Ibidem*, p. 206, 07.
 132. Com P. Ralph. Martin, *Filipenses* (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1976), p. 168.
 133. Veja Moulton e Milligan, Grego, p. 57, 58.
 134. A. Horstmann, "*Apech*", EDNT vol. 1, p. 121.
 135. Para um resumo da discussão acadêmica sobre as questões históricas e teológicas associadas a coleta, nós nos referimos ao leitor S. McKnight, "Coleta para o Santos," DPL, p. 143-147. Fornece informações bibliográficas importantes.
 136. Veja Victor P. Furnish, *2 Coríntios* (New York: Doubleday, 1984), p. 399, 413.
 137. Veja Hans Dieter Betz, *2 Coríntios 8-9* (Philadelphia: Fortress, 1985), p. 42.
 138. Veja Ralph P. Martin, *2 Coríntios* (Waco, TX: Verbo, 1986), p. 252, 53.
 139. Betz, *2 Coríntios*, p. 61.
 140. Com Furnish, *2 Coríntios*, p. 447.
 141. Betz, *2 Coríntios*, p. 110.
 142. Veja Furnish, *2 Coríntios*, p. 448; G.Kitte, "*Autarkeia*", vol. TDNT 1, p. 466; B. Siede, "Arke", NIDNTT vol 3, p. 727.
 143. P. T. O'Brian, "Mysticism", DPL, p. 625.
 144. Furnish, *2 Coríntios*, p. 448.
 145. Betz, *2 Coríntios*, p. 110.
 146. William F. James Orr e A. Walther, *1 Coríntios* (New York: Doubleday, 1976), p. 356, sugeriu que a oferta era proporcional e substancial e que separá-la era feito como uma da família.
 147. Veja Furnish, *2 Coríntios*, p. 422 e Betz, *2 Coríntios*, p. 74, 75.
 148. Com Martin, *2 Coríntios*, p. 254.
 149. Betz, *2 Coríntios*, p. 44, 45.
 150. Veja H. Baltz, "Liturgia", EDNT vol.2, p. 34, 49.
 151. Everts, "Financial", p. 299.
 152. T. Holtz, "Isos", EDNT vol 2, p. 202.
 153. Furnish, *2 Coríntios*, p. 419.
 154. Veja Martin, *2 Coríntios*, p. 293.
 155. Veja David J. Williams, *Atos* (Peabody, MA: Hendrickson, 1985), p. 93, 94.
 156. Veja Arrington L. francês, *Os Atos dos Apóstolos* (Peabody, MA: Hendrickson, 1988), p. 54.
 157. F.G. Untergassmair, "Koinos comum", EDNT vol. 2, p. 302.
 158. Veja Williams, *Atos*, p. 97.
 159. Arrington, *Atos*, p. 57.
 160. Com Williams, *Atos*, p. 118.
 161. *Ibid*, p. 92.
 162. Arrington, *Atos*, p. 121.

DÍZIMO, O NOVO TESTAMENTO
E A IGREJA CRISTÃ

SUMÁRIO

DÍZIMO, O NOVO TESTAMENTO E A IGREJA CRISTÃ

I. Introdução	63
II. Fundamentos para a prática cristã do Dízimo	63
A. Origem pré-israelita	
B. Apoiado por Jesus	
C. Implícitas em Paulo	
D. Perspectivas positivas em Hebreus	
E. Resumo	
III. Elementos de descontinuidade	64
A. Conectado ao Santuário/Templo	
B. Conectados com Levitas e Sacerdotes	
C. Levitas davam um dízimo aos Sacerdotes	
IV. Em busca de princípios	65
A. Procedimentos diferentes no Antigo Testamento	
B. Relevância da Teologia do Dízimo	
C. Destinatários dos dízimos são nomeados por Deus	
D. Ministros e o Dízimo	
V. Local de Depósitos: O princípio	66
A. O Local de Depósitos no Antigo Testamento	
B. Arrecadação e distribuição de Dízimo no Antigo Testamento	
1. Sistema dizimal segundo 2 Cr 31:5-12	
2. Sistema dizimal segundo Neemias	
C. Princípios Transferidos para a Igreja	
VI. Dízimo na Igreja Primitiva	69
A. O Silêncio do Novo Testamento	
B. O dízimo na Igreja pós-apostólica	
VII. Conclusão	70
VIII. Notas / Referências Bibliográficas	71

DÍZIMO, O NOVO TESTAMENTO E A IGREJA CRISTÃ

I. INTRODUÇÃO

Nosso estudo anterior, sobre o dízimo na Bíblia, indicou que a prática e a teologia do dízimo encontram sua origem no Antigo Testamento. Isto levanta algumas questões sobre a relevância desta lei para a Igreja Cristã. Em que medida esta transferência é válida e defensável? Se defensável, quanto desta legislação deveria ser incorporada na igreja e sob quais fundamentos isso deve ser feito? Existe alguma evidência no sentido de que os cristãos apoiaram o ministério evangélico através de seus dízimos? Temos de enfrentar e lidar com estas questões, a fim de revelar a base bíblica para a prática do dízimo na Igreja Cristã. Neste assunto, pode-se detectar imediatamente elementos de continuidade e descontinuidade entre os dois Testamentos que deveriam ser levados a sério por quem procura entender este tópico importante.



II. FUNDAMENTOS PARA A PRÁTICA CRISTÃ DO DÍZIMO

O chamado aos cristãos para apoiar o ministério do evangelho através de seus dízimos é, geralmente, baseado em evidência recolhidas do Velho e Novo Testamento.

A. Origem pré-israelita

Já vimos que, no Antigo Testamento, dizimar não era uma exigência cerimonial imposta por Deus sobre os israelitas, única e exclusivamente como resultado do pacto que Ele fez com eles no Sinai. Embora a origem desta prática seja desconhecida para os historiadores das ideias e práticas religiosas, achamos mencionada no Antigo Testamento antes que houvesse um israelita. Naquele tempo era considerado ser algo comum entre o povo de Deus, como evidenciado na experiência de Abraão e Jacó (Gn 14 e 28). Curiosamente, Abrão deu seu dízimo a um rei e sacerdote que vivia em uma cidade Cananéia, mas que adorava o Senhor. O dízimo foi recebido aqui por uma pessoa que não estava relacionada ao patriarca, sugerindo que essa prática não era para ser limitada a um único grupo étnico.

B. Apoiado por Jesus

A declaração de Jesus registrada em Mateus 23:23 e Lucas 11:42 é um claro endosso do dízimo.¹ Jesus está condenando os Fariseus de serem extremamente cuidadosos em dizimar, contudo, negligenciando “a justiça e o amor de Deus” (Lucas 11:42). Ou, como propõe Mateus, “negligenciando os preceitos mais importantes da Lei: a justiça, a misericórdia e a fé” (23:23). Jesus está ecoando a mensagem de Amós: zelo religioso e compromisso com a justiça, a misericórdia e o amor devem ser mantidos juntos (cf. Lc 18:12). Depois acrescentou: “Devíeis, porém, fazer estas coisas, sem omitir aquelas (dizimar)”.

Pode-se argumentar que Jesus estava falando como um judeu e que, portanto, não se deve tomar seu comentário como tendo algum valor para os cristãos porque depois da cruz o sistema chegou a um fim.² Mas essa linha de argumentação carece de sério fundamento.³ A passagem faz a atitude de Jesus, com respeito ao dízimo, absolutamente clara,⁴ e em nenhum outro lugar no Novo Testamento somos informados sobre uma mudança em seu ponto de vista acerca deste assunto.

Devemos ter em mente que o evangelho de Mateus foi escrito tempos depois da ressurreição e ascensão de Jesus e que ele foi escrito para os cristãos de origem judaica. Para eles, as palavras de Jesus teriam significado uma reafirmação do dízimo e não uma rejeição como cristãos.⁵ Por outro lado, Lucas foi escrito para um público não judeu, e usando as palavras de Jesus sobre o dízimo, ele parece encorajar os cristãos a dar o dízimo.⁶ As palavras de Jesus, dirigidas originalmente aos hostis líderes judeus, agora são usados pelos escritores bíblicos para instruir a igreja. Ao ouvir e ler os Evangelhos de Mateus e Lucas, as comunidades cristãs estavam sendo convidadas a fazer precisamente o que Jesus estava exigindo de seu público original. Cristo estava endossando o princípio do dízimo do Antigo Testamento entre seus seguidores.⁷

C. Implícitas em Paulo

Paulo instruiu os crentes a respeito da importância de prover as necessidades das pessoas dedicadas ao ministério do evangelho. Em I Coríntios 09:13, ele primariamente refere-se ao sistema utilizado no Antigo Testamento para prover as necessidades daqueles que oficiavam no templo. Isso foi feito principalmente através do dízimo e de forma limitada através de ofertas (cf. Nm 18:8-24). Paulo continua a traçar um paralelo entre sacerdotes e levitas e os que estavam proclamando o evangelho. Ele parece argumentar que os envolvidos no ministério do evangelho deveriam fornecer com a sua vida, pelo menos, na mesma forma como foi feito no sistema sacerdotal do Antigo Testamento. Em outras palavras, ele esta usando a lei do dízimo do Antigo Testamento como um modelo para a doação cristã.

O apóstolo está informando a igreja no que diz respeito ao apoio do ministério, “não devemos dar menos do que a lei judaica exige.”⁸ A implicação é que Paulo não considerava o dízimo incompatível com a vida cristã, mas ele viu-o como útil e necessário no cumprimento da missão da Igreja para o mundo. Observe que a ideia de que aqueles que anunciam o evangelho, deveriam ser apoiados por aqueles que acreditam que o evangelho não é a ideia de Paulo, mas do Senhor. O próprio Jesus, comandou. O verbo traduzido por “comandar” (diatasso), designa uma declaração oficial e autoritária dada, neste caso em particular, pelo Senhor para a igreja.

D. Perspectivas positivas em Hebreus

A passagem mais extensa sobre o dízimo no

Novo Testamento é registrada em Hebreus 7:1-10 e, revela uma disposição positiva em relação ao mesmo. O autor está analisando o encontro entre Abraão e Melquisedeque, apontando certos pontos teológicos importantes em seu argumento. O fato de Abraão ter dado o seu dízimo a Melquisedeque é tido como clara evidência da superioridade do sacerdócio de Melquisedeque sobre o Aarônico. A passagem pressupõe que dizimar é uma prática divinamente ordenada. Não há rejeição do dízimo, e sim um reconhecimento implícito de seu valor e significado.⁹ É interessante observar que desde que Melquisedeque era um tipo de Jesus, poderia se sugerir que, de maneira simbólica, Abraão estava dando o seu dízimo para “Jesus”.

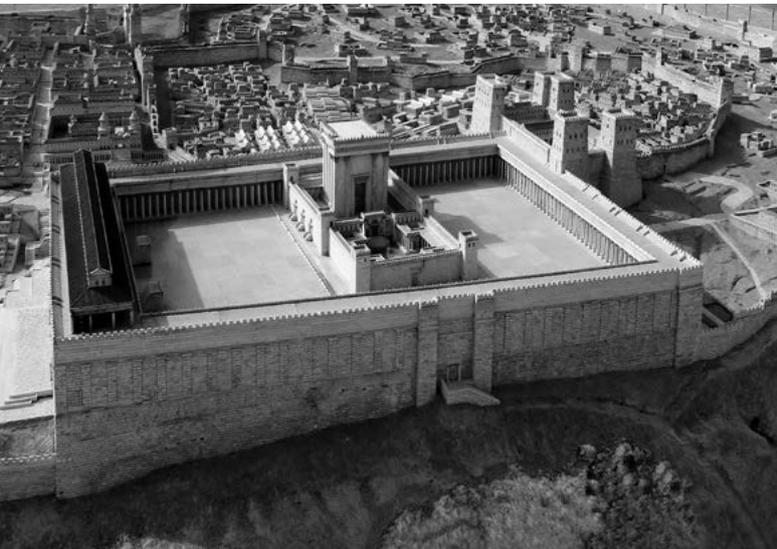
E. Resumo

Podemos concluir que dizimar, certamente, não é incompatível com a mensagem cristã e que esse ato não pode e não deve ser circunscrito ao sistema cerimonial do Antigo Testamento. A este respeito o próprio Antigo Testamento aponta para o fato de que o sistema do dízimo existia como expressão de convicção religiosa muito antes de existir um israelita. Para o cristão, o dízimo não é apenas uma prática do Antigo Testamento sem relevância para os crentes, mas parte da compreensão cristã da verdadeira mordomia. Poderia, de fato, sugerir-se que “a prática dos cristãos de dizimar, cresce fora da tradição hebraica e, é aí que descobrimos seu rico significado.”¹⁰

Na questão do dízimo, o pouco que o Novo Testamento diz sobre isso, sugere conformidade com os princípios do Antigo Testamento de devolver a Deus um décimo de tudo que ganhamos e nos lembrar da sua finalidade e significado. O Novo Testamento condena o dízimo como uma manifestação de auto retidão e desafia o crente a praticar também a justiça, misericórdia e amor (Lucas 18:12; Mt 23:23). A finalidade básica de dizimar continua a mesma: o Senhor os usa para fornecer àqueles que dedicam suas vidas para a proclamação do evangelho. O significado teológico de dizimar no Antigo Testamento encontra-se no alicerce do dízimo cristão.

III. ELEMENTOS DE DESCONTINUIDADE.

Dito isto, é necessário compreender que, a respeito do dízimo, existem diferenças significativas entre o Antigo e o Novo Testamento que devemos levar em consideração antes de chegar às conclusões finais. As diferenças são importantes,



mas como veremos, elas não indicam uma mudança radical no sistema ou uma descontinuidade radical.

A. Conectado ao Santuário/Templo

Dizimar foi associado no Antigo Testamento com o santuário/templo como a morada de Deus entre o seu povo. Os cristãos consideram o templo israelita totalmente desnecessário, pois agora eles têm acesso ao santuário celeste onde Cristo está intercedendo por eles diante do Pai. A igreja, como local de reunião para os cristãos, não é o equivalente ao templo israelita. No Novo Testamento é, certamente, chamada de um templo espiritual, mas não deve ser confundida com um templo da mesma natureza e função como o Israelita. O antecedente histórico das igrejas cristãs é, na verdade, a sinagoga judaica, que era um lugar de culto e estudo das Escrituras. O cristianismo não tem um lugar central de adoração que pode ser associado a um sistema de dízimo.

B. Conectados com Levitas e Sacerdotes

O culto do Antigo Testamento estava sob o controle de um sistema sacerdotal e era para os levitas e os sacerdotes que Deus dava o dízimo. Este não é o caso do Novo Testamento. O sistema sacerdotal chegou ao fim com a morte, ressurreição e ascensão de Jesus, que agora é o único que ocupa o cargo sacerdotal na igreja. Não há levitas na igreja. Os ministros do evangelho não podem ser vistos como sacerdotes. Seu ministério é modelado após o ministério terreno de Cristo, e não após o sistema sacerdotal do Antigo Testamento. A igreja cristã não tem sacerdotes e levitas para receber o dízimo do povo.

C. Levitas davam um dízimo aos Sacerdotes

No sistema israelita os levitas recebiam o dízimo e, em seguida, davam um dízimo aos sacerdotes. Como não há sacerdotes na igreja cristã, é simplesmente impossível seguir esta prática. É óbvio que no Antigo Testamento dizimar estava diretamente ligado à administração Levítica do dízimo, tornando impossível transferir para o Novo Testamento o mesmo sistema que encontramos no Antigo Testamento.

IV. EM BUSCA DE PRINCÍPIOS

Uma vez que encontramos elementos significa-



tivos da descontinuidade e da continuidade entre o Antigo e o Novo Testamentos na área do dízimo, é necessário concluir que transferindo a prática de dizimar para a igreja cristã, devemos olhar para os princípios subjacentes no sistema. Ou seja, deve-se reconhecer que, embora os detalhes externos do sistema possam variar, existem alguns princípios fundamentais ou diretrizes que podem ser incorporados ou expressos em uma configuração diferente. Há alguns princípios imutáveis no sistema do Antigo Testamento, que podem ser facilmente incorporados na teologia cristã e prática.

A. Procedimentos diferentes no Antigo Testamento

O próprio Antigo Testamento indica que a logística do dízimo pode variar. Lá é claro que o sistema Levítico não é indispensável para o dízimo; que não pertence à essência do mesmo. Sabemos disso porque antes que houvesse um levita, o dízimo já era praticado por Abraão e Jacó. Isto imediatamente permite a implementação do dizi-

mo na igreja cristã, mesmo na ausência de um sistema Levítico.

B. Relevância da Teologia do Dízimo

Segundo, a teologia do dízimo não é limitada a uma determinada configuração cultural ou de um período histórico específico. Deus deveria ser sempre reconhecido como o Criador do Céu e da Terra e, portanto, como o legítimo Proprietário do universo. O dízimo é a expressão concreta do reconhecimento e da aceitação do fato. Através de seu dízimo, os cristãos proclamam que tudo pertence a Deus, não apenas pela criação, mas também através da redenção. A natureza do dízimo como algo sagrado, isto é, pertencendo a Deus e não a nós, transcende o sistema Levítico e pode ser incorporada a teologia cristã. Alguns buscam, em vão, evidências bíblicas que possam apoiar a conclusão de que a santidade do dízimo foi eliminada por Cristo.

C. Destinatários dos dízimos são nomeados por Deus

Embora seja verdade que o elemento mais forte da descontinuidade está localizado na ausência de um sistema Levítico na igreja cristã, é evidente que o princípio subjacente é transferível. O dízimo pertencia ao Senhor e não aos levitas. Deus os escolheu para servi-Lo em tempo integral e decidiu usar o dízimo para prover suas necessidades. Existem dois princípios importantes aqui. Primeiro, Deus escolhe aqueles a quem Ele dará o dízimo como um meio de subsistência. A auto-nomeação não é o caminho para se tornar destinatários dos dízimos. Em segundo lugar, os selecionados são aqueles a quem Deus designou para dedicar suas vidas ao serviço exclusivo de Seu povo. O Novo Testamento os identifica como Ministros do evangelho, os quais foram chamados por Deus e reconhecidos pela igreja para ser instrumentos especiais do Senhor, na proclamação do evangelho.

D. Ministros e o Dízimo

A igreja cristã não reconhece as distinções entre os seus membros em termos de cargos. O trabalhador do evangelho é um leigo desempenhando um serviço especial para o Senhor e para a Igreja. O que é solicitado do membro regular da igreja, também é esperado do Ministro; ambos deverão levar o seu dízimo ao Senhor. A distinção do Antigo Testamento entre os sacerdotes, os levitas e ao povo de Israel são desconhecidas no

Novo Testamento. Este elemento de descontinuidade torna possível e necessário para o Ministro devolver o dízimo ao Senhor.

A coleta e administração dos dízimos e sua relação com o santuário israelita deve ser observada cuidadosamente a fim de identificar os princípios por trás da prática. Isso nós continuaremos a examinar agora.

V. LOCAL DE DEPÓSITOS: O PRINCÍPIO



A pergunta que devemos examinar agora está relacionada à disposição e administração do dízimo, uma vez que foi dado pelo povo para o Senhor. Como foi coletado, armazenado e distribuído aos levitas e os sacerdotes? Isso nos ajudará a definir os princípios que podem, então, ser usados na igreja cristã.

A. O Local de Depósitos no Antigo Testamento

Os dízimos eram obviamente levados para algum lugar específico e ali armazenados. Identificar a casa do tesouro não é muito difícil, uma vez que Malaquias 3:10, explicitamente, identifica isso para nós: “Trazei todos os dízimos à casa do Tesouro, para que haja mantimento em minha casa...”. O substantivo “casa do tesouro” é uma tradução do termo hebraico bayith, “casa, templo, palácio”. Este é o mesmo termo usado na cláusula seguinte, traduzido por “na minha casa”. Bayith é utilizado com muita frequência no Antigo Testamento para designar o templo como “casa/palácio” do Senhor. A casa do tesouro estava localizado no complexo do Templo e consistia de salas especiais construídas com o objetivo específico de guardar os dízimos e outras ofertas. Isto pode

sugerir que a distribuição dos dízimos também foi centralizada.

Há várias outras passagens em que o dízimo é implícito ou explicitamente associado com o santuário/templo. De acordo com Nm 18:21, o dízimo era dado aos levitas por seu trabalho na “tenda da congregação”, ou seja, o santuário. Uma conexão mais direta entre o santuário e o dízimo é encontrada em 18:24. Os israelitas separavam o dízimo em casa, traziam-no ao Senhor apresentavam-no a Ele como uma oferta. A apresentação do dízimo como oferta deve ter ocorrido no santuário.

Segundo Dt. 12:5 e 6, os israelitas deveriam levar as suas ofertas e dízimos para o Senhor a um local definido como “o lugar que o SENHOR vosso Deus escolher de todas as vossas tribos, para ali pôr o seu nome, buscareis, para sua habitação, e ali vireis.” Deveriam ter feito isto uma vez que eles entraram na terra de Canaã. A Senhor queria que eles tivessem um lugar de culto e esse se tornaria o seu santuário. Era para este lugar que se esperava que os israelitas trouxessem seus dízimos. A implicação óbvia é que havia uma casa do tesouro centralizada. No Reino do Norte de Israel haviam dois centros de culto e, aparentemente, as pessoas traziam seus dízimos para ambos (Amós 4:4).

B. Arrecadação e distribuição de dízimo no Antigo Testamento.

Mais informações sobre arrecadação e administração do dízimo são fornecidas em 2 Crônicas e Neemias, a partir do período pré-exílico e pós-exílico, respectivamente. Ambas as passagens precisam ser consideradas.

1. Sistema dizimal segundo 2 Cr 31:5-12

Durante a reforma cultural do rei Ezequias, um sistema para recolhimento e distribuição dos dízimos foi estabelecido em Judá que pode refletir a forma de como o sistema funcionava, não só durante o tempo deste rei, mas também durante a monarquia. Entre as características mais importantes do sistema encontramos:

A) CENTRALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE DÍZIMOS E OFERTAS: Como resultado da apostasia do Rei Acáz e do povo de Judá, o templo tinha sido fechado e o povo parou de trazer seus dízimos e ofertas. Durante a reforma, Ezequias pediu que o povo trouxesse as suas ofertas e dízimos ao templo. A resposta foi extremamente positiva e uma grande quantidade de bens materiais para

o apoio dos levitas e sacerdotes foi recolhida (2 Crônicas 31:4-8). Novos locais de depósitos foram construídos no templo para guardar tudo o que trouxeram (v. 11).

B) LEVITAS FORAM ESCOLHIDOS PARA RECEBER DÍZIMOS E OFERTAS: Dois levitas, Conanias e Simei, eram encarregados de armazenar os dízimos e ofertas no templo. Nesta tarefa, eles eram auxiliados por outros dez levitas. O rei Azarias, oficial encarregado do templo, atribuiu-lhes essa responsabilidade (v. 12-13).

C) A DISTRIBUIÇÃO DOS DÍZIMOS E OFERTAS FOI CENTRALIZADA: Um levita e outros seis indivíduos foram designados para a distribuição dos dízimos e ofertas. Esses indivíduos foram para as cidades dos sacerdotes “distribuírem as porções a seus irmãos, segundo seus turnos, tanto aos pequenos como aos grandes” (v. 15). Eles também distribuíram o dízimo “exceto aos que estavam registrados nas genealogias dos homens, de três anos para cima” (v. 16).

Acrescido a isso, era responsabilidade deles de atribuir porções aos levitas com mais de vinte anos e suas esposas e filhos, com base nos registros genealógicos (v. 17-18). Os homens eram designados a dar uma parcela para os descendentes de Araão, “que moravam nos campos dos arredores das suas cidades” (v. 19). Este é um grupo diferente do mencionado no versículo 15. Estes são os sacerdotes que viviam fora das cidades sobre as terras e que não deveriam ser esquecidos durante a distribuição dos dízimos.¹¹

O que encontramos é um sistema centralizado para coleta e distribuição do dízimo, sob o controle e supervisão dos indivíduos nomeados pelas autoridades para cumprirem essas tarefas. Os seguintes diagramas ilustram o sistema utilizado na coleta e distribuição do dízimo:

COBRANÇA DE DÍZIMO:

1. Israelitas trazem o dízimo
2. Levitas recolhem o dízimo
3. Templo: Casa do tesouro

DISTRIBUIÇÃO DO DÍZIMO:

1. Templo: Casa do Tesouro
2. Distribuído por levitas

Levitas e Sacerdotes

2. Sistema dizimal Segundo Neemias.

Este sistema é, de certa forma, semelhante ao criado por Neemias em Jerusalém (10:38, 39; 12:44, 13:5, 12). Aqueles que retornaram do exílio renovaram sua aliança com o Senhor e expressaram sua vontade de se submeter à lei da aliança, incluindo as leis que regulamentavam as ofertas e dízimos (Neemias 10:37). O procedimento era simples:

A) EM JERUSALÉM, O POVO TRAZIA seus dízimos e ofertas para os depósitos da Casa de Deus, o Templo. As primícias eram dadas diretamente aos sacerdotes, porque, de acordo com a Lei, pertenciam a eles (10:37).

B) O DÍZIMO ERA DADO AOS LEVITAS, como representantes do Senhor.

C) FORA DE JERUSALÉM, O POVO NÃO LEVAVA o dízimo para o Templo, mas era recolhido nas cidades pelos próprios levitas. (10:37 b). Devemos lembrar que os levitas viviam entre os Israelitas e não herdaram nenhuma terra. Era mais fácil para as pessoas dar o dízimo para eles, onde viviam, do que levá-la ao templo em Jerusalém. Isto sugere que existiam vários centros locais por toda a terra onde o dízimo era coletado e armazenado.

D) NO ENTANTO, UM SACERDOTE DEVERIA ACOMPANHAR OS LEVITAS “quando estes recebessem os dízimos” das pessoas em suas cidades (v. 38 a). Este protegia a integridade do sistema.

E) OS LEVITAS TROUXERAM O DÍZIMO DO DÍZIMO “à Casa de nosso Deus, às câmaras da casa do Tesouro” (v. 38 b). Embora o texto não nos informe, esse dízimo era provavelmente distribuído entre os sacerdotes (cf. 13:5).

F) HOMENS FORAM SELECIONADOS PARA ESTAR NO COMANDO das câmaras de depósito “das ofertas, das primícias e dos dízimos” (12:44). “Para ajuntarem nelas (câmaras), das cidades, as porções designadas pela Lei para os sacerdotes e para os levitas” (v. 44 b). Essas porções eram as dadas para os Levitas que moravam em Jerusalém. Isto é sugerido pelo fato de que no versículo 47 é dito que o povo “também contribuições para os sacerdotes” (cf. 13:5).

Logo após Neemias partir para Susa, o sacerdote estava corrompido e o povo parou de dar seus dízimos e ofertas. Quando ele voltou, refor-

mou o sistema e as pessoas começaram, mais uma vez, a trazer seus dízimos ao Templo. Neemias colocou um sacerdote e um levita responsável pelo local de armazenamento e deu-lhes dois assistentes que eram responsáveis pela distribuição de suprimentos para seus irmãos (13:12 - 13). O sistema foi de certa forma descentralizado, permitindo os centros locais por toda a terra a recolher os dízimos e distribuí-los entre os levitas. Era o dízimo dos dízimos que foi levado ao templo para os sacerdotes. Uma porção do dízimo também foi levada ao templo para os levitas, que moravam em Jerusalém. Pode-se ilustrar o sistema como se segue:

Coleta do Dízimo em Jerusalém

1. Israelitas trazem o dízimo
2. Levitas recebem o dízimo
3. Templo: Local de Depósito

Coleta do Dízimo fora de Jerusalém

1. Os israelitas separam o dízimo
2. Levitas e sacerdotes recolhem o dízimo
3. Centros Levitas: Locais de Armazenamento

Distribuição dos Dízimos

1. Centros Levitas
2. Levitas Enviavam

Dízimo Dízimo do Dízimo

Levitas Sacerdotes

Templo em Jerusalém

C. Princípios transferidos para a Igreja.

O Antigo Testamento não fornece uma descrição detalhada para nós do procedimento seguido na arrecadação e distribuição do dízimo. No entanto, o que encontramos nos fornece alguns princípios fundamentais a serem utilizados na implementação de um sistema de dízimo na igreja cristã. Primeiro, a arrecadação e distribuição dos dízimos eram centralizadas - havia um local de depósito. Os israelitas sabiam que havia um lugar específico onde deveriam enviar seus dízimos. Segundo, indivíduos específicos foram escolhidos para recolher e distribuir o dízimo. Ninguém deveria assumir esta responsabilidade importante por si mesmo. Terceiro, o dízimo era dado aos indivíduos selecionados por Deus para serem o beneficiário do mesmo. Ninguém poderia nomear-se para receber o dízimo dos israelitas. Na igreja cristã, essas pessoas foram identificadas

como trabalhadores do evangelho. Finalmente, o sistema centralizado permitiu os postos externos arrecadarem e distribuírem o dízimo. Isto foi feito sob o controlo e a supervisão de indivíduos devidamente nomeados para executar essas tarefas.

Esta informação bíblica tem servido a nossa igreja como um guia no desenvolvimento do seu sistema de dízimo e a definição e identificação do depósito na igreja. Na verdade, o sistema é muito semelhante ao encontrado em Israel durante a época de Neemias. Ele considera a associação local como a casa do tesouro: “Reconhece-se que o nível da associação local de organização denominacional é a ‘casa do tesouro’ de que todos os dízimos devem ser enviados e, a partir da qual, o ministério do evangelho é sustentado. Para a conveniência dos membros da igreja, o dízimo direcionado para a conferência local, através da igreja local, onde os membros são ajudados.”¹²

Os adventistas têm tido o privilégio de contar entre eles, a presença dos escritos de uma profetisa, através da qual, Deus nos deu instruções específicas sobre a arrecadação, uso e distribuição dos dízimos.¹³ Ela escreveu: “Chegou o tempo em que os dízimos e ofertas pertencentes ao Senhor devem ser utilizados na realização de um trabalho decidido. Eles devem ser trazidos para a casa do tesouro para serem utilizados de uma forma ordenada para sustentar os obreiros do evangelho em sua obra.”¹⁴ Isso era para ser feito através da Igreja como uma estrutura organizacional. Organização foi considerada por ela parte essencial para a igreja.¹⁵ O “tesouro” ao qual ela se refere é o tesouro denominacional.¹⁶ Porque a arrecadação e distribuição do dízimo eram centralizadas, ela foi capaz de dizer: “Ninguém se sinte na liberdade de reter o dízimo, para empregá-lo segundo seu juízo. Não devem servir-se dele numa emergência, nem usá-lo segundo lhes pareça justo, mesmo no que possam considerar como obra do Senhor”¹⁷ Na sua abordagem para o dízimo, Ellen G. White confirmou os princípios bíblicos e aplicou-os para a vida da igreja e seus membros. O que o Senhor havia indicado através das Escrituras tem sido confirmado pelo seu ministério profético.

VI. DÍZIMO NA IGREJA PRIMITIVA.

Vimos até agora que o Novo Testamento tem uma atitude positiva no que diz respeito ao dízimo. Não há nenhuma evidência de que os apóstolos rejeitaram ou se opuseram a ele, considerando-o irrelevante para os crentes. A pergunta que devemos abordar agora é a que diz respeito



à prática cristã do dízimo. Existe alguma evidência no Novo Testamento ou na igreja primitiva que os cristãos praticavam o dízimo?

A. O silêncio do Novo Testamento.

Quanto ao Novo Testamento, não é difícil responder a essa pergunta: Não temos provas explícitas do dízimo na igreja apostólica. Temos de ser cuidadosos sobre como interpretar essa falta de evidência. Devemos ter em mente que qualquer conclusão que possamos chegar deve ser baseada no silêncio do Novo Testamento e não em qualquer evidência histórica ou textual e que, conseqüentemente, seria de valor limitado.

O Novo Testamento deixa claro que as igrejas forneciam o bem-estar dos apóstolos e trabalhadores do evangelho. No entanto, é evidente que as vezes os cristãos apoiavam programas da igreja por outras fontes além do dízimo (Atos 2:34, 35, 44). Mudanças no financiamento da igreja foram introduzidas conforme as necessidades surgiam (Atos 6:1-6). O silêncio sobre o dízimo no Novo Testamento tem sido interpretado como uma rejeição da prática pelos crentes, mas, quando tomadas em conjunto com a atitude de Jesus para com o dízimo e os comentários de Paulo, poderiam ser interpretadas em termos de apoio para o dízimo, ao invés de rejeição do mesmo. Ou pode ser que dizimar era tão natural para os crentes, que não havia necessidade de os apóstolos abordarem o tema em seus escritos. No entanto, uma coisa é clara, o próprio Jesus não rejeitou o dízimo, mas incentivou-o. Assim, poderia ter sido natural para os cristãos dizimarem.

B. O dízimo na Igreja pós-apostólica.

Encontramos poucas coisas concernentes ao dízimo nos escritos dos pioneiros pós-apostó-

licos dos primeiros três séculos da Era Cristã.¹⁸ Houve uma tendência de acreditar que o dízimo foi substituído pelos ensinamentos de Jesus.¹⁹ Alguns argumentaram que os cristãos não davam o dízimo porque era uma quantidade muito pequena para dar ao Senhor. Irineu (fl.c.175-195), escreveu “Eles [os judeus], certamente, tinham o dízimo de seus bens consagrados à Ele, mas aqueles que receberam a liberdade e colocaram de lado todas as suas posses para os propósitos do Senhor, doavam alegre e livremente. . . .”²⁰ Mas esse ideal não foi consistentemente seguido. Cipriano, bispo de Cartago (c. 210-258), queixou-se, “Então, eles venderam suas casas e propriedades e ajuntaram tesouros para si no céu, eles ofereceram aos Apóstolos os rendimentos para o uso entre os pobres. Mas hoje, nem mesmo damos um décimo de nosso patrimônio e, embora o Senhor nos ordene vender, preferimos comprar e aumentar.”²¹ Ele afirmou que a prática levita de receber do povo a décima parte dos frutos da terra “está sendo sustentado em relação ao clero, que os que são promovidos por ordenação clerical na Igreja do Senhor podem ser dissaudidos em não respeitar a ordem divina, nem estar submetidos por ansiedades e questões mundanas”.²² O que ele parece estar sugerindo é que o sistema levítico deveria servir como modelo para as doações cristãs.

Durante o quarto século, o dízimo foi promovido muito mais do que na época dos escritores pós-apostólicos. Um bom exemplo disso é encontrado em uma coleção de leis eclesiásticas, que data a última parte do quarto século, chamada Constituição Apostólica.²³ Este promove o dízimo, alegando que as ordens cléricas na igreja correspondem aos levitas, que os bispos são os sacerdotes e a igreja é o santuário. A conclusão apresentada é que “ofertas e dízimos pertencem a Cristo, nosso Sumo Sacerdote, e àqueles que ministram por Ele.”²⁴

Embora o dízimo possa não ter sido uma exigência eclesiástica, sabemos que alguns devotos e piedosos cristãos estavam dando o seu dízimo para a igreja. Isso é indicado em uma declaração de João Crisóstomo, bispo de Antioquia (c.344-407), no qual ele diz: “Eles [os israelitas] ajudaram as viúvas, os órfãos e os estrangeiros. Alguns me disseram com grande espanto que fulano e fulano dão um dízimo. O quão vergonhoso é que o que era tido como certo entre os judeus, tornou-se algo surpreendente entre os cristãos. E se o não pagamento do dízimo põe em um homem em perigo com Deus, então considere

quantos estão em tal perigo hoje.”²⁵ Ele supõe em seus escritos que “aqueles que não devolvem o dízimo são inferiores aos judeus.”²⁶ O monge João Cassiano (360-425) refere-se a um membro da igreja como quem “nunca usou qualquer uma das suas plantações sem antes ter oferecido a Deus suas primícias e os dízimos.”²⁷ Em outro lugar ele menciona um jovem piedoso que trouxe “presentes de piedade entre outros proprietários que estavam ansiosos para oferecer dízimos e as primícias de sua subsistência.”²⁸

No final do século IV, dizimar parece ter sido uma prática regular na igreja oriental e foi usado para o sustento do clero e dos pobres.²⁹ Agostinho (c.354-430) veio representar uma tradição cristã em que dizimar era aceitável aos cristãos como um padrão mínimo para dar.³⁰ Foi em 585 d.C., durante o segundo Sínodo de Macon, que o dízimo se tornou oficialmente uma exigência eclesiástica e, aqueles que se recusavam a pagá-lo eram ameaçados com excomunhão.³¹ O dízimo tornou-se uma exigência legal na época de Carlos Magno, imperador romano medieval (c.742-814) e era pago para igrejas e clérigos. De fato, a lei estipulava que o dízimo fosse dividido “em três partes - para o bispo e o clero, para os pobres e para manutenção da indumentária da igreja... Uma vez que o pagamento do dízimo tornou-se questão de obrigação legal, excomunhão ou penalidades temporais eram decretadas contra aqueles que recusavam a pagar.”³²

Este breve levantamento dos primórdios da história do dízimo indica que, embora, num primeiro momento, dizimar não era aparentemente exigido pelos pioneiros pós-apostólicos isso era, não obstante, praticado por alguns crentes que nunca desanimaram. Com o crescimento e o desenvolvimento da igreja, a necessidade de recursos financeiros aumentou e o sistema de dízimo foi completamente incentivado, aceito e impingido pela igreja. Está claro que o dízimo nunca desapareceu da igreja cristã.

VII. CONCLUSÃO

A evidência bíblica indica que a prática do dízimo não era limitada a um determinado período histórico ou a um grupo étnico específico. A teologia que isso incorpora e o seu impacto sobre a vida dos crentes e a sua relação e dependência em Deus transcende tempo e cultura. O Novo Testamento não rejeita o dízimo e, talvez mais significativamente, o próprio Jesus deixou sua marca de aprovação sobre ele. O sistema usado no Antigo Testamento para a arrecadação e dis-



tribuição dos dízimos pode ter variado ao longo do tempo, mas há alguns aspectos fundamentais do mesmo, que sempre permaneceram válidos e que podem ser transferidos do sistema israelita para a igreja cristã. O próprio Antigo Testamento indica que o sistema levítico não é indispensável para o sistema de dízimo bíblico. Isto permite uma transferência do sistema para a igreja cristã, onde não existem levitas. A centralização do sistema também é indispensável porque o dízimo pertence a Deus. Ele afirmou onde deveria ser armazenado e a quem deveria ser dado.

É verdade que durante o começo do período pós-apostólico houve certa relutância e até mesmo uma tendência de rejeitar o sistema de dízimo entre alguns pioneiros apostólicos, mas também encontramos evidências indicando que ainda era praticado por muitos cristãos. Este nunca foi considerado incompatível com a prática e a fé cristã, e nunca desapareceu totalmente da igreja cristã. Pode ser que a restauração do dízimo na igreja cristã logo após a conversão de Constantino, no quarto século foi baseada exclusivamente nos interesses e necessidades financeiras, mas para nós, há uma teologia inteira subjacente ao comando que pode enriquecer a vida intelectual e espiritual do crente.

Março de 2001.

VIII. NOTAS / REFERÊNCIAS

1. Leiland Wilson, "O Antigo Testamento e o dízimo", Baker's Dictionary of Practical Theology (Dicionário de Prática Teológica de Baker) (Grand Rapids, MI: Baker, 1967), p. 357.

2. Esse argumento é usado, por exemplo, por Norval Geldenhuys, Commentary on the Gospel of Luke (Comentário no Evangelho de Lucas)

(Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1951), p. 342; e Craig L. Blomberg, Neither Poverty Nor Riches: A Biblical Theology of Material Possessions (Nem a pobreza nem a riqueza: A Teologia Bíblica dos Bens Materiais) (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1999), p. 136. Não existe base exegética para apoiar a sugestão de que o que Jesus estava na verdade afirmando era: "Observe sua metódica regra se você gosta, mas, para isto, não negligencie as coisas que realmente importam" (R. T. France, Matthew (Mateus) [Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1985], p. 328). Melhores são as sugestões oferecidas por Barclay M. Newman and Philip C. Stine, a saber, "mas você não deve esquecer-se de fazer as outras também," "mas isso não significa que você não precisa cumprir essas leis menores" (A Translator's Handbook on the Gospel of Matthew (Um Manual de Tradutor no Evangelho de Mateus) [New York: United Bible Societies, 1988], p. 738).

3. Há pelo menos dois outros incidentes no ministério de Cristo que podem sugerir para alguns que, durante seu ministério Ele endossou o sistema Judaico, mas que a mudança ocorreu após a cruz. Por exemplo, ele incentivou o povo a oferecer sacrifícios no templo (Mt 5:23-24), mas sabemos que o Novo Testamento considera o sistema sacrificial ter chegado ao fim com a morte sacrificial de Cristo. No entanto, o próprio Jesus estava ciente do fato de que o sistema sacrificial ia chegar a um fim. Ele disse à mulher samaritana que o tempo viria quando pessoas não mais adorariam em Jerusalém (João 4:21-24), então sugerindo que o sistema sacrificial do templo estava chegando ao fim.

Outro caso é o do leproso que Ele curou (Mateus 8:1-4 / Marcos 1:40-44). Jesus lhe disse para ir para o templo, ao sacerdote, sugerindo que a lei da lepra e da função sacerdotal ainda era válida. Até o momento, a razão para enviá-lo ao sacerdote não foi a obedecer a lei do culto, mas sim que ela pode servir como um testemunho para o indivíduo e para outros de que Jesus realmente o curou. Além disso, o fato de que ele tocou o leproso indica que ele não considera esta lei de culto relevante para a comunidade cristã. Nestes casos, o que parece ser um aval para a prática de culto é esclarecida pelo próprio Jesus para ser uma rejeição do mesmo. Mas este não é o caso no que diz respeito aos dizeres sobre o dízimo.

4. No caso de Mateus "dizimar não é desfeito pelas questões mais importantes da lei, mas subordinado a elas" (WD Davies e Dele C. Allison Jr., The Gospel According to Matthew (O Evan-

gelho Segundo Mateus), vol. 3 [Edimburgo. T. & T. Clark, 1997], p. 295). Donald A. Hagner conclui que “Jesus, conformantemente, sanciona a ordem do Antigo Testamento de dizimar, até a extensão dos fariseus de forma a incluir ervas da horta” (Mateus 14-28 [Dallas, TX: Verbo, 1995], p. 670). Aparentemente os fariseus estavam indo além do que a lei exigia, mas de acordo com Jesus “não havia nada de errado com isso e Jesus não diz que eles não deveriam ter feito isso” (Leon Morris, Luke: An Introduction and Commentary (Lucas: Uma Introdução e Comentário) [Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1974], p. 223). Daniel J. Harrington comenta que, em Mateus, Jesus “Aconselha submissão ao dízimo” (The Gospel of Matthew (O Evangelho de Mateus) [Collegeville, MN: litúrgicas Press, 1991], p. 326).

5. D. A. Carson, Matthew (Mateus), em Expositor’s Biblical Commentary (Comentário Bíblico do Expositor), vol. 8, editado por Frank E. Gaebelin (Grand Rapids, MI: Zondervan, 1984), p. 481, argumenta que Jesus não está afirmando aqui, qual deveria ser a atitude da igreja cristã em relação ao dízimo, mas que ele está, simplesmente, dizendo aos fariseus o que eles deveriam ter feito. Ele prefere ignorar o fato de que Mateus foi escrito para os cristãos que poderiam levar muito a sério a compreensão de Jesus sobre o lei do dízimo e quem moldaria suas vidas de acordo com seus ensinamentos. O mesmo erro é feito por Stuart Murray, “Beyond the Tithing” (Além do Dízimo) (Waynesboro, GA: Paternoster, 2000), p. 44-47. Ambas limitam as palavras de Jesus a um mero incidente histórico na vida de Jesus, sem nenhum significado para a comunidade cristã a qual este foi escrito.

6. I. Howard Marshall, “The Gospel of Luke: a Commentary on the Greek Text” (O Evangelho de Lucas: um comentário sobre o texto grego) (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1978), p. 498, comenta que Lucas “defende a lei do Antigo Testamento e espera que os cristãos judeus continuem a observar isso”. Ele limita a validade do dízimo para os cristãos judeus, mas não há nada no Evangelho de Lucas para sustentar essa limitação.

7. Cf. Marshall, Luke (Lucas), p. 498. Mateus 23:23 e Lucas 11:42 não são discutidos por Ulrich Luz em seu estudo sobre finanças da igreja no Novo Testamento. Segundo ele, o bem-estar econômico da igreja foi baseado apenas nas ofertas voluntárias dadas por fiéis para os pobres e para pagar missionários; ver seu artigo, “Die Kirche und ihr Geld im Neuen Testament”, em

Die Kirche der Finanzen: Struktur Studien zu, Legitimação und Geschichte kirchlicher Ökonomie, editado por Wolfgang Lienemann (München: Verlag Kaiser, 1989), p. 525-554.

8. Wilson “Tithe” (Dízimo), p. 357. Para mais informações sobre 1 Cor. 9:13, veja o capítulo sobre as ofertas no NT.

9. Em Hebreus 7:12 Paulo fala sobre uma mudança no sacerdócio e da lei, dando a impressão de que a lei que regulamenta o dízimo não é mais válida. Mas esta leitura da passagem ignora o fato de que o que Paulo está discutindo é a lei relativa à descendência genealógica do sacerdote. Seu argumento é que se houver um novo sacerdote de acordo com a ordem de Melquisedeque, então a lei que exigia que todos os sacerdotes deveriam ser descendentes de Aarão não é mais válida. Essa lei foi alterada e não pode ser aplicado a Jesus, que não era descendente de Aarão. Essa mesma lei também exigia que os descendentes de Levi, que se tornaram sacerdotes seriam responsáveis pela coleta do dízimo (7:5). Mas com uma mudança na lei, Paulo parece estar dizendo, já não é exigido dos cristãos que deem o dízimo aos levitas. Veja que Paulo não está dizendo que o dízimo não é mais válido, mas sim que o sistema estabelecido para sua arrecadação entre os Israelitas não é aplicável à igreja porque não existem levitas nela.

10. Wilson “Tithe”(Dízimo), p. 357.

11. Ver Williamson HG, 1 and 2 Chronicles (1 e 2 Crônicas) (Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1982), p. 377.

12. “Working Policy” (Política do Trabalho), Seção T, 05 20

13. Para um estudo mais detalhado do local de depósito nos escritos de Ellen G. White, consulte o folheto por Edward G. Reid, In search of the Storehouse (Em Busca do alpendre) (Burleson, TX: União Southwestern, 1998). Para um estudo mais detalhado do dízimo em os escritos de Ellen G. White, ver meu artigo, “Tithing in the Writings of Ellen G. White” (O dízimo nos escritos de Ellen G. White) GC Manejo de Departamento, 2001.

14. Manuscript Releases (Manuscritos Libertos) vol. 19, p. 376.

15. Testemonies to Ministers (Testemunhos para Ministros), p. 26.

16. Roger W. Coon, Tithing: Ellen G. White’s Counsel and Practice,(Dízimo: Conselho e Prática de Ellen G. White) (Hagerstown, MD: Review, 1991), p. 3.

17. Testemonies for the Church (Testemunhos para a Igreja), vol. 9, p. 247.

18. O estudo Inglês mais recente do dízimo na igreja primitiva é encontrado em Stuart Murray, *Beyond Tithing* (Além do Dízimo), (Waynesboro, GA: Paternoster Press, 2000), p. 93-132. Ele tenta mostrar que o dízimo dificilmente era um elemento importante na igreja pós-apostólica.

19. J. Christian Wilson "Tithing" (Dízimo), *Anchor Bible Dictionary* (Dicionário Bíblico Ancora), vol. 6, editado por David Noel Freedman (New York: Doubleday, 1992), p. 580. Epifânio, bispo de Salamina (c.315-403), é relatado como dizendo que dízimo e circuncisão não são exigidos aos cristãos (ver Haer, 50).

20. *Against Heresies IV, XVII* (Contra Heresias IV, XVII) (ANF I:848-49).

21. Cyprian, *On the Unit of the Church, the fathers of the Church* (Sobre a Unidade da Igreja, os Pioneiros da Igreja), ed. Schopp Ludwig (New York, NY: Cima, 1947), vol. 36, p. 120.

22. Cyprian, *Epistle LXV1* (Epístola LXV.1), (ANF, vol. 5, p. 367).

23. F. L. Cross, ed, *The Oxford Dictionary of the Christian Church* (O Dicionário Oxford da Igreja Cristã) (New York: Oxford University Press, 1958), p. 73.

24. "Apostolic Contitutions" (Constituição Apostólica), II.4.25 (ANF, vol. 7, p. 409). Em outra parte, encontramos a seguinte instrução: "Eu mesmo farei uma Constituição em matéria de primeiros frutos e os dízimos. Que todas as primícias devem ser levadas ao bispo, aos presbíteros e aos diáconos, para a sua manutenção, mas vamos ser todos os dízimos para a manutenção do restante do clero, das virgens e viúvas, e daqueles que estão sob o julgamento de pobreza. Para as primícias pertencem aos sacerdotes e aos diáconos, que ministram a eles "(VIII.4.30 [Ibid., p. 494])."

25. Citado por Lukas Vischer, "Tithing in the Early Church" (O Dízimo na Igreja Primitiva), (Philadelphia, PA: Fortress, 1966), p. 16

26. Wilson, *Tithe* (Dízimo), p. 580.

27. Cassian, *Conference Nesteros* (Conferência Nesteros) I.7 (NPNF, vol. 11, p. 437).

28. Cassian, *Conference Theonas* (Conferência Theonas) I.1 (NPNF, vol. 11, p. 503).

29. Vischer, *Tithes* (Dízimos), p. 12.

30. Ver *Ibid.*, p. 17-20.

31. E. Sehling, *Tithe II. Ecclesiastical* (Dízimos II. Eclesiástica), em *Enciclopédia New Schaff-Herzog de conhecimentos religiosos*, vol.11, ed. SM Jackson (Grand Rapids, MI: Baker reimpressão, 1977), p. 454. Ver também J. A. MacCulloch, "Tithes" (Dízimos) *Encyclopedia of Religion and*

Ethics (Enciclopédia de Religião e Ética), vol. 12, ed. James Hasting (Edimburgo: T & T Clark, n.d.), p. 349. Louis J. Swift escreveu: "Embora pareça ter havido um consenso durante os primeiros séculos sobre a obrigação de dízimar, a primeira declaração coletiva sobre o assunto aparece no Sínodo de Macon em 585..., o qual impôs a todos os cidadãos a devolver o dízimo para apoiar o trabalho da igreja" ("dízimo", na *Encyclopedia of Early Christianity* (Enciclopédia do cristianismo primitivo), vol. 2, editado por Everett Ferguson [New York: Garland, 1998], p. 1134).

32. MacCulloch, *Tithe* (Dízimo), p. 349.

DÍZIMO NOS ESCRITOS DE EGW

SUMÁRIO

DÍZIMO NOS ESCRITOS DE EGW

I. Introdução	76
II. Fundamentação Teológica	76
A. Conceitos Teológicos Gerais	
B. Conceitos Teológicos Específicos e Dízimo	
1. Origem e Perpetuidade: Bondade da Lei	
2. O pecado, Deus, o Dízimo e a Interação Humana-Divino	
C. Natureza do Dízimo	
D. Conclusão	
III. Motivação para o Dízimo	80
A. Qualidade de vida espiritual e o Dízimo	
B. Motivação para o Dízimo	
C. Sonegação do Dízimo	
D. Conclusão	
IV. Logística do Dízimo	84
A. Ensinar o sistema do Dízimo	
B. Coleta do Dízimo	
C. Rendas não dizimáveis	
D. Conclusão	
V. Usos do Dízimo	86
A. Determinando o Uso	
B. O uso específico do Dízimo	
C. O uso excepcional do Dízimo	
D. Utilização incorreta do Dízimo	
E. Conclusão	
VI. O uso pessoal do dízimo de Ellen G. White	89
VII. O segundo Dízimo	90
VIII. Conclusão Geral	90
IX. Notas/ Referências Bibliográficas	91

DÍZIMO NOS ESCRITOS DE EGW

I. INTRODUÇÃO

Este artigo vai explorar o conceito, a prática e a fundamentação teológica para o dízimo nos escritos de Ellen G. White. Detalhes históricos entrarão na discussão quando necessário, mas o foco principal será a nível conceitual e pragmático. Seus escritos revelam crescimento em sua compreensão ao tema do dízimo, mas, dificilmente, qualquer alteração significativa em seu ponto de vista.¹ Nós não encontramos uma teologia explícita do dízimo, desenvolvida de uma forma sistemática, mas sim, conceitos que ela associa a isso e que nos fornecem uma janela para explorar os aspectos teológicos que formaram seus pontos de vista e o conselho que ela deu à igreja. É óbvio que as passagens bíblicas a respeito da importância e do uso do dízimo foram a principal influência no seu entendimento sobre o dízimo.



II. FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA

Explorar a fundamentação teológica para o dízimo nos escritos de E. G. White requer identificar a conexão histórica e conceitual entre Deus e dízimo e, o tipo de relacionamento que o dízimo pressupõe entre Deus e o indivíduo. Temos de encontrar respostas às seguintes perguntas: Quem é o Deus que exige um dízimo de Sua criatura e sobre que fundamentos Ele reivindica isso?

Qual é a natureza desse dízimo? Que significado tem o dízimo sobre a qualidade da relação entre Deus e o indivíduo?

A. Conceitos Teológicos Gerais

No contexto de suas discussões sobre o dízimo, existem vários lugares onde Ellen G. White se refere a Deus como o Criador.² Ao utilizar esse título para Deus, não é sua intenção simular especulações teológicas sobre natureza de Deus ou sobre o mistério do Seu ato criador e Seus poderes, mas claramente para estabelecer ou definir o relacionamento entre Deus e o universo. No que diz respeito ao universo, Ele, como Criador, pode afirmar: “Eu sou o dono do universo.”³ O Criador não abandonou o mundo que Ele criou nas mãos de seres humanos ou dos poderes malignos, Ele é o Senhor. Divina propriedade universal só pode ser devidamente alegada por Ele. Essa convicção teológica específica vai determinar a forma como Ellen G. White entende o papel do ser humano em relação a Deus e ao resto da criação.

O fato de que Deus é o dono do Universo revela o Seu poder sobre tudo o que Ele cria, mas não fala da natureza deste poder. Isso simplesmente estabelece que Ele tenha o direito de ser o Senhor de Sua criação e que Ele “tem direito sobre nós e tudo o que temos”⁴ Portanto, Ellen G. White introduz outro aspecto do caráter de Deus que funciona como um apoio teológico para o dízimo, ou seja, Seu amor e bondade. Tem sido por conta de Sua “bondade e amor” que Ele nos afasta “de catástrofes e da morte.”⁵ Para ela, a essência profunda do proprietário do universo não é egoísmo, mas amor e bondade que se manifestam na preservação da vida. No cerne desse amor está a constante disposição de Deus de dar. Não há nada que temos que não encontre sua fonte de origem em Deus. Mas o maior dom que recebemos dEle, ela parece argumentar, não é algo que Ele criou e que agora, alegremente, compartilha conosco. Na obra redentora de Cristo em nosso favor, Deus deu a si mesmo para nós, em Seu Filho. Ela então poderia dizer que, “Para esse trabalho de redenção Deus deu o dom mais rico do

céu.”⁶ A propriedade de Deus está fundamentada em um ato de amor de auto sacrifício, resultando em redenção. Fomos “comprados por um preço”, portanto somos “propriedade do Senhor.”⁷ Nós pertencemos à Ele não simplesmente por conta de Seu poder criador, mas, particularmente, através do poder da redenção, abnegado amor. Todos os outros dons concedidos a nós são possíveis somente por causa e através da auto-doação divina.⁸ Portanto, o Doador está presente em todos os dons que recebemos dEle. Ele, de fato, “nos deu tudo. Enquanto sentamos em nossa mesa, ele nos concedeu essa provisão; que vem através de Cristo. A chuva, o sol, o orvalho e tudo o que é uma bênção para nós, Ele nos concedeu.”⁹ De fato, “Ele nós dá com abundância.”¹⁰ O Dono do universo é, para E.G. White, um “Pai beneficente.”⁽¹¹⁾

Nos escritos de Ellen G. White, o dízimo está associado a dois dos aspectos mais fundamentais da pessoa misteriosa de Deus: Seu poder criador e sua essência amorosa. O primeiro indica que ele é o dono do universo, a segunda aponta para a Sua obra redentora através da autodoação do sacrifício de Cristo. Como veremos, esses aspectos são ambos utilizados para justificar Sua súplica por um dízimo e, ao mesmo tempo, motivar os humanos a aceitarem esse clamor divino. Estes postulados teológicos importantes determinam e informam toda a teologia da mordomia nos escritos da Sra. White e a função do dízimo entre eles.

B. Conceitos Teológicos Específicos e Dízimo

Os conceitos de propriedade divina e amor redentor fornecem um quadro geral conceitual de referência para o dízimo, assim como para qualquer outro aspecto da vida cristã. O que queremos explorar agora é a razão para a especificidade e particularidade da lei do dízimo em Ellen G. White, o mais particular fundamento teológico em que o próprio dízimo é baseado. Aqui estaremos lidando com a legalidade do dízimo; é mais uma particular justificação legal, normatividade e perpetuidade. Neste assunto, ela não diz muito, mas o pouco que fala é significativo para o nosso propósito. A teologia do dízimo em E. G. White é diretamente relacionada com a origem do conceito e prática do dízimo e suas funções específicas. Para ela, o fato de que o dízimo pode ser rastreada até a vontade amorosa de Deus é de grande significado conceitual e prático.

1. Origem e Perpetuidade: Bondade da Lei

Não há nenhuma tentativa sistemática nos escritos de Ellen G. White em demonstrar a partir da Escritura que o dízimo ainda é obrigatório aos cristãos. Mas nós encontramos vários argumentos bíblicos que ela usa para demonstrar sua perpetuidade. De fato, sua discussão sobre a origem e perpetuidade do dízimo tem uma função teológica que enriquece a sua compreensão do mesmo. De acordo com a Bíblia, as histórias patriarcais em Gênesis revelam que o dízimo foi praticado antes da formação da teocracia, durante a época de Moisés. Abraão (Gênesis 14:20) e Jacó (Gênesis 28:22) já dizimavam. Essa informação bíblica é usada por Ellen G. White para argumentar que “Desde os primitivos tempos o Senhor reivindicava como Seu o dízimo”, e que, portanto, “o sistema dos dízimos não se originou com os hebreus”.¹² No Sinai, a lei do dízimo foi simplesmente “reafirmada” no contexto da aliança que Deus fez com Israel.¹³ Mas com visão profética, ela vai além do que é explicitamente indicado nas próprias Escrituras, a fim de descobrir a própria origem do dízimo. Ela nega implicitamente que a prática foi instituída por seres humanos como resultado de mudanças sociais, religiosas ou financeiras que podem ter tido lugar no mundo do antigo Oriente. Ela localiza a origem da ideia e do ato no próprio Deus. Este “foi ordenado por Deus,”¹⁴ “é divino em sua origem.”¹⁵ O distinto acordo de devolver o dízimo a Deus, ela diz, “foi estabelecido pelo próprio Cristo”,¹⁶ e vai, ela parece dizer, “já desde os dias de Adão.”¹⁷ presumidamente depois da queda. Como o casamento,¹⁸ o Sábado¹⁹ e o sistema sacrificial,²⁰ o dízimo é removido por ela do campo da inventabilidade e criatividade humana, e colocado na esfera da mente divina. Nenhuma explicação sociológica pode, propiciamente, por si só, ser considerada em relação a origem do dízimo. Isso, para ela, aponta para a natureza singular e a perpetuidade da lei do dízimo e da bondade da vontade de Deus expressa nela.

A natureza permanente da lei foi sustentada por Jesus que, de acordo com Ellen G. White, “reconhecia como dever o dar o dízimo.”²¹ Depois de citar Mateus 23:23, onde Cristo condenou a escrupulosidade com que os fariseus pagavam o dízimo, mesmo nas coisas que não eram requeridas pela lei, ela comenta, “Nessas palavras Cristo torna a condenar o abuso das obrigações sagradas”²². Portanto, o dízimo não era “rejeitado ou afrouxado por Aquele que lhe deu origem”²³. O fato de que sua origem precedeu a promulgação

da lei no Sinai, significa que o dízimo não é para ser identificado com a lei cerimonial. Isto não “deveria caducar com as ordenanças e ofertas sacrificais que tipificavam a Cristo”²⁴. No restante do Novo Testamento, o dízimo, como a guarda do sábado, é assumido como um dever cristão²⁵ e isso continua “munindo o povo de Deus nestes últimos dias, tão verdadeiramente como eles estavam no antigo Israel.”²⁶

Afigura-se que logo após a queda de Adão e Eva, o conceito e a prática do dízimo foram instituídos pelo próprio Deus. Ellen G. White cita-o dizendo-nos: “Quando Eu vos confiei os Meus bens, especifiquei que uma parte deveria ser vossa, para suprir as vossas necessidades, e uma parte deveria retornar a Mim.”²⁷ Isso pode muito bem ser um eco do que Deus disse ao primeiro casal. A conclusão óbvia é que desde os primórdios da história humana fora do Jardim do Éden, o dízimo foi instituído por Deus sob os fundamentos da Sua autoridade como Criador e Redentor. A lei foi uma expressão de Sua vontade para nós e deveria ser obedecida. No entanto, para Ellen G. White a lei não foi arbitrariamente forçada nos seres humanos por um Deus todo poderoso. A vontade de Deus nunca é arbitrariamente estabelecida, porque Ele sempre busca o bem de Suas criaturas.²⁸ Assim, o sistema de dízimo²⁹ é uma expressão da vontade amorosa de Deus para a raça humana, no que Ele começou para “ser uma bênção para o homem.”³⁰ Qual o bem que esta lei particular pretende produzir? Qual foi a preocupação amorosa de Deus pelo ser humano, expressa através dela?

2. O Pecado, Deus, o Dízimo e a Interação Divino-Humana

Respondendo esta pergunta, Ellen G. White nos leva a efeito imediato e direto do pecado na raça humana. Com a entrada do pecado no mundo, um novo poder, mau por natureza, reivindicou soberania sobre a raça humana. “Um demônio tornou-se o poder central no mundo. Onde devia estar o trono de Deus, colocou Satanás o seu trono”³¹. Deus abriu um caminho para o ser humano retornar à Ele, através do trabalho salvador de Cristo, tornando possível todos serem restabelecidos como Seus mordomos: “Foi então que o grande amor de Deus foi manifestado a nós em um dom, que é Seu querido Filho.”³² Contudo, a natureza humana havia sido corrompida e reivindicou autossuficiência e independência de Deus - “um elemento discordante, nascido do egoísmo, entrou na vida do homem. A vontade do homem

e a vontade de Deus não mais harmonizavam. Adão havia se unido com as forças desleais, e a obstinação tomou o domínio.”³³ É no contexto dessa tão perturbadora tragédia, que por razões muito específicas, o sistema de dízimos e ofertas foi instituído por Deus.

A) O DÍZIMO COMO UM RECONHECIMENTO DO SENHORIO DE DEUS: Era a intenção de Deus, através do dízimo, “impressionar o homem que Deus era o doador de todas as suas bênçãos.”³⁴ Este era necessário em um mundo onde havia um conflito entre senhores sobre a lealdade dos seres humanos. Através do dízimo, os seres humanos deviam ser lembrados de reconhecer a bondade de Deus para eles, para que eles pudessem manter suas mentes limpas com o fato de que Deus era o Senhor legítimo de suas vidas. Através das muitas bênçãos que Ele derramava constantemente sobre a raça humana, Deus estava tentando “atrair os homens para Si,”³⁵ com a intenção não só de salvá-los, mas também de ser reconhecido como seu Senhor. O dízimo indica que os seres humanos podem encontrar o verdadeiro centro de sua vida somente em Deus, em espírito de alegria e grata submissão a Ele. Através do sistema do dízimo, Deus estava se revelando a eles como seu Senhor.

B) O DÍZIMO COMO UM TESTEMUNHO DO PODER DE DEUS PARA PRESERVAR A VIDA: Juntamente relacionado com os comentários anteriores, Ellen G. White afirma que, o dízimo é “como testemunho de que reconhecem sua dependência de Deus.”³⁶ A constatação de que a vida humana e sua preservação são diretamente dependentes de Deus e não de qualquer outro poder, foi uma resposta direta para a falsa promessa de Satanás para Adão e Eva - que a auto realização somente seria possível com total independência de Deus. Ellen G. White parece dizer que a rejeição daquela mentira é concretamente expressa no ato do dízimo. No que diz respeito especificamente os cristãos, ela comenta que uma vez que desfrutaram da graça de Deus através da obra de salvação em Cristo, eles devem mostrar o seu apreço por esse dom, dando um dízimo fiel.³⁷ O dízimo foi instituído por Deus para nos ensinar a confiar nEle para a preservação de nossa vida e não em nós mesmos ou em qualquer outro poder.

C) O DÍZIMO E A RESTAURAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA PERANTE DEUS: Através do dízimo, Deus estava fazendo os homens cientes do fato de que Ele

estava novamente confiando a eles a responsabilidade de serem mordomos de Seus bens. Ao trazer o nosso dízimo, ela comenta, estamos “declarando que Deus é o possuidor de todas as nossas posses, e que Ele nos fez mordomos para usá-los para Sua glória.”³⁸ Ellen G. White está aqui enfatizando o tremendo privilégio que Deus nos concedeu elegendo-nos como Seus mordomos. Ele estava nos recebendo de volta a um relacionamento pessoal com Ele, com todos os privilégios e responsabilidades que tal relação implica. O intuito desta relação foi de dar glória a Deus e não aos seres humanos. Segundo ela, a alternativa de usar o dízimo e tudo o que temos para a glória de Deus é “egoísta condescendência”³⁹, uma monstruosa e pecaminosa distorção da sua intenção amorosa por nós.

D) O DÍZIMO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO DO CARÁTER: O sistema de dízimo foi instituído por Deus como “ensino adaptado a extirpar toda a estreiteza egoísta, e cultivar largueza e nobreza de caráter.”⁴⁰ Inquestionavelmente, Ellen G. White diz: “o egoísmo está na base de todo o pecado”⁴¹ e Deus está constantemente nos ajudando em uma multiplicidade de formas de superá-lo em nossas vidas. Um dos meios que Ele usa é a prática de devolver a Ele nossos dízimos e ofertas. Ao fazermos isso nós não retemos, egoisticamente, para nós mesmos o que o Senhor em Sua amorosa bondade nos fornece, mas nos tornamos canais de Suas bênçãos para outros.⁴² Era intenção de Deus para nós “que fossemos Sua mão para abençoar os outros.”⁴³

Ellen G. White fundamenta o dízimo diretamente à vontade de Deus, quem originou o conceito e a prática logo após a queda de Adão e Eva. O Cristo pré-encarnado estabeleceu este sistema e durante o seu ministério na terra, Ele o confirmou como a expressão da vontade divina para os seres humanos. De acordo com ela, essa ligação entre o dízimo e a vontade divina determina pontos não só para a perpetuidade do dízimo em si, mas particularmente ao fato de que este foi instituído como uma expressão do amor de Deus para o benefício da raça humana após a queda. Este se tornou uma ferramenta didática nas mãos de Deus para manter fresco na mente dos seres humanos a verdade significativa que, apesar da presença do pecado e poderes do mal no planeta, Ele é Aquele que nos abençoa e quem tem o direito de ser, nosso Senhor. O sistema do dízimo, Ellen G. White parece dizer, foi instituído por

Deus em razão de nos ajudar a perceber que a preservação de nossa vida é totalmente depende da vontade amorosa e salvadora dEle por nós e não sobre o pedido demoníaco de absoluta autonomia dEle. O dízimo também contribui para o nosso desenvolvimento de caráter e autoimagem. Ellen G. White argumenta vigorosamente que, através poder de Deus, o sistema de dízimo visa derrubar a hegemonia do egoísmo de nossa natureza pecaminosa, ajudando-nos a desenvolver nobreza de caráter. Ao instituir este sistema, Deus estava permanentemente readmitindo-nos como mordomos de Seus bens neste planeta e, conseqüentemente, restabelecendo-nos a um relacionamento pessoal com Ele, como proprietário de tudo. O pecado não foi permanentemente capaz de nos separar de Deus.

C. Natureza do Dízimo

Ellen G. White não redefine a compreensão bíblica da natureza do dízimo, mas a reafirma e desenvolve esclarecendo algumas de suas complicações. A declaração bíblica a respeito da natureza do dízimo - “são do Senhor” (Lv 27:30) - é, muitas vezes repetida por Ellen G. White.⁴⁴ Ela usa o sábado para ilustrar a natureza do dízimo: “Pois, como o sábado, um décimo da renda é sagrado.”⁴⁵ Ela observa que “Usa-se a mesma linguagem quanto ao sábado que se usa na lei do dízimo: ‘O sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus’... De igual maneira, o dízimo de nossas rendas ‘santo é ao Senhor’.”⁴⁶ A implicação clara é de que “Deus reservou para Si uma porção especificada do tempo do homem e dos seus meios.”⁴⁷ Foi esse ato divino que transformou uma fração de tempo e uma parte do nosso meio em elementos sagrados; eles se tornaram a posse exclusiva de Deus. O dízimo é, na verdade, como ela diz, “porção de Deus, não absolutamente propriedade do homem.”⁴⁸ Ele possui o dízimo de uma maneira particular e singular que o distingue da Sua propriedade do universo.

Uma vez que o dízimo é sagrado, santo, este não foi colocado sob o controle dos humanos, mas sob o controle divino. Confrontado pela santidade do dízimo e a fim de mostrar respeito pelo sagrado, os seres humanos devem perguntar: “O que devo fazer com ele?”. A resposta dada por Ellen G. White é curta e direta ao ponto: a fim de santificá-lo, devemos devolvê-lo a Deus. Ela encontra sustentação para essa posição no comando de Deus gravado em Mal 3:10 - “Trazei todos os dízimos à casa do Tesouro.” Ela observa, muito perspicazmente, que no mandamento divino “não

se apela para a gratidão ou generosidade”⁴⁹, isto é, o Senhor não apela para a gratidão e generosidade das pessoas para motivá-los a trazerem seus dízimos. Para ela, o fator determinante de dizimar não é a gratidão ou generosidade, mas algo mais sério e significativo baseado na natureza santa do dízimo. Ela afirma claramente: “é uma questão de simples honestidade. O dízimo é do Senhor; e Ele nos ordena que Lhe devolvamos aquilo que é Seu.”⁵⁰ Ela elevou o dízimo do domínio de uma prática cerimonial ou cultural ao nível de uma responsabilidade moral que não deve ser controlada pelo estado de emoções humanas ou tendências, mas pelo princípio e valor inabaláveis da honestidade.⁵¹

O dízimo recebido de todos os membros da Igreja, inclusive pastores e obreiros,⁵² é considerado por Ellen G. White “um fundo sagrado”⁵³ O mesmo tem algumas implicações importantes para aqueles que lidam com ele depois que este é dado pelos membros da Igreja. À nível da Igreja local, a santidade do dízimo é reconhecida quando este é enviada para a tesouraria de Deus. Nem mesmo o pastor local tem autoridade de por sua mão no dízimo. Ela acrescenta que os pastores não deveriam apoiar nenhum plano, presumivelmente de membros da Igreja local, para desviar o dízimo a um uso ilegítimo, mas deveria sim preservar a sua santidade, colocando-o nos tesouros de Deus.⁵⁴

Falando aos administradores da Igreja, ela declarou: “O dinheiro do dízimo deve ser mantido sagrado.”⁵⁵ Transferir o dízimo da Igreja local para as organizações superiores não altera a natureza dos dízimos; continua a ser santo. E aqueles que administram o dízimo tem a responsabilidade de mantê-lo sagrado. Como é que eles o mantêm sagrado? Segundo ela, o dinheiro do dízimo é “um fundo consagrado a uma finalidade santa”⁵⁶ pelo próprio Deus⁵⁷, e enquanto os administradores utilizarem-no em conformidade com aquela “finalidade santa” permanecem santos.⁵⁸ Pode parecer que a santidade do dízimo não é simplesmente relacionada e determinada pelo fato de que ele pertence a Deus. Sua santidade é particularmente ligada ao propósito que Deus lhe atribuiu. De acordo com Ellen G. White, não há coisa alguma como dízimo santo de maneira geral; a natureza e função são simplesmente inseparáveis. É apenas o uso indevido dos dízimos que o profana e não, por exemplo, o saco utilizado para transportá-lo ou tocá-lo com as mãos sujas. Essa compreensão da natureza do dízimo como santo, no sentido de que pertence exclu-

sivamente a Deus com a finalidade específica que Ele atribuiu, desempenha um papel de suma importância sobre o que Ellen White tem a dizer sobre o sistema do dízimo em seus escritos.

D. Conclusão

A teologia implícita do dízimo presente nos escritos de Ellen G. White é baseada em vários importantes conceitos teológicos que irão determinar os mais pragmáticos aspectos do sistema de dízimo. É baseado, primeiramente, no conceito de que Deus como Criador possui o universo e tudo encontrado nele. Em segundo lugar, esta dimensão de Deus é acompanhada por outra que descreve a natureza deste Deus poderoso em termos de Seu amor e bondade para com Sua criação. Ele preserva e provê para todas as Suas criaturas por causa de Sua amorosa disposição de doar, não apenas o que Ele criou, mas de Sua própria pessoa. Este é particularmente o caso na salvação que Ele provê para o ser humano através do trabalho de Cristo.

Terceiro, o sistema do dízimo é uma expressão da vontade amorosa de Deus para com os seres humanos pecaminosos, os quais Ele está tentando restabelecer uma perfeita comunhão com Ele, e para libertar da invasão destruidora do pecado em sua existência. Isto é indicado **(A)** pelo fato de que o dízimo foi instituído por Deus logo após a queda de Adão e Eva e foi reafirmado por Cristo durante Seu ministério terrestre. É por causa da bondade desta lei, como expressão da vontade de Deus, que ela ainda deve ser observada. **(B)** Foi usada por Deus para nos ajudar a reconhecer que Ele é o nosso Senhor, que nós dependemos dEle para a nossa existência e não de qualquer outro poder e, que Ele quer que preservemos Seu relacionamento conosco, restabelecendo-nos o papel de mordomos de Sua bondade e bênçãos. Através da expressão da vontade amorosa de Deus por nós no sistema de dízimo, Ele também está tentando libertar-nos do poder escravizante do egoísmo. O sistema de dízimo é fundamentalmente uma expressão da natureza amorosa de Deus para com os seres humanos pecaminosos.

III. MOTIVAÇÃO PARA DIZIMAR

Ao abordar a motivação cristã para trazer o dízimo ao Senhor, Ellen G. White deixa claro que o dízimo é, essencialmente, uma resposta ao senhorio de Deus e aos atos salvadores em nosso favor, e não o veículo através do qual obtemos a aceitação por Ele. Não há traços de uma aproximação legalista no assunto do dízimo a respeito



do que ela tem a dizer sobre isso. Isto é significativo na medida em que, apesar do fato de que muito do que ela escreveu sobre o assunto teve o propósito de motivar os membros da Igreja a devolverem os dízimos para o Senhor, ela manteve-se claramente focada na função teologicamente correta do dízimo na vida cristã. Existem diversas maneiras que ela aborda a questão da motivação, começando com a qualidade da vida espiritual do crente.

A. Qualidade de vida espiritual e o Dízimo

De acordo com Ellen G. White, o dízimo exige um compromisso previamente genuíno com Cristo como Salvador e Senhor na vida e na experiência dos membros da igreja. Por outro lado, o dízimo poderia ser rejeitado ou poderia tornar-se um ato formal sem significado espiritual profundo. Primeiro, ela indica que o dízimo deve ser precedido pela verdadeira conversão. Isso significa que “um mero assentimento à verdade, não é suficiente” e que devemos em espírito de oração “trabalhar com aqueles que abraçam a verdade, até que eles estejam convencidos de seus pecados e busquem a Deus e sejam convertidos. Então eles devem ser instruídos no que diz respeito às reivindicações de Deus sobre eles nos dízimos e nas ofertas.”⁵⁹ A experiência de conversão é de fundamental importância no contexto do dízimo.

Segundo, o dízimo é o resultado de uma vida santificada. Uma experiência religiosa formal pode incluir o dízimo, mas carece de significado espiritual. Ela argumenta vigorosamente que “religião não consiste meramente em um sistema de doutrinas secas, mas na fé prática, que santifica a vida e corrige a conduta no círculo da família e na igreja. Muitos podem dizimar hortelã e ar-

ruda, mas negligenciam os assuntos de maior peso - a misericórdia e o amor de Deus.”⁶⁰ Ela acredita que uma vida santa será caracterizada por ações misericordiosas e amorosas como evidência da internalização da verdade. Ao mesmo tempo, essa vida fornecerá a verdadeira posição espiritual dentro do qual o dízimo vai funcionar adequadamente.

Terceiro, o dízimo requer sensibilidade espiritual. Sonolência espiritual tende a fazer-nos ignorar a voz e a orientação de Deus, tornando difícil reconhecer-Lo como Senhor em todos os aspectos da nossa vida. Se os crentes, escreve ela, fossem “espiritualmente despertados, ouviriam na renda de cada semana, seja muito ou pouca, a voz de Deus e da consciência com autoridade exigindo os dízimos e ofertas devidas ao Senhor.”⁶¹ A fim de ouvir essa voz, deve ser espiritualmente sensível e alerta. Essa sensibilidade leva ao dízimo e o dízimo mostra por si “que a graça de Deus está trabalhando no coração”.⁶²

B. Motivação para o Dízimo

Há um grupo de conceitos básicos religiosos e teológicos que Ellen G. White usa para motivar fiéis ao dízimo. Aqui iremos explorar alguns dos mais importantes.

Primeiro, há uma motivação soteriológica. De acordo com ela, na obra de redenção de Deus através de Cristo, Ele deu “o mais rico dom do céu”,⁶³ e o mínimo que devemos fazer é mostrar “que nós apreciamos o dom do Filho amado de Deus”, que “o amamos com toda indivisa afeição”, e que estamos desejosos a manifestar esse comprometimento através de nossos dízimos e ofertas.⁶⁴ Portanto, a motivação adequada para o dízimo é o amor por Deus, pelo que Ele realizou em Cristo por nós. Obviamente, dar o dízimo como uma resposta para a salvação concedida a nós através de Cristo é praticamente uma resposta insignificante. Ellen G. White está completamente ciente dessa resposta desproporcional. Ela fala ser impossível “estimar o precioso resgate pago para redimir o homem caído. As melhores e mais santas afeições do coração devem ser dadas em resposta ao extraordinário amor”. Então, ela menciona o sistema do dízimo e diz: “como me parece mesquinho à mente! Quão pequeno o preço! Como é vão o esforço de medir com regras matemáticas o tempo, dinheiro e amor em face de um amor e sacrifício incomensuráveis e que não se podem avaliar. Dízimos para Cristo! Oh, mesquinha esmola, vergonhosa recompensa daquilo que tanto custou. Da cruz do Calvário,

Cristo pede uma entrega incondicional.”⁶⁵ Esta declaração exclui qualquer tentativa de usar o dízimo para contribuir de alguma forma para a nossa aceitação por Deus. Entretanto, “o pequeno dízimo”⁶⁶, como ela o chama, é dado como uma resposta amorosa a esse amor insondável.

Em segundo lugar, há a motivação teológica do senhorio universal de Deus. Ela sugere que neste caso duas ideias importantes estão combinadas. O Senhorio Universal de Deus significa que Ele possui tudo, incluindo a nós, que fomos comprados pelo sangue de Cristo, e o fato que ele nos selecionou como Seus mordomos.⁶⁷ Em ambos os casos, a ênfase é colocada na nossa responsabilidade com Deus, que como proprietário, nos selecionou para a função de Seus administradores. De certo modo cada um de nós “pode se tornar um tesoureiro para o Senhor.”⁶⁸ Mas Seu senhorio também significa que tudo que temos provém dEle e, portanto, devemos agradecidamente e prazerosamente devolver nossos dízimos e ofertas para Ele. Ela escreveu, “A bondade infalível de Deus clama por algo melhor do que a ingratidão e o esquecimento que o homem rende a Ele. Não devíamos ir a Deus e, com corações gratos, apresentar nossos dízimos e ofertas?”⁶⁹ Mesmo gratidão não sendo a razão para dizimar, o dízimo deveria ser devolvido com espírito de gratidão.⁷⁰

Terceiro, existe a motivação moral para dizimar. Deus apela para a nossa consciência moral e nosso senso de responsabilidade ética como razões fundamentais para dizimar. O pagamento do dízimo é um dever religioso e moral.⁷¹ Este é baseado na compreensão da natureza do dízimo de Ellen G. White, discutida acima, e segundo a qual o dízimo pertence a Deus. Ele o repartiu para um propósito sagrado. Retê-lo é uma violação do oitavo mandamento – “Não furtarás” (Êxodo 20:15). Ela comenta Deus dizendo, “empregando o Meu fundo de reserva para satisfazer os seus próprios desejos... Estão Me roubando, subtraindo as Minhas reservas. Por isso, ‘com maldição sois amaldiçoados’”. Malaquias 3:9⁷² O conselho que ela dá é, “Estrita, honesta e fielmente, seja-Lhe devolvida esta parte.”⁷³ Obviamente, em ordem de esse motivacional estar apelando para o indivíduo, é necessário ter reconhecido Deus como Salvador e Senhor.

Quarto, existe também uma motivação missiológica. Segundo Ellen G. White, essa motivação para dizimar é baseada na combinação do trabalho de Cristo de salvação e as bênçãos abundantes de Deus para nós: “Aumentando-se as

nossas bênçãos e privilégios — e, acima de tudo, tendo nós presente o sacrifício sem-par do glorioso Filho de Deus — não deveria a nossa gratidão ter expressão em dádivas mais abundantes a fim de levar a outros a mensagem da salvação?”⁷⁴ A pergunta retórica espera uma resposta positiva. O plano de Deus é que o evangelho eterno da salvação seja pregado por todo mundo. No cumprimento desse ideal, Deus chamou indivíduos específicos para pregar ao Mundo, mas através do sistema de dízimo “Ele o fez um privilégio para toda a igreja compartilhar no trabalho, contribuindo com seus recursos, para o próprio sustento da igreja.”⁷⁵ Através do sistema de dízimo, ela comenta, “Todos podem sentir que lhes é possível ter parte em promover a preciosa obra de salvação.”⁷⁶ Ela nos chama para dar “os nossos recursos para salvar aqueles por quem Cristo morreu.”⁷⁷ A motivação missiológica procura identificar nosso interesse com aquilo que pertence a Cristo, na salvação de almas para Seu reino.⁷⁸

Quinto, existe a motivação da bênção. Essa motivação é um pouco difícil de definir porque o dízimo pressupõe que já fomos abençoados pelo Senhor. Isso é o que Ellen G. White quer dizer quando ela pergunta, “Será que vamos receber todas as bênçãos da mão de Deus sem retribuir, até mesmo o dízimo, a porção que Ele reservou para Si mesmo?... Mas será correto recebermos continuamente Seus favores com indiferença, sem Lhe corresponder ao amor?”⁷⁹ Deus não pode esperar de nós o dízimo antes de nos abençoar, pela simples razão de que seria impossível para nós dizimar sem as prévias bênçãos de Deus. Por isso, Deus toma a iniciativa e nos abençoa, indignos pecadores, esperando que nós O reconheçamos como a fonte destas bênçãos como uma resposta de amor expressa através do dízimo.⁸⁰

Segundo Ellen G. White, as palavras do Senhor registradas em Malaquias 3:10 são destinadas para o povo que perderam sua fé no Senhor. Ele está os encorajando a confiar nEle e trazer Seus dízimos para o templo. Se eles mostrarem fé nEle, vão experimentar as bênçãos de Deus.⁸¹ Eles tem de ser lembrados que “a condição de prosperidade depende de levar à tesouraria do Senhor aquilo que é Seu.”⁸² Visto que, aquilo que damos a Ele, já pertence a Ele, fundamentalmente, a bênção não é o elemento motivacional do dízimo. Essa conclusão parece ser apoiada pela maneira que ela correlaciona o dízimo e as bênçãos em outros contextos. Note seu conselho, “O dízimo fiel é a parte do Senhor. Retê-lo, é roubar

a Deus. Deve todo homem trazer livre, voluntária e alegremente os dízimos e ofertas à casa do tesouro do Senhor, pois, em fazê-lo, há uma bênção.”⁸³ Uma rápida leitura da norma pode sugerir que a bênção é uma motivação para dar. Mas note que o embasamento para dar, a verdadeira motivação para dizimar, é a moral – “Dízimo é a porção do Senhor. Retê-lo é roubá-lo de Deus.” Qual é então o papel da bênção? É um bônus adicional! Deus nos criou, ela diz, e nos proveu com “todas as bênçãos” que desfrutamos, mas quando nós dizimamos, existe uma bênção especial através da qual Deus faz os nove décimos que possuímos, valham mais “do que o montante inteiro sem Sua bênção.”⁸⁴ Deus aumenta nossos benefícios a fim de darmos mais a Ele. Ao observar a bênção deveríamos estar observando o privilégio de dar mais para a causa do senhor.

C. Retenção do dízimo

Existe uma condição sob a qual deveria ser certo reter ou abusar do dízimo? Tendo discutido a motivação para dizimar, a resposta óbvia para essa questão é a negativa. Não existe nenhuma desculpa que alguém pode dar para não trazer o dízimo ao Senhor. Ellen G. White rejeita a pobreza como razão. Como o dízimo é devolvido proporcionalmente à renda, o dízimo do pobre “será de uma importância comparativamente pequena, e suas dívidas serão de acordo com a sua possibilidade. Mas não é o vulto da dívida que torna a oferta aceitável a Deus, é o propósito do coração, o espírito de gratidão e amor que ela expressa.”⁸⁵ Nem a dívida é uma razão válida para reter o dízimo. Aqueles que usam o dinheiro de Deus para pagar as suas dívidas, ela diz, tem um profundo problema religioso e espiritual: Eles não assumiram “a posição sincera e decidida de obedecer a Deus.”⁸⁶ Seu problema verdadeiro é o egoísmo.⁸⁷

Ellen G. White também rejeita a falta de confiança nos administradores da igreja como uma razão válida para reter o dízimo ou não dizimar como um todo. Sua reação para a situação na Conferência de Michigan em 1890 ilustra sua posição sobre essa questão.⁸⁸ Ela descreve a condição do ministro de Michigan em vários termos negativos e como precisando de um reavivamento e reforma. A linguagem que ela usa é por vezes forte e direta – e.g., “Eles não são ricos em conhecimento espiritual e sabedoria celestial, mas são secos e sem Cristo;” “o coração do orador não foi transformado pela graça.”⁸⁹ Ela ainda diz que “as igrejas estariam muito melhores sem estes anciãos e ministros. O dinheiro é retirado

do tesouro do Senhor para sustentar aqueles que são não conversos e precisam que alguém os ensine os princípios bíblicos do evangelho, que é Cristo, em nós, a esperança da glória.”⁹⁰

A condição espiritual dos ministros teve um efeito adverso nos membros das igrejas que decidiram reter seus dízimos. Ela se refere a eles a Malaquias e, lhes pergunta: “Vocês não veem que isto não é o melhor sob nenhuma circunstância, reter seus dízimos e ofertas, porque vocês não estão em harmonia com tudo o que os seus irmãos fazem? Os dízimos e ofertas não são propriedade de homem nenhum, mas devem ser usados em um trabalho específico para Deus.”⁹¹ Aqui, ela está usando a natureza do dízimo para argumentar seu caso. Mas depois, ela continua a usar o argumento da responsabilidade moral para reafirmar o dever dos membros da igreja de dar o dízimo: “Ministros indignos podem receber alguns dos recursos assim suscitados;... mas não cometam pecado contra si mesmos ao reter do Senhor Sua própria posse.”⁹² Os gestores do trabalho de Deus serão responsáveis perante o Senhor por seu próprio pecado,⁹³ mas ninguém deve usar suas falhas para justificar o roubo a Deus.

Ao abordar a questão da retenção do dízimo, Ellen G. White frequentemente menciona a maldição registrada em Malaquias 3:10. Ela leva essa maldição muito a sério e interpreta-a como ausência de bênção prometida àqueles que dizimam. É a privação da bênção celestial ou do “bônus extra” que vem do dízimo, que nos permite dar ainda mais para o Senhor. Assim, ela é capaz de dizer, “Quando nós roubamos de Deus o dízimo, nós também roubamos a nós mesmos: porque perdemos o tesouro celestial. Privamos nós mesmos da bênção de Deus.”⁹⁴ Para a questão: porque alguns que retêm o dízimo prosperam? Ela responde, “Algumas dessas pessoas estão, ainda, em aparente prosperidade. Em sua grande misericórdia, Deus continua poupando-lhes para que possam ver e abandonar o pecado.”⁹⁵ Deus continua tentando persuadir aqueles cujas bênçãos provêm de Sua mão benevolente. Mas há outros “que já estão sentindo sua maldição sobre eles. Eles são postos em circunstâncias embaraçosas e sentem menos e menos, habilidade de dar, no tempo em que, se fizessem as reivindicações de Deus primeiro e com coração disposto trouxessem suas ofertas para ele, eles teriam sido abençoados com mais meios para outorgar.”⁹⁶ Nesse caso, a falta de abundantes bênçãos de Deus é designada para motivá-los a colocar Deus em primeiro lugar em suas vidas. Note que

a proposta da benção, como já indicamos, é de possibilitar-nos a doar mais.

Em conclusão, segundo Ellen G. White, “O dízimo de tudo o que Deus tem te abençoado, pertence a Ele; e você roubou de Deus quando o usou para seus próprios propósitos. Ele tem colocado o assunto a frente de qualquer questão.”⁹⁷

D. Conclusão

Segundo Ellen G. White, a motivação individual para dizimar não é simplesmente baseada na dimensão emocional do ser humano, mas nos aspectos espirituais, afetivos, morais e racionais de sua personalidade. O dízimo requer um compromisso total com Deus através de arrependimento e conversão, uma vida consagrada para o Senhor que é sensível à orientação do Espírito de Deus em nossa vida, como Ele nos conduz à obediência à vontade revelada de Deus.

A morte sacrificial de Cristo na cruz, Ellen G. White indica, clama por uma resposta amorosa dos crentes que se expressam de várias maneiras, incluindo o dízimo. O senhorio de Deus e Sua vontade de nos indicar uma posição de confiança como Seus mordomos, deveria nos comover a corresponder à esta confiança, devolvendo o dízimo para Ele como mordomos fiéis, por conseguinte, reconhecendo Seu senhorio. Mas dizimar, ela acresce, também apela a nós como agentes morais que, uma vez despertados pelo clamor de Deus no dízimo como Sua propriedade exclusiva, deveríamos considerar roubá-Lo uma grande fraqueza moral e a mais grave ofensa.

A proclamação do evangelho à raça humana pesa arduamente nos corações daqueles que já receberam seus benefícios e devem considerá-los para prover os meios, particularmente através do dízimo, a fim tornar possível a muitos outros ouvirem as boas novas. Se a prometida benção de Deus, sobre aqueles que devolvem seus dízimos para Ele, funciona como uma força motivadora para dizimar, a ênfase adequada deve ser colocada no desejo de receber mais do Senhor, a fim de ser capaz de dar mais. Enquanto existem várias razões para motivar-nos a dar nosso dízimo ao Senhor, não existe razão para retê-lo dEle. Mesmo o caso mais sério de uma deficiência ministerial e administrativa ou falha no uso adequado do dízimo, não provém sustentação para os membros da igreja retê-lo e usá-lo como acharem necessário.

IV. LOGÍSTICAS DO DÍZIMO

O sistema de dízimo, assim como o procedi-



mento desenvolvido durante o tempo de Ellen G. White, recolher o dízimo era bastante simples e prático. O sistema em si, como descrito na Bíblia, “é belo em sua simplicidade e equidade” e não “requeria profundo aprendizado para entendê-lo e executá-lo.”⁹⁸

A. Ensinando o Sistema de Dízimo

O primeiro passo no processo era treinar os leigos no que diz respeito à fundamentação bíblica do dízimo e nos seus aspectos práticos. Ellen G. White muitas vezes relembra os pastores de instruir os membros da igreja em relação à sua responsabilidade de trazer seus dízimos e ofertas para o Senhor. Aparentemente, ela estava desperta da relutância de alguns pastores em apresentar essa questão em suas igrejas, particularmente para novos conversos, e ela identificou problemas que poderiam gerar resultados. “se vem um segundo ministro, e apresenta as exigências de Deus quanto a Seu povo, alguns voltam atrás, dizendo: ‘O ministro que nos trouxe a verdade, não mencionou essas coisas.’ E se escandalizam com a Palavra. Alguns recusam aceitar o sistema do dízimo; afastam-se, e não se unem mais com os que crêem na verdade e a amam. Quando outros pontos lhes são expostos, dizem: ‘Não nos foi ensinado assim’, e hesitam em avançar. Quanto melhor teria sido se o primeiro mensageiro da verdade houvesse educado fiel e cabalmente esses conversos quanto a todos os assuntos essenciais”⁹⁹.

Ela instruiu que os ministros deveriam ensinar que o sistema do dízimo “é obrigatório ao povo de Deus desses últimos dias, tão verdadeiramente como foi a Israel,”¹⁰⁰ que deve ser fiel em trazer um dízimo honesto¹⁰¹ e que estes devem ser dados ao Senhor “como um reconhecimento de

sua dependência de Deus,”¹⁰² o que implica que o seu objetivo não era ganhar o favor de Deus. Esta formação deve ser implementada pelo pastor, “por preceito e exemplo.”¹⁰³

B. Coletando o Dízimo

O processo inicia-se com a compreensão de que o dízimo pertence a Deus e que este deve ser reservado para Ele. No entanto, é necessário separar a porção do Senhor assim que o rendimento é recebido. Ninguém, Ellen G. White diz, deve “ensinar que devemos desperdiçar nossos meios com nós mesmos e trazer ao Senhor o remanescente, embora possa ser de outra forma, um dízimo honesto. Que a parte de Deus seja primeiramente separada.”¹⁰⁴ A razão para isso é provavelmente ambas, teológica e pragmática. Separar o dízimo primariamente torna-se um “ritual” através do qual expressamos a verdade teológica, nominalmente, que Deus vem em primeiro em nossa vida. No nível pragmático, separar o dízimo primeiro protege de abuso ou apropriação indevida. Ela deixa claro que deve ser feito em casa e que os parentes, assim como as crianças, devem participar.¹⁰⁵

Uma vez que o dízimo foi separado, deve ser levado para a igreja. Para ela, o tempo mais apropriado para apresentar os seus dízimos e ofertas a Deus, é durante o serviço de adoração sabático. A ideia, parece ser, que o Sábado prove o envolvimento espiritual necessário para adorar a Deus através de nossos recursos, porque é o dia de ter comunhão com Ele. “No sábado pensamos sobre Sua bondade. Vemos Seu trabalho na criação como uma evidência de Seu poder na redenção. Nossos corações são preenchidos com agradecimento por Seu grande amor. E agora, antes que a armadilha da fraqueza comece, devolvemos para Ele Sua posse e, com isso, uma oferta para testificar nossa gratidão.”¹⁰⁶ Devolver nossos dízimos e ofertas a Deus é, de fato, um ato de culto desempenhado durante o dia de adoração, o Sábado, quando o povo de Deus se reúne para adorá-Lo.

O dinheiro do dízimo seria, então, mandado para o tesoureiro do escritório da associação e era a responsabilidade do presidente ter certeza de que o dízimo fiel foi trazido para a tesouraria.¹⁰⁷ Segundo Ellen G. White, “mordomos fiéis devem colocar o dinheiro do Senhor em Seu tesouro”¹⁰⁸, de fato, ela diz, Deus “ordena que essa porção seja recolhida à casa do Seu tesouro, e a Ele entregue como propriedade Sua.”¹⁰⁹ Os administradores devem usar o dízimo trazido ao

tesouro, de acordo com a proposta planejada de Deus.

C. Rendas que são Dizimáveis

Quanto dízimo alguém deve dar e quais são as rendas de onde devemos dar o dízimo? Sua resposta é clara: “Quanto à quantidade necessária, Deus especificou um décimo da renda como seu tributo,”¹¹⁰ “o dízimo de tudo aquilo que Deus te abençoou,”¹¹¹ “o dízimo de toda a nossa renda.”¹¹² Escrevendo aos “homens conectados com as instituições apontadas por Deus,” ela alerta-os a “pagar o dízimo de todas as suas posses e de tudo que eles recebem”¹¹³ Mais especificamente, ela fala a respeito da “consagração a Deus de um décimo de toda a renda, quer fosse dos pomares quer dos campos, dos rebanhos ou do trabalho mental e manual.”¹¹⁴ Sua principal ênfase é em dizimar toda a renda e aumento. No entanto, ela reconhece que o montante irá diferir de pessoa pra pessoa, não simplesmente porque é proporcional à renda ou aumento,¹¹⁵ mas por causa de detalhes e, possivelmente, a definição daquilo que são renda e aumento têm ficado “com a consciência e boa vontade dos homens, cujo discernimento nesse sistema de dízimo deve ser livre.”¹¹⁶ De qualquer maneira, ela imediatamente acresce, “Enquanto é deixado livre para a consciência, um plano foi estabelecido definitivamente suficiente para todos. Nenhuma compulsão é requerida.”¹¹⁷ O contexto indica que o plano ao qual ela se refere é aquele estipulado pela Bíblia, segundo o qual, um décimo de todo o aumento deveria ser devolvido ao Senhor. Muitos anos depois ela novamente comentou, Deus “deixa todos livres para dizerem quanto seja o dízimo, e se querem ou não dar mais que isso.”¹¹⁸ Seus escritos parecem mostrar um tipo de esclarecimento progressivo das fontes das quais dizimamos, mas não da natureza do dízimo.

D. Conclusão

Segundo Ellen G. White, o sistema de dízimo é intencionalmente simples a fim de tornar possível para todos consentirem com ele. Pastores devem ensinar para os membros da igreja o sistema e a sua responsabilidade de trazer o dízimo ao Senhor. Antes de usar qualquer rendimento, o dízimo deve ser separado em casa, quase como um ato de adoração. Então, deve-se trazê-lo para a Igreja no sábado como um ato de adoração a fim de reconhecer nossa constante dependência das bênçãos e da graça de Deus. O dízimo deve ser pago de toda a renda e aumento, permitindo a liberdade do indivíduo determinar os detalhes.



V. USOS DO DÍZIMO

Muito daquilo que Ellen G. White escreveu sobre o dízimo, lida com questões e conselhos que ela deu sobre como usar o dinheiro do dízimo. Não há dúvida que nesse caso houve um aumento em seu entendimento, uma vez que ela mesma disse na carta para Elder A. G. Daniels, datada de 16 de Março de 1897, que: “Eu nunca entendi tão completamente esse assunto como agora o entendo. Tendo questões direcionadas a mim para responder, eu tenho recebido instrução especial do Senhor, de que o dízimo é para um propósito especial.”¹¹⁹ São essas instruções que devemos explorar agora.

A. Determinação do Uso

Aqui, a questão básica é quem decide como o dízimo deve ser usado. Essa é, provavelmente, a questão mais difícil que lidamos quando discutimos os dízimos nos escritos de Ellen G. White. Lendo o que ela diz sobre esse assunto, alguns são impressionados com sua constante ênfase naquilo que o Senhor revelou a ela, concernindo o uso do dízimo. Ela enfatiza esse ponto de diferentes maneiras. Por exemplo, ela diz: “Deus deu orientação especial quanto ao emprego do dízimo;”¹²⁰ este deve ser colocado no tesouro de Deus “e mantido sagrado para o serviço dEle, de acordo com o que designou.”¹²¹ “Eu recebi instrução especial do Senhor de que o dízimo é para uma finalidade especial.”¹²² Isso está em perfeita harmonia com o ensinamento bíblico de que o dízimo pertence a Deus e é Ele quem decide suas finalidades e como deve ser utilizado.

Ellen G. White parece estar dizendo que através de seu ministério profético, o Senhor contou à Igreja como Ele espera que o dízimo seja utilizado. Qualquer tentativa de usar o dízimo de

forma não compatível com aquilo que o Senhor revelou para ela foi imediatamente condenada por ela. Em 1901, ela ainda repreendeu alguns administradores na Conferência Geral que estavam tomando decisões com relação ao uso dos dízimos. Ela escreveu, “Não está em Sua (Deus) determinação que dois ou três homens planejem pela Conferência inteira, e decidir como o dízimo deverá ser utilizado, como se o dízimo fosse um fundo de si mesmos.”¹²³ A implicação óbvia é que os administrados da Igreja e obreiros são guardiões do sistema de dízimo e como tais, são responsáveis por garantir que é utilizado de acordo com a vontade revelada de Deus.

B. Uso Específico do Dízimo

Em geral, Ellen G. White ensina que Deus “clama os dízimos como sua posse, e que este deve ser sempre tratado como uma reserva sagrada, a ser posta em Seu tesouro para benefício de Sua causa.”¹²⁴ Em outro local ela escreveu, “Ele (Deus) tem um tesouro, esse tesouro deve ser sustentado pelo dízimo, esse dízimo deve ser um dízimo sagrado, deve ser o dízimo de Deus, e esse dízimo deve ser tão liberal que susterá o trabalho amplamente,”¹²⁵ ou simplesmente “que o trabalho pode ser sustentado.”¹²⁶ No Antigo Testamento Deus atribuiu o dízimo aos levitas para seu trabalho no santuário, mas agora Ele o indicou para ser usado no trabalho da igreja, o qual é, basicamente, a proclamação do evangelho ou, como ela diz, “para sustento do ministério evangélico.”¹²⁷ De qualquer maneira, ela é muito específica em como deveria e como não deveria ser utilizado.

1. Utilizado para Sustentar os Ministros do Evangelho

O dízimo deve ser usado para prover suporte financeiro para aqueles que estão envolvidos no ministério¹²⁸, isto é, “empregado em manter os obreiros evangélicos em seu labor.”¹²⁹ Esses trabalhadores são posteriormente definidos por Ellen G. White como aqueles “que ministram na sagrada obra como escolhidos do Senhor, para realizar Sua obra não apenas pregando sermões, como também ministrando”¹³⁰ e ensinando as Escrituras para aqueles que não entendem a lei de Deus.¹³¹

2. Utilizado para Sustentar os Professores Bíblicos

Esse uso particular do dízimo estava baseado nas instruções de Deus a ela: “Tem sido comuni-

cada positiva luz para que os que ministram em nossas escolas ensinando a Palavra de Deus, explicando as Escrituras, educando os alunos nas coisas divinas, sejam sustentados com o dinheiro do dízimo.”¹³² Ela escreveu isto em 1900, mas na mesma afirmação, ela acresceu que “essa instrução foi dada tempos atrás, e mais recentemente foi repetida novamente.”¹³³ Dentre esses professores bíblicos, ela inclui mulheres que estão “ensinado mulheres jovens a trabalhar com sucesso como visitadoras e leitoras da Bíblia.”¹³⁴

3. Utilizado para Sustentar as Mulheres de Pastores Trabalhando no Ministério do Evangelho

Ela fala em favor das mulheres de pastores que “o Senhor dá... o fardo do labor, e se ela devota seu tempo e sua força visitando família por família, abrindo as Escrituras para eles, embora as mãos de ordenação não tenham sido postas sobre ela, está realizando um trabalho que se encontra na linha do ministério”¹³⁵ e deve ser paga pelo seu trabalho com o dízimo.¹³⁶ Ela claramente afirma que “o dízimo deve ir para aqueles que trabalham na palavra e doutrina, sejam eles homens ou mulheres.”¹³⁷

4. Utilizado para Sustentar os Médico-Missionários

Quando alguns estavam se opondo à ideia de usar o dízimo para sustentar a obra médico-missionária, ela escreveu: “sou instruída a dizer que... um ministro do evangelho que seja também médico-missionário... é um obreiro muito mais eficiente do que aquele que não o pode fazer.”¹³⁸ Assim, ela apoia o uso do dízimo para pagar seus salários.

5. Utilizado para Sustentar os Ministros Aposentados e suas Famílias

Em 1904 ela estava encorajando os administradores a prover benefícios de sustentação para viúvas de ministros formados.¹³⁹ Quando em 1911 a igreja criou um plano de sustentação no qual cada Associação devia contribuir cinco por cento de seus dízimos, ela sustentou-o completamente.¹⁴⁰

6. Utilizado para Sustentar os Diretores do Departamento de Publicações

Não existe nenhuma afirmação de Ellen G. White na qual ela sustenta o uso do dízimo para pagar os Diretores do Departamento de Publica-

ções. Existe uma carta datada de 10 de Maio de 1912, de W. C. White para W. S. Lowry, onde ele afirma que “aonde quer que essa questão tenha sido trazida para a Mãe, ela tem dado sua aprovação do plano geralmente adotado pelo nosso povo.”¹⁴¹

7. Utilizado para Sustentar Campos Carentes de Missão

Ela aconselha as associações que tem um dízimo excedente a compartilhar com regiões além de suas fronteiras na América e além-mar. Ela apela, “existem missões a serem sustentadas em campos que não existem Igrejas e nem dízimos e também onde os crentes são novos e o dízimo é limitado. Se você tem recursos que não são necessários depois de estabelecer com você os ministérios de forma liberal, envie o dinheiro do Senhor para os locais destituídos.”¹⁴²

C. Uso Excepcional do Dízimo

Existem alguns casos em que Ellen G. White estende o uso de dízimo para algumas situações que estão fora das utilizações prévias que discutimos.

1. Trabalho Médico-Missionário no Hospital

Ellen G. White aprovou um plano apresentado a ela pelo Dr. John Harvey Kellogg. Segundo esse plano, um montante equivalente ao dízimo pago pelos trabalhadores do hospital para a Associação, era apropriado para serem utilizados para levar adiante o trabalho missionário adjunto ao hospital.¹⁴³ O trabalho consistia em ajudar pessoas pobres. Contudo, ela foi cuidadosa em seu aval, lembrando os líderes da igreja que nossa responsabilidade primária é a proclamação da terceira mensagem angélica.¹⁴⁴

2. Construindo Casa de Adoração

Isto deve ser feito em casos muito excepcionais. Ela escreve, “Existem locais diferenciados, onde a pobreza é tão profunda que, a fim de assegurar o local mais humilde de adoração, pode ser necessário a apropriação dos dízimos.”¹⁴⁵

3. Pagando os Coletores do Dízimo

Essa utilização do dízimo não está contida em nenhum dos escritos de Ellen G. White, mas segundo W. C. White, Ellen e Tiago White apoiaram-na. O coletor do dízimo não era apenas o tesoureiro, mas ele tinha a vigente responsabilidade de coletar o dízimo dos membros da igreja.

Essas exceções eram raras, e Ellen G. White não queria dar a entender que deveriam se tornar uma prática comum através da igreja, mas cada caso envolvia circunstâncias particulares que necessitava uma aproximação especial. O que é o significativo aqui é que os líderes da igreja viram seu conselho a fim de estarem certos de que eles não estavam violando a santidade do dízimo. Eles aparentemente entenderam que era Deus quem decidia como o dízimo deveria ser utilizado.

D. Uso Incorreto do Dízimo

Durante o seu ministério, Ellen G. White teve de responder muitas questões em relação com a utilização do dízimo e também tinha de confrontar práticas específicas nas Igrejas e entre os obreiros. Seu conselho identifica usos específicos dos dízimos que não estão de acordo com a natureza do dízimo e o propósito sagrado designado por Deus.

1. Abuso Pessoal

Escrevendo para os membros da Igreja ela diz, “A porção que Deus reservou para Si, não deve ser desviada para nenhum outro desígnio que não aquele por Ele especificado. Ninguém se sintam na liberdade de reter o dízimo, para empregá-lo segundo seu próprio juízo. Não devem servir-se dele numa emergência, nem usá-lo segundo lhes pareça justo, mesmo no que possam considerar como obra do Senhor.”¹⁴⁶ Note que sua advertência é baseada na natureza do dízimo.

2. Abuso Pastoral

Nas Igrejas locais os pastores tinham acesso imediato ao dízimo trazido ao Senhor pelos membros da Igreja e podiam, facilmente, submetê-los a uso errado. O pastor não deve sentir “que ele pode reter e aplicá-lo de acordo com seu próprio julgamento porque ele é um ministro. Este não é dele. Ele não tem a liberdade de devotar a si mesmo tudo quanto ele pensa que é justo.”¹⁴⁷

3. Aos Colportores

Alguns administradores da Igreja foram simpáticos com a ideia de pagar os colportores com o dízimo. Ela escreveu: “Comete-se grande erro quando se retira o dízimo do fim em que deve ser empregado — o sustento dos pastores.”¹⁴⁸

4. Abuso das Igrejas

Segundo Ellen G. White, “o dízimo não deve ser usado para prover conveniências para as Igrejas”¹⁴⁹ para sustentar as necessidades da Igreja ou cui-

dado da casa de Deus,¹⁵⁰ para suprir as necessidades comuns da casa de Deus,”¹⁵¹ para pagar as dívidas de membros,¹⁵² ou para “liquidar as despesas da Igreja.”¹⁵³ Nem deveria ser empregado na construção de prédios institucionais.¹⁵⁴

5. Despesas Escolares

Ellen G. White claramente afirma que o dízimo não deve ser “aplicado para propósitos escolares,”¹⁵⁵ nem mesmo como um fundo de auxílio estudantil.¹⁵⁶

6. Ajudando os Pobres e os Doentes

A responsabilidade cristã de ajudar e prover para os pobres são constantemente acolhida por Ellen G. White. De qualquer forma, ela indica que o dízimo não deve ser usado para essa finalidade, que “Não deve ser considerado fundo para os pobres. Deve ser dedicado especialmente ao sustento dos que estão levando a mensagem de Deus ao mundo; e não deve ser desviado desse propósito.”¹⁵⁷ Ela aconselha toda Igreja a “sentir a responsabilidade de ter um interesse especial no débil e no idoso... O dízimo não deve ser apropriado para esse trabalho.”¹⁵⁸

7. Pastores na Política

Zelos políticos expressos através de discursos políticos são, segundo Ellen G. White, incompatíveis com o trabalho de um ministro, e “o dízimo não deve ser empregado para pagar ninguém para discursar sobre questões políticas.”¹⁵⁹

E. Conclusão

Segundo ela, o uso do dízimo foi determinado por Deus, que o santificou para um propósito muito específico. Comumente, ela menciona que o que ela tinha a dizer sobre o uso do dízimo foi dado a ela pelo Senhor, e quando os administradores, pastores ou membros da igreja usaram o dízimo imprópriamente, ela falou contra. Os líderes da igreja também reconheceram que é Deus quem determina como o dízimo deve ser usado, e eles demonstraram sua crença observando o seu conselho quando uma decisão devia ser tomada em relação ao uso do dízimo.

Ela fundamentalmente ensinou que o dízimo deveria ser usado para o ministério evangélico. Possíveis exceções eram feitas quando necessárias, mas elas não deveriam se tornar práticas permanentes. Seu uso estritamente específico do dízimo pode ser interpretado em termos de condição econômica da Igreja durante o tempo de sua

vida. Uma vez que a Igreja não tinha recursos financeiros abundantes naquele tempo, poderia se argumentar que o montante limitado do dízimo que chegou ao tesouro foi cuidadosamente guardado e usado para a proclamação do evangelho. Mudanças na condição financeira da Igreja podem necessitar um uso diferente do dízimo que permite aquilo que ela não permitia.

Tal interpretação da evidência, não seria aceitável para Ellen G. White. Ela insiste que sua descrição do uso do dízimo era a maneira que o Senhor esperava que Igreja o utilizasse. Uma vez que é sagrado e, uma vez que é propriedade exclusiva de Deus, Ele é o único que pode determinar como deve ser empregado. A sustentação para essa interpretação da evidência vem do conselho que ela deu para a Associação que tinha um excedente de dízimo. Ao contrário de permitir que eles fossem criativos com o uso do excedente, ela convocou que eles dividissem-no com outros campos.¹⁶⁰

O fato de ela ter permitido algumas exceções à suas instruções específicas, indica que existe alguma liberdade no uso do dízimo. Mas, ao mesmo tempo, esses casos não deviam se tornar parte da regra. Além disso, ela ainda estava viva para guiar os líderes da igreja nos casos em que as exceções deviam ser feitas. Toda exceção nos dias de hoje deve ser cuidadosa e devotamente estudada, lembrando-se que o dinheiro do dízimo não é nosso para utilizarmos como nós bem entendemos.¹⁶¹



VI. USO PESSOAL DE ELLEN G. WHITE DO DÍZIMO

O Uso pessoal que Ellen G. White fez para o seu dízimo, tem sido cuidadosamente estudado por outros, tornando desnecessário para nós ir-

mos a todos os detalhes da questão.¹⁶² É claro que ela enviou seus dízimos para a tesouraria da associação, mas em alguns casos, ela se apropriou de uma necessidade específica. Ela estava muito preocupada com o trabalho no campo do Sul e a falta de apoio financeiro adequado para os pastores que trabalhavam ali. Por isso, ela apropriou-se do dinheiro do dízimo “para o campo mais necessitado e mais desanimador no mundo.”¹⁶³ Além disso, ela estava disposta a aceitar o dízimo de outras pessoas que lhe davam pedindo que ela os aplicasse “onde sabia ser mais necessário.”¹⁶⁴ Ela usou o dinheiro “para ajudar ministros brancos e negros que foram negligenciados e não receberam o suficiente para sustentar suas famílias.”¹⁶⁵ Em alguns casos específicos, ela indicava que era para ser “aplicado aos ministros de cor para ajudá-los em seus salários.”¹⁶⁶

Ela também usou parte de seu dízimo para cobrir as necessidades de algumas esposas de ministros que trabalharam integralmente, mas não eram pagas pela Associação. Essas mulheres estavam realizando trabalho ministerial e tinham um fardo das pessoas que não conheciam a verdade.¹⁶⁷ Ela considera que era uma injustiça ter essas mulheres dedicando todo o seu tempo no trabalho missionário sem serem pagas, e sentia que era sua “obrigação criar um fundo do meu dinheiro do dízimo, para pagar essas mulheres que estão realizando assim como o trabalho essencial que os ministros estão fazendo.”¹⁶⁸

A respeito de sua própria prática, ela, primeiro, deixa claro: “Foi-me apresentado, por anos, que meus dízimos deviam ser apropriados por mim mesma para ajudar os ministros brancos e corados que eram negligenciados e não recebiam o suficiente para sustentar devidamente suas famílias.”¹⁶⁹ Em outras palavras, como profetiza, ela foi instruída por Deus para fazer o que ela estava fazendo. Esse foi seu “trabalho especial”. Segundo, ela afirma que o dízimo “não era retido do tesouro do Senhor”¹⁷⁰ porque ela o estava usando para suporte do ministério. Terceiro, ela não aconselhava ou encorajava ninguém a reunir o dinheiro do dízimo e apropriá-lo da maneira que achassem adequadas.¹⁷¹ Ela detectou o que estava fazendo para ser exclusivo dela, porque as instruções de Deus eram pessoais a ela. Quarto, ela não solicitava dízimo dos outros a fim de apropriá-los aos campos carentes. A evidência que temos indica que algumas pessoas davam o dinheiro do dízimo, mas não existe indicação de que ela o estava solicitando.¹⁷² Quinto, ela mantinha um registro responsável do dinheiro confiado

a ela, dado e recebido, e dizia àqueles que o davam a ela como era apropriado.¹⁷³

É obvio que nessas ocasiões, em que Ellen G. White apropriava seu dízimo e o dízimo dado a ela por outros, ela tinha boas razões para fazê-lo e o aval do Senhor. O dízimo não estava sendo usurpado de nenhum jeito, mas estava cumprindo a intenção de Deus para a reserva sagrada. Por causa de seu ministério bastante peculiar dentro da igreja, sua prática nessa área não pode ser utilizada como um modelo para ninguém apropriar o dízimo em projetos particulares. Nós devemos manter em mente, também, que seu uso do dízimo para sustentar os obreiros bíblicos e obreiros aposentados se tornou uma prática aceita na igreja.



VII. O SEGUNDO DÍZIMO

O livro de Deuteronômio legisla um dízimo que devia ser consumido pelos israelitas no templo ou em suas próprias casas, e que devia ser compartilhado com os pobres e os levitas (12:6, 17; 14:22-29; 26:12-15). Ellen G. White distingue esse dízimo do regular, que era totalmente destinado aos Levitas e sacerdotes por seu trabalho no santuário. Ela chama-o de “segundo dízimo.”¹⁷⁴ Esse dízimo era levado ao santuário a cada dois anos como uma oferta de gratidão e, consumiam-no em uma festa religiosa na qual os Levitas, os estrangeiros, os órfãos e as viúvas participavam.¹⁷⁵ Durante o terceiro ano “esse segundo dízimo era usado em casa, entretendo os Levitas e os pobres”, e era “um fundo para os usos de caridade e hospitalidade.”¹⁷⁶ Ela mostra que era “um dízimo em adição e inteiramente distinto daquele dado todo ano para o serviço de Deus.”¹⁷⁷

Dar um segundo dízimo hoje, não é desencora-

jado por Ellen G. White, mas também não é fortemente promovido por ela. Embora, na Austrália, ela tenha encorajado os membros da igreja a trazer as ofertas para aumentar o fundo para a construção do Santuário de Sydney. Ela comunicou que “Nossos colegas trabalhadores na Austrália responderam graciosamente e amavelmente. O segundo dízimo era separado para aumentar os fundos da construção. Muitos presentes em dinheiro, trabalho e material, representando incalculáveis abnegações, foram feitos.”¹⁷⁸ Não fomos informados se ela requereu um segundo dízimo para este projeto ou não. O importante é que, aparentemente, pelo menos em algumas ocasiões, os membros da igreja deram um segundo dízimo.

Quando o trabalho educacional estava se desenvolvendo, a questão de como financiá-lo foi levantada, e Ellen G. White foi questionada: “O segundo dízimo não poderia ser utilizado para sustentar o trabalho da igreja-escola?” Sua resposta imediata foi, “Não poderia ser utilizado em melhor propósito.”¹⁷⁹ Mas quando os líderes tentaram cobrir todas as despesas escolares com o segundo dízimo, ela afirmou, “Eu fui instruída que o plano de não cobrar mensalidade dos estudantes, dependendo do segundo dízimo para sustentar a escola, sempre deixará a escola em vergonhosa condição financeira.”¹⁸⁰

Nada mais foi escrito por ela sobre o segundo dízimo. Parece que ela não o considera como obrigatório à igreja, mas não desencoraja aqueles que desejam dá-lo para projetos específicos.



VIII. CONCLUSÃO GERAL

Está claro pra mim que o conselho que Ellen G. White dá, a respeito do dízimo assim como seu

chamado aos membros da igreja a trazer seus dízimos para o Senhor, não é primariamente baseado nas considerações financeiras pragmáticas, mas é determinado pelo seu entendimento teológico particular de dízimo. Seu conceito de Deus como o honrado Dono do universo, em Sua bondade que é revelada nos constantes dons e bênçãos que Ele tem dado a nós e que culminam no dom supremo de Seu único Filho, provém uma base teológica sólida para o chamado de Deus para nós, tudo que temos e nosso dízimo em particular.

O dízimo foi instituído pelo próprio Deus para ser uma bênção para uma raça caída, possuída por incontável egoísmo. A bondade de sua lei é revelada pelo fato que se originou em Deus, e foi confirmado por Jesus, como de permanente valor para Seu povo. Através do dízimo, Deus pretende imprimir em nós a realidade que Ele é o Doador de todas as nossas bênçãos. Ele é Aquele quem preserva nossas vidas, e nós devemos reconhecê-Lo como nosso Salvador e Senhor. Ele também pretende restaurar nossa dignidade pessoal, restituindo-nos como Seus mordomos, como evidenciado no ato do dízimo. Através do poder de Deus, o dízimo devia ser uma poderosa ferramenta subjugando nosso egoísmo inato.

Portanto, para Ellen G. White, o dízimo era um instrumento nas mãos de Deus para nos abençoar. E era propriedade exclusiva de Deus e santo. Devolvê-lo a Deus é um dever religioso e moral, porque ele pertence a Deus e é santo. Ele é mantido santo quando os membros da Igreja o reservam para o Senhor e depositam-no em Sua tesouraria na associação. Essa reserva sagrada é preservada santa quando é usada pelos administradores da Igreja para os propósitos de Deus.

Para Ellen G. White, o dízimo é o resultado de um relacionamento pessoal com o Senhor, com base em um total compromisso com Ele. Ela motiva os crentes a dizimar, com base no fato de que Cristo deu a Sua vida por eles, que Deus é o Senhor sobre o universo, que temos uma responsabilidade moral de devolver o dízimo e que os fundos devem ser fornecidos para levar o evangelho a um mundo perecendo. Se, como prometido por Deus, somos abençoados, é para permitir-nos dar mais para causa de Deus.

É responsabilidade dos pastores e administradores ensinar aos membros da igreja sua responsabilidade de trazer um dízimo fiel para o Senhor. Ela sugere que ele deve ser separado em casa e trazido à igreja no Sábado. Deve ser baseado em nossos aumentos e renda, mas cada pessoa

deve estar à vontade de determinar os detalhes. Em relação ao seu uso, o dízimo deve ser usado para a proclamação do evangelho pelos ministros e outros que dedicam suas vidas para o ministério do evangelho. Para Ellen G. White, a natureza do dízimo – é sagrada e pertence a Deus – é inseparável de seu uso. É Deus quem determina como aquilo que O pertence deve ser usado. A esse respeito, seu papel como instrumento especial de Deus através de seu ministério profético, foi uma bênção para a igreja. Ela corrigiu abusos e reafirmou o uso próprio do dízimo. Ao mesmo tempo e sob certas circunstâncias, Deus permitiu que ela apropriasse o seu dízimo para aqueles no ministério com recursos financeiros bem limitados.

Embora Ellen G. White não articule sua teologia de dízimo de maneira sistemática, é óbvio que ela o tinha e que este impactava tudo o que ela tinha a dizer a respeito do dízimo. É seguro para a igreja em escutá-la.

IX. NOTAS/ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. O sistema de dízimo se desenvolveu vagarosamente entre os pioneiros adventistas. Como a Igreja estava crescendo, se tornou evidente que fontes financeiras eram necessárias para proclamar a mensagem e pagar trabalhadores de tempo-integral. Em 1858 uma classe bíblica sob direção de J. N. Andrews estudou os princípios bíblicos para a sustentação do ministério. Como resultado, um plano chamado “Benevolência Sistemática” foi formulado em 1859, e posto em prática para motivar os membros da igreja a prover os fundos necessários. O sistema de dízimo bíblico originalmente não fazia parte, mas foi mais tarde, em 1860, acrescido ao mesmo. No plano, o dízimo era limitado à renda da propriedade, e aqueles que não tinham propriedade deveriam dar doações pessoais. O sistema rudimentar foi sustentado por Ellen G. White quem desde 1857 estava encorajando os membros da igreja a serem liberais em suas doações para a causa (Testimonies [testemunhos] 1:170). Em 1859 ela se referiu ao plano de Benevolência Sistemática como “agradável a Deus” (Ibid., p. 190). Em 1861 estava claro para ela que o plano tinha que incluir trazer a Deus dízimos e ofertas. Ela escreveu, “Não roube de Deus retendo dEle seus dízimos e ofertas. Essa é a primeira obrigação sagrada, dentre a Deus uma porção agradável” (Ibid., p. 221). Mas ela não o define daquilo que devia ser dado, e não especificou o seu uso. De fato, primeiramente os pioneiros não diferenciavam entre o uso dos dízimos e o uso das ofertas. A partir de 1876, os líderes da igreja perceberam que existiam defeitos no plano, particularmente a respeito da base sob a qual o dízimo era contado. Foi então estabelecido e votado que um décimo deveria ser dado sob qualquer renda recebida. Desde então, Ellen G. White frequentemente escrevia sobre o que constituía um dízimo adequado e

a maneira específica que deveria ser usado. Para mais detalhes da história do dízimo na IASD veja, Arthur L. White, "Highlights of the Beginning of the Tithing System," [Principais Pontos do Começo do Sistema de Dízimo] Unpublished Ellen G. White Estate Shelf Document, 1990; Arthur L. White., Ellen G. White: The Early Years [Os Primeiros Anos], vol. 1 (Hagerstown, MD: Review and Herald, 1985), pp. 380-393; "Systematic Benevolence" [Benevolência Sistemática], "SDA Encyclopedia, vol. 2, edited by Don F. Neufeld (Hagerstown, MD: Riview and Herald, 1996), pp. 735-738.

E.g., "Amazing Grace" [Maravilhosa Graça], p. 151; "Tithing and Offerings" [Dízimos e Ofertas], "Southern Watchman" [Atalaia do Sul], 14 de fevereiro de 1905, par. 6.

3. "Special Testimonies for Ministers and Workers" [Testemunhos Especiais para Ministros e Obreiros], n.º 9, p. 71.

4. "Conselhos sobre Mordomia", p. 43.

5 "Camp Meeting at Williamsport,, Pa.," [Reunião de Acampamento em Williamsport, Pensilvânia], Review and Herald, 13 de agosto de 1889, par. 8.

6 "Manuscript Releases" [Manuscritos Lançados], 12:228

7 "Tithes" [Dízimos], Pacific Union Recorder, 10 de outubro de 1901, par. 4.

8 A respeito da conexão entre os presentes de Deus e todos os outros presentes, ela escreveu, "O Senhor comunicou-nos o tesouro mais rico do Céu dando-nos Jesus. Com Ele, Ele tem nos dado todas as coisas ricamente para desfrutarmos. As produções da terra, a benéfica colheita, os tesouros de ouro e prata são seus presentes. Casas e terras, alimento e vestuário, Ele os estabeleceu sob a posse do homem. Ele conclama que O reconhecêssemos como o Doador de todas as coisas. E por essa razão Ele diz, 'De todas as suas posses eu reservo um décimo para mim, a parte dos dízimos e ofertas, que devem ser levados para a casa do tesouro'" ("A Teste of Gratitude and Loyalty," [Um teste de Gratidão e Lealdade,] Review & Herald, 4 de fevereiro de 1902, par. 4; veja também, "The Duty of Paying Tithes and Offerings," [O Dever de Pagar os Dízimos e Ofertas,] Review & Herald, 17 de dezembro de 1889, par. 2.

9 "Work and Baptism of the Holy Spirit Needed," [Trabalho e Batismo Necessário do Espírito Santo] Sermons and Talks [Sermões e Palestras], 1:182.

10 "Testemunhos", 6:384.

11 "Tithes" [Dízimos], Pacific Union Reporter [Repórter da Divisão Pacífica], 10 de outubro de 1901, par. 3

12 "Patriarcas e Profetas", p. 385, cf. "O Desejado de Todas as Nações", p.434.

13 "Patriarcas e Profetas", p. 385

14 "O Desejado de Todas as Nações", p. 434.

15 "Conselhos sobre Mordomia", p. 45.

16 "Testemunhos", 6:384.

17 "Conselhos sobre Mordomia", p.42.

18 "O Lar Adventista", p. 25-26, "A Ciência do Bom Viver", p. 356.

19 "Os dons espirituais", 3:254, e "Profetas e Reis", p. 183.

20 "Patriarcas e Profetas", p. 40 e "Mensagens Escolhidas", p. 1:230.

21 "O Desejado de Todas as Nações", p. 434.

22 "O Desejado de Todas as Nações", p. 433.

23 "Conselhos sobre Mordomia", p. 46.

24 "Conselhos sobre Mordomia", p. 40.

25 "Conselhos sobre Mordomia", p. 39.

26 "Obreiros Evangélicos" (Gospel Workers) (1892), p.98.

27 "Conselhos sobre Mordomia". p. 29. Ela está discutindo os dízimos e as ofertas nessa afirmação, sugerindo que a prática de dar ofertas foi também instituída por Deus.

28 Ela escreveu, "Todas as coisas na natureza testificam do cuidado terno e paternal de nosso Deus, e de Seu desejo de tornar felizes os Seus filhos. Suas proibições e ordens terminantes não se destinam simplesmente a ostentar Sua autoridade; antes, em tudo que Ele faz, tem em vista o bem-estar de Seus filhos. Ele não exige que estes abandonem coisa alguma que seria de seu máximo interesse conservar". (Patriarcas e Profetas, p. 441)

29 A frase "sistema de dízimo" é frequentemente utilizado por Ellen G. White para se referir à lei e a prática de dizimar, mas algumas vezes ela parece utilizá-lo para designar o dever e prática de trazer os dízimos e as ofertas para o Senhor. Nesse papel o usaremos para designar unicamente a prática do dízimo.

30 "Dízimos". Pacific Union Recorder. 10 de outubro de 1901, parágrafo 7.

31 "Mente, Caráter e Personalidade", 2: 566.

32 "Buscai primeiro o Reino de Deus", Review and Herald, 27 de outubro de 1885, par.4.

33 "Sacrifício de Cristo para os Homens", Signs of the Times - Sinais dos Tempos, 13 de junho de 1900. par.3.

34 "Manuscript Releases" – Manuscritos Lançados, 2:133.

35 "Reunião do Acampamento em Williamsport, na Pensilvânia", Review and Herald, 13 de agosto de 1889, par. 8.

36 "Conselhos sobre Mordomia", p. 68.1

37 Ela escreveu, "Quando ele vir um desempenho fiel do dever no pagamento do dízimo, ele frequentemente, em sua sábia providência, abre caminho pelo qual este deverá crescer. Aqueles que têm sido participantes da graça de Deus não devem ser lentos a mostrar sua aplicação desses dom. Ele não deve olhar por cima do dízimo como um limite do liberalismo deles" ("Cooperadores Juntos de Deus", Review and Herald, 24 de agosto de 1886, par. 9).

38 "Um Teste de Gratidão e Lealdade," Review & Herald, 4 de fevereiro de 1902, par. 8. O título "mordomo", quando aplicado por Ellen G. White à humanos, implica sua contabilidade com Deus assim como seu reconhecimento que eles "não são proprietários." ("Dízimos" Pacific Union Recorder, 10 de Outubro de 1901, par. 4)

39 "Conselhos sobre Mordomia", p.181.

40 "Educação", p.44.

41 "Vitória sobre a Tentação", "Sinais dos Tempos", 11 de abril de 1900. par. 7.

42 Ela comenta, "O Senhor tem dividido seu plano por que é o melhor para nós. Satanás está constantemente trabalhando para sustentar o mundanismo, a cobiça, e avariza do homem, que podem arruinar nossas vidas, e entravar o trabalho de Deus. O Senhor está buscando cultivar em nós gratidão e liberalidade. Ele deseja nos libertar do egoísmo, que é tão ofensivo a Ele, porque é

muito contrário ao Seu caráter” (“Uma Prova de Gratidão e lealdade”, Review and Herald, 04 de fevereiro de 1902, par. 6).

43 “Dízimos”, Pacific Union Recorder, 10 de outubro de 1901, par. 2.

44 E.g. “Conselhos sobre Mordomia”, p. 39, 40, 43, 60; “Testemunhos”, 3:395, 6:386, 9:249.

45 “Testemunhos”, 3:395.

46 “Conselhos sobre Mordomia”, p.39. Cf. “Roubará o homem a Deus?”, Review and Herald, 16 de maio 1882, par. 28.

47 “Patriarcas e Profetas”, p. 385.

48 “Nosso Dever como Professores e Irmãos Leigos”, Indian Reporter, 15 de agosto de 1906, par. 6.

49 “Educação”, p. 138-139.

50 “Educação”, p. 139.

51 Essa introspecção não é nova. Malaquias já considerou a retenção de dízimo um ato imoral, um roubo cometido contra Deus, implicando que o dízimo é uma questão de moralidade. Mas Ellen G. White explicitamente afirmou a ideia, a desenvolveu e redigiu-a na terminologia moral moderna.

52 “Testemunhos Especiais para Ministros e Obreiros” n.º. 10, (1897), p. Ministério Médico, p., 16 216.

53 Manuscript Releases, 13:198.

54 “Testemunhos”, 9:247 - 248

55 “A Igreja e Sua Missão,” East Michigan Banner, 12 de abril de 1905, par. 1.

56 “O Dízimo: seu uso e abuso”, Boletim da Conferência Geral, 01 de julho de 1897, par. 3. O itálico está no original.

57 Ela escreveu, “Deus tem dado especial direção como para o uso do dízimo” (Conselhos sobre Mordomia, p. 101). Veja abaixo para uma mais completa discussão sobre o uso do dízimo.

58 “A Igreja e Sua Missão” East Michigan Banner, 12 de Abril de 1905, par.1. Ellen G. White tem pouco a dizer a respeito da santidade do dízimo, uma vez que alcançou seu propósito sagrado. Ela raramente discursou a questão de como os pastores usam seus salários. A única exceção significativa parece ser no uso do dinheiro pelos pastores para comprar comida não saudável, particularmente comidas com carne: “Não deveríamos dar um testemunho decidido contra a transigência com o apetite pervertido? Pode ser considerado apropriado que os ministros do evangelho, que estão a proclamar a verdade mais solene já enviada aos mortais, se constituam em exemplo no regresso às panelas de carne do Egito? É lícito que os que são sustentados pelos dízimos dos celeiros de Deus se permitam a condescendência que tende a envenenar a corrente vivificadora que lhes flui nas veias? É correto que desprezem a luz que Deus lhes deu e as advertências que lhes faz? A saúde do corpo deve ser considerada como essencial para o crescimento na graça e para a aquisição de bom temperamento”. (Testemunhos, 9:159-160)

59 “Discurso e Apelo: Pondo a Frente a Importância do Trabalho Missionário”, Review and Herald, 12 de dezembro de 1878, par. 9

60 “Testemunhos”, 4:337.

61 “Testemunhos”, 4:474.

62 “Conselhos sobre Saúde”, p. 590.

63 “Manuscript Releases”, 12:228.

64 “Tu, quanto deves?” Sinais dos Tempos, 06 de ja-

neiro de 1890, par. 4.

65 “Testemunhos”, 4:119.

66 “Testemunhos”, 4:474.

67 “Dízimos”, Pacific Union Recorder, 10 de outubro de 1901, par. 4.

68 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 73.

69 “Quanto deves?” Sinais dos Tempos, 13 de janeiro de 1890, par. 5.

70 “Testemunhos”, 5:510: “Os únicos meios que Deus ordenou para o avanço de Sua causa, é abençoar o homem com posses. Ele dá a eles o sol e a chuva; Ele faz a vegetação florescer; Ele dá saúde e habilidade para alcançar os recursos. Todas suas bênçãos vem de Sua bondosa mão. Em retorno, Ele deveria ter homens e mulheres mostrando sua gratidão devolvendo a Ele uma porção em dízimos e ofertas – em gratas ofertas, em ofertas de livre-vontade, em ofertas transpassadas.”

71 “O Desejado de Todas as Nações”, p. 434.

72 “Testemunhos”, 6:387.

73 “Conselhos de Mordomia”, p. 52. Ela escreveu esta declaração em 1896, mas modificou-a em 1900 a fim de reconhecer que não existem circunstâncias sobre as quais uma pessoa não possa ser capaz de trazer o dízimo imediatamente para o tesouro (preferência, porém, doença): “Estritamente, honestamente, e fielmente, se possível sem nenhuma falha, o dízimo deve ser trazido para o tesouro de Deus” (“tu, quanto deves?”, Review & Herald, 25 dez 1900 par. 5).

74 “Patriarcas e Profetas”, p. 388.

75 Nos Lugares Celestiais, p. 303. A palavra “recursos” é usada por Ellen G. White para referir, algumas vezes, aos dízimos e ofertas. De qualquer maneira, isso não significa que os dois são equivalentes. Ela sempre considerou o dízimo como sendo único e chamou-o “uma oferta especial, para um trabalho especial” (“Chamado de Deus sobre Nós,” Review & Herald, 8 de Dezembro de 1896, par. 2). Mas esse dízimo verdadeiramente natural pertence a Deus e “deve ser devotado somente para o sustento daqueles que dão a si mesmos para a pregação do evangelho”. Temos mais a dizer sobre isso abaixo.

76 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 45.

77 “Cooperadores de Deus”, Review and Herald, 11 de junho de 1901, par. 7.

78 Ela escreveu, “O Senhor nos deu o privilégio de nos tornarmos cobreiros com ele, que a palavra da origem celestial possa ser posta ao alcance de todos, em todos os países. O homem foi privilegiado de se tornar o agente para trabalhar, não em seus próprios planos, mas os planos dos Céus.” (“O Dever de Pagar o Dízimo e as Ofertas”, Review and Herald, 17 dezembro de 1889, par. 5).

79 “Mensagens aos Jovens”, p.306.

80 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 62.

81 “Testemunhos”, 6:389.

82 “Testemunhos para Ministros e Obreiros Evangélicos”, p.305.

83 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 40.

84 “Testemunhos”, 3:404.

85 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 45.

86 “Conselhos de Mordomia”, p. 59.

87 “Testemunhos”, 1: 225.

88 Veja, “O Trabalho em Michigan,” Sermões e Palestras, 2:71-79. G. Edward Reid reimprimiu os artigos e

resumos úteis e os colocou na margem de cada página.

89 Ibid, p. 73.

90 Ibid.

91 Ibid. p. 74.

92 Ibid.

93 Ibid. Deve se salientar que ao mesmo tempo, Ellen G. White encorajou os membros da igreja a vocalizar seus interesses àqueles que erraram. (Ibid., p. 75). Em 1907 ela deu alguns dos mais específicos conselhos: “Irá você roubar Deus visto que pensa que a gerência do trabalho não está correta? Faça sua denúncia, plenamente e abertamente, em espírito correto, para as pessoas adequadas. Mandem em suas petições as coisas a serem ajustadas e postas em ordem; mas não se afaste do trabalho de Deus, e prove infidelidade, porque outros não estão fazendo o correto” (Obreiros Evangélicos, p. 227). Isso é tudo o que Deus espera dos membros da igreja, mas Ele os conforta dizendo, “Mesmo que os recursos que consagrastes sejam empregados erroneamente, de modo que este não comprometa o objetivo que o doador tinha em mente, - a glória de Deus e a salvação de almas, - aqueles que fazem o sacrifício em sinceridade de alma, com um olho somente para a glória de Deus, não perderá sua recompensa” (Testemunhos, 2:518). Ellen G. White também saliente a responsabilidade dos líderes da igreja no trabalho que eles realizam e o uso do dízimo e das ofertas: “O tesouro de Deus deve ser suprido pelo dízimo, o qual deve ser considerado como um fundo sagrado. Pertence a Deus e deve ser dado liberalmente, para que o trabalho seja sustentado. Aqueles em locais de responsabilidade devem agir de tal maneira que o povo tenha firme confiança neles. Esses homens não devem ficar temerosos de abrir para a luz do dia, tudo sob gestão do trabalho” (Manuscript Releases, 13:198)

94 “Dízimos”, Pacific Union Recorder, 10 de outubro de 1901, par. 3.

95 “Presentes do feriado”, Review and Herald, 26 de dezembro de 1882, par. 16.

96 Ibid.

97 “O Dever de Pagar os Dízimos e as Ofertas”, Review and Herald, 17 dez 1889, par. 1.

98 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 45, cf. “A Igreja e Sua Missão N^o 1”, Michigan Médio Banner, 18 de janeiro de 1905, par. 3.

99 “Evangélico”, p. 321.

100 “Obreiros do Evangelho” (1892), p. 98.

101 “Testemunhos”, 9:251.

102 “Trabalhadores do Evangelho” (1915), p.370.

103 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 65.

104 “Uma Prova de gratidão e lealdade”, Review and Herald, 04 de fevereiro de 1902. par. 7.

105 Ibid. Ela comenta esses princípios encontrados em 1 Cor. 16:2 e 2 Cor 9:7 aplicam-se ao dízimo. O princípio central é que cada pessoa separe-o antes de utilizar o restante do dinheiro.

106 Ibid., par. 8.

107 “Testemunhos para Ministros e Obreiros Evangélicos”, p. 305. Em outro local, ela afirma que “o dízimo é pago para a Associação,” que no contexto é identificado como “o tesouro” (Manuscript Releases, 7:366).

108 “Testemunhos”, 9:59.

109 “Testemunhos”, 6:386.

110 “O Sistema de Dízimos e Ofertas Bíblico,” Sinais

dos Tempos, 18 de Março de 1886l, par. 7; ela já havia afirmado em 1875 que “Deus especificou um décimo de toda a renda” como dízimo (Testemunhos, 3:394, 408), e repetido em 1882, “Um dízimo de toda a sua renda é do Senhor,” e então ela acrescenta, “Esse é sagrado. Nada menos do que isso tem sua aceitação em nenhuma dispensação” (“Roubará o homem a ir? “; Review and Herald, 16 de maio de 1882, par. 27).

111 “O Dever de Devolver os Dízimos e as Ofertas”, Review and Herald, 17 dez 1889, par. 1.

112 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 52, escrito em 1896.

113 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 39, escrito em 1899.

114 “Educação”, p. 44, escrito em 1903.

115 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 45, escrito em 1875.

116 “Testemunhos”, 3:394; escrito em 1875.

117 Ibid.

118 “Testemunhos, 5:149, escrito em 1882. Em 180 ela repreendeu alguns que estavam tornando “seu dízimo o menor possível” (Testemunhos, 4:478).

119 “Manuscripts Release”, 13:281. Em um de seus primeiros artigos a respeito dos dízimos e as ofertas, não há nenhuma instrução específica em como utilizar o dízimo; ela simplesmente conclama os membros das igrejas a trazerem seus dízimos e ofertas para o Senhor e não roubá-Lo (Testemunhos, 1:321, [1861]). Em 1874 ela encorajou os crentes a trazer seus dízimos e ofertas a fim de transmitir a luz do evangelho para outros (Testemunhos, 3:382, 389, 391-392, 395). Ela também utilizou os exemplos de Abraão e Jacó para apoiar o dízimo moderno. (p.393). Mas ela não distinguiu o uso dos dízimos dos usos das ofertas. Em 1879, ela escreveu sobre a disseminação do evangelho através dos dízimos e ofertas (Testemunhos, 4:472), mas menciona algumas de suas utilizações: “Instituições que são instrumentos de Deus para levar adiante Seu trabalho na terra deve ser sustentado, Igrejas deve estar erguidas, escolas estabelecidas, e casas publicadoras mobiliadas com facilidades para o grande trabalho na publicação da verdade a ser enviada para todas as partes do mundo. Essas instituições são ordenadas por Deus e devem ser sustentadas por dízimos e ofertas liberais.” (p. 464). Nenhuma distinção é feita aqui entre o uso dos dízimos e das ofertas. Foi em 1890 que ela recebeu mais luz do Senhor, direcionando-a a esclarecer o que ela escreveu em 1879. Consequentemente, a utilização específica dos dízimos no tempo em que começou a ser diferenciado do uso das ofertas. “Os registros esclarecem que em meados de 1890, o Senhor, através de Sua mensageira, deu instruções específicas clamando por uma política estrita relacionada ao uso do dízimo” (Arthur L. White, “Principais Fatos dos Primórdios do Sistema de Dízimo,” Ellen G. White Estate Sheld Document, 1990, p.10)

120 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 65, cf. “Obreiros Evangélicos”, p. 224; “Testemunhos”,9:247.

121 “Conselhos sobre Mordomia”, p. 65

122 “Manuscript Releases”, 13:281.

123 “Nas Regiões Além,” Boletim da Conferencia Geral, 5 de Abril de 1991, par. 8. A afirmação não deve ser lida como significado que ao invés de dois ou três indivíduos, temos oito ou nove, seria correto para eles decidir como o dízimo deveria ser utilizado. Tal conclusão

é excluída pela última frase que destaca que o dízimo é possuído por Deus e não por dois ou três, nove ou quinze indivíduos.

- 24 "Objetivos das Lições de Cristo", p. 300. Grifos meu.
 125 Spalding and Magan Collection, p. 166.
 126 "Manuscript Releases", 13:198.
 127 "Conselhos sobre a Escola Sabatina", p. 129.
 128 "Conselhos sobre Mordomia", p. 62.
 129 "Conselhos sobre Mordomia", p. 60.
 130 "Filhas de Deus", p. 207.
 131 "Testemunhos", 6:387.
 132 "Testemunhos", 6:215.
 133 Ibid.
 134 "Manuscript Releases", 5:323.
 135 Ibid.
 136 "Manuscript Releases", 12:160.
 137 "Manuscript Releases", 1:263.
 *138 "Medicina e Salvação", p. 245.
 139 "Manuscript Releases", 1:189, também, "O Uso do Dízimo," par Echoes, 21 de junho de 1905. 6.
 140 "Manuscript Releases", 3:272-273.
 141 Veja, Robert W. Olson, "Ellen G. White Comentários sobre Utilização dos Fundos do Dízimo," não publicado, Fevereiro de 1990, p. 19. Olson sugere que sobre algumas circunstâncias, ela pode ter favorecido algum salário parcial para alguns colportores (p.20). Ele baseia sua posição em uma carta escrita por W. C. White em 11 de Junho de 1902, na qual ele descreve o que foi feito na Austrália, enquanto Ellen G. White permanecera lá, para ajudar alguns colportores. Eles eram pagos não mais do que "dois dólares e meio por semana... com o dízimo da associação para ajuda-los em suas despesas" (Ibid.). Isso foi feito em lugares que eram "muito difíceis de trabalhar."
 142 "Manuscript Releases", 1:184.
 143 "Manuscript Releases" 7:366.
 144 Veja Olson, "Comentários de Ellen G. White," p. 22.
 145 "Manuscript Releases", 1:191.
 146 "Conselhos sobre Mordomia", p. 65.
 147 "Testemunhos", 9:247.
 148 "Conselhos sobre Mordomia", p. 66.
 149 "Filhas de Deus", p. 207.
 150 "Gospel Workers", p. 226.
 151 "O Dízimo: seu uso e abuso", Boletim da Conferência Geral, 01 de julho de 1897. par. 3.
 152 "Testemunhos", 6:103.
 153 Panfleto 157: Testemunho Especial para as Igrejas de Oakland e Battle Creek, p. 12; Conselhos sobre Mordomia, p. 103. Houve um tempo em que o dinheiro do dízimo era utilizado em algumas igrejas para pagar as despesas da igreja. A razão era que muito pouco trabalho missionário está sendo feito e o dízimo estava acumulando. O que era necessário, Ellen G. White diz, era um envolvimento maior nas atividades missionárias. Mas a verdadeira razão para não utilizar o dízimo para cobrir despesas era, ela acresce, que "a luz que o Senhor me deu nesse assunto, é que os recursos no tesouro para o sustento dos ministros em diferentes campos não deve ser utilizado para nenhum outro propósito" (Testemunhos Especial para Ministros e Trabalhadores, n° 10 (1897)), p. 18.
 154 "Carta" 93, 1899.
 155 "Conselhos sobre Mordomia", p. 66.

- 156 "Mensagens Escolhidas", 2:209.
 157 "Conselhos sobre Mordomia", p.66.
 158 "Manuscript Releases", 3:218.
 159 "Fundamentos da Educação Cristã", p. 477.
 160 Panfleto 004-Um Recurso para as Missões, pp 24-25.
 161 Robert W. Olson fez alguns comentários importantes sobre as implicações das instruções de Ellen G. White a respeito da utilização do dízimo ("Comentário de Ellen G. White," pp. 24-25). Ele sugeriu que "a razão básica para dar suprema prioridade para o ministério evangélico na utilização dos fundos do dízimo deve ser que pastores, evangelistas, e administradores da associação não tem nenhuma outra fonte de renda adequada disponível para seu sustento. Isto também é verdade do outro pessoal do escritório da associação, como as secretárias, contadores, zeladores, etc." Isso é obviamente verdade, mas como sugerimos, ela tinha uma teologia inteira sobre dízimo que informava e determinava sua perspectiva da utilização do dízimo.
 162 Veja, Arthur L. White, "a Sra. Ellen G. White e o Dízimo," "Shelf Estate, Ellen G. White Documento, de 1990, Arthur L. White, Ellen G. White: O início dos anos Elmshaven, vol. 5 (Washington, DC: Review and Herald, 1981), pp 389-397; Alberto R. Timm, "Uma análise de quatro declarações de Ellen G. White sobre Usos Especiais de Dízimo," "Livro de pesquisas inéditas, abril de 1991, e Roger W. Coon, "Dízimo: Ellen G. White em Conselhos e Práticas", suplemento da "Adventist Review", de 1991.
 163 "Manuscript Releases", 2:99 (1902).
 164 Ibid. p. 100.
 165 Ibid., p. 99. Ela tinha um verdadeiro fardo com os ministros aposentados que estavam em necessidades financeiras, por que naquele tempo a igreja não tinha um plano de aposentadoria. Ela escreveu, "Onde eu vejo obreiros nessa causa que foram verdadeiros e leais ao trabalho, onde são deixados para sofrer, é minha tarefa falar em seu favor. Se isso não comove os irmãos a ajuda-los, então eu devo ajuda-los, mesmo se eu sou obrigada a usar uma porção do meu dízimo para fazê-lo." (Citado em WC White, "a utilização do Dízimo, manuscrito inédito", DF 384, EGWRC GC-ca, [1932]).
 166 "Manuscript Releases", 2:100-101.
 167 "Manuscript Releases", 5:29 (1898).
 168 Ibid.
 169 "Watson Carta", publicado em Arthur L. White, Os primeiros anos Elmshaven, p. 395.
 170 Ibid.
 171 Ibid.
 172 Ibid.
 173 Ibid., p. 396.
 174 "Patriarcas e Profetas", p. 389.
 175 Ibid.
 176 Ibid.
 177 "A Usura exigente dos Irmãos", Review and Herald, 11 de março, 1884, par. 3.
 178 "A necessidade para a Causa da Austrália," Necessidades, 04 de julho de 1903, par. 21.
 179 "Manuscript Releases", 7:138 (1904).
 180 Ibid., p. 139.



UCB.ADVENTISTAS.ORG/MORDOMIACRISTA